



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS  
Direção-Geral do Tesouro e Finanças

## RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2013



## ÍNDICE

<b>NOTA INTRODUTÓRIA .....</b>	<b>4</b>
<b>CAPÍTULO I - ENQUADRAMENTO .....</b>	<b>5</b>
1. ANÁLISE DO CONTEXTO .....	5
2. MOLDURA INSTITUCIONAL .....	5
<b>CAPÍTULO II - AUTOAVALIAÇÃO .....</b>	<b>10</b>
1. AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS OBJETIVOS.....	10
1.1 QUAR.....	10
1.2 Análise do QUAR .....	13
1.3 Avaliação do Cumprimento dos Objetivos do Plano de Atividades.....	19
2. AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLO INTERNO (SCI) .....	20
3. DESENVOLVIMENTO DE MEDIDAS PARA UM REFORÇO POSITIVO DO DESEMPENHO.....	21
4. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS .....	23
<b>CAPÍTULO III - RECURSOS ENVOLVIDOS .....</b>	<b>23</b>
1. AFETAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS, FINANCEIROS, MATERIAIS E TECNOLÓGICOS .....	23
1.1 Alocação de Recursos Humanos e Formação .....	24
1.2 Balanço Social .....	25
1.3 Alocação de Recursos Materiais e Financeiros .....	26
<b>CAPÍTULO IV - AVALIAÇÃO FINAL .....</b>	<b>28</b>

## **ANEXOS**

- I. OBJETIVOS DAS UNIDADES ORGÂNICAS**
- II. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS**
- III. JUSTIFICAÇÃO DO INDICADOR 9 – OB5**
- IV. BALANÇO SOCIAL**
- V. ACRONÍMIA**

## NOTA INTRODUTÓRIA

A atividade desenvolvida pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF) durante o ano de 2013 encontra-se refletida no presente Relatório de Atividades, que também integra o Balanço Social, o qual foi elaborado em cumprimento do estabelecido na alínea e) do n.º 1 do artigo 8.º, no artigo 15.º e na alínea a) do n.º 1 do artigo 31.º, todos da Lei nº 66-B/2007, de 28 de dezembro, que estabelece o Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho na Administração Pública (SIADAP), e no Decreto-Lei n.º 183/96, de 27 de setembro, que determinam a obrigatoriedade de os serviços e organismos da Administração Pública apresentarem os resultados da atividade realizada, evidenciando a demonstração qualitativa e quantitativa dos resultados alcançados e identificando os meios e os recursos disponíveis para o efeito.

O Relatório de Atividades, enquanto instrumento de gestão e documento de avaliação da execução global da DGTF relativamente a 2013, constitui um meio privilegiado de publicitação da atividade desenvolvida pela DGTF em termos de objetivos atingidos, grau de realização dos programas e recursos utilizados, identificando os resultados alcançados face aos objetivos e metas assumidos no Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR) e no Plano de Atividades para 2013, os quais, por sua vez, constituem emanção dos objetivos estratégicos do Ministério das Finanças (MF).

À semelhança de outros instrumentos de gestão, em particular o Plano de Atividades, também o presente Relatório foi elaborado seguindo uma metodologia participativa, no âmbito da qual todas as unidades orgânicas e a estrutura multidisciplinar que integram a DGTF participaram e contribuíram para a construção deste Relatório, e ainda de acordo com as linhas de orientação gerais estabelecidas pelo Grupo de Trabalho do Conselho Coordenador da Avaliação dos Serviços – Rede do Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais (GPEARI) - Documento Técnico n.º 1/2010.

A atividade desenvolvida em 2013 pela DGTF teve em conta não só as políticas definidas no Programa do Governo, nas Grandes Opções do Plano 2013 (GOP), no Programa de Estabilidade e Crescimento 2011-2014 (PEC) e, em particular, na Lei do Orçamento do Estado para 2013 (Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro) e no Decreto-Lei de Execução Orçamental (Decreto-Lei n.º 36/2013, de 11 de março), mas também, e em resultado disso, o esforço de consolidação orçamental com que todos os serviços e organismos da Administração Pública se defrontam.

## CAPÍTULO I - ENQUADRAMENTO

### 1. ANÁLISE DO CONTEXTO

À semelhança dos anteriores, o ano de 2013 foi um particularmente marcado pela adoção de um conjunto de medidas indispensáveis à necessária contenção orçamental e de racionalização de recursos, quer ao nível da Administração Central, quer ao nível do Sector Empresarial do Estado (SEE), o que condiciona, como é natural, o normal funcionamento das organizações, exigindo destas um esforço suplementar para responder às inúmeras dificuldades daí decorrentes, sem prejuízo dos elevados padrões de rigor pelos quais se pautou e da maior eficiência e eficácia da sua ação, face à necessidade de implementação de uma gestão cada vez mais orientada para os resultados, através de uma otimização dos meios ao seu dispor.

Não obstante as contingências acima referidas e a exigência de um esforço de mobilização concertada dos seus trabalhadores, face à forte tendência de redução de efetivos, a DGTF orientou a sua atuação para os objetivos e projetos planeados, sem deixar de acautelar a estratégia de modernização e produtividade já anteriormente assumida, de forma a concretizar a sua missão, tal como definida no Decreto-Lei n.º 156/2012, de 18 de julho: *“Assegurar as operações de intervenção financeira do Estado, acompanhar as matérias respeitantes ao exercício da tutela financeira do sector público administrativo e empresarial e da função acionista e assegurar a gestão integrada do património do Estado, bem como a intervenção em operações patrimoniais do sector público, nos termos da lei.”*

Por último, não podemos deixar de realçar que, ao longo do ano, o QUAR foi objeto de monitorização, procedimento que permitiu identificar desvios e vulnerabilidades, bem como desenvolver ações para a criação de medidas corretivas com vista a uma melhoria progressiva dos resultados, de forma a evidenciar as respetivas potencialidades.

### 2. MOLDURA INSTITUCIONAL

#### Missão, visão e valores

A **missão** da DGTF, consagrada na respetiva Lei Orgânica (Decreto-Lei n.º 156/2012, de 18 de julho), consiste em assegurar a efetivação das operações de intervenção financeira do Estado, acompanhar as matérias respeitantes ao exercício da tutela financeira do setor público administrativo e empresarial e da função acionista e assegurar a

gestão integrada do património do Estado, bem como a intervenção em operações patrimoniais do sector público, nos termos da lei.

No que concerne à sua **visão**, a DGTF pretende ser reconhecida pela excelência dos serviços prestados, criando valor na gestão de ativos do Estado.

Para realizar a sua missão, a DGTF tem por referência e pauta a sua atuação pelos seguintes **valores**:

- Rigor – Regula a sua atuação com vista a alcançar elevados *standards* de racionalização de recursos e qualidade dos serviços prestados, por via da introdução de práticas de desburocratização, simplificação, agilização e inovação de procedimentos;
- Coesão – Age de forma a criar empatia entre os elementos das equipas, promovendo a entreajuda, a responsabilidade, a solidariedade e a participação de todos em prol dos objetivos comuns;
- Parcerias – Age em cooperação e parceria com outras entidades com vista à partilha de informação e à obtenção de sinergias;
- Responsabilidade – Atua com total respeito pelas exigências decorrentes do seu posicionamento na Administração Financeira do Estado, tendo como imperativo o estrito cumprimento da lei, suportado por elevados padrões de ética, integridade, equidade e independência;
- Transparência – Atua de acordo com procedimentos, critérios e canais de divulgação de informação que assegurem uma prestação de contas clara e acessível.

Sublinha-se que, atendendo à importância que o conhecimento da missão, visão e valores assumem, quer para os trabalhadores, quer para os *stakeholders* da Organização, esta informação encontra-se disponível no portal da DGTF.

### Atribuições

Para realizar a sua missão, a DGTF:

- Controla a emissão e circulação da moeda metálica;
- Administra a carteira de participações do Estado;
- Assegura o estudo, acompanhamento e intervenção nas matérias respeitantes ao exercício da tutela financeira do sector público, administrativo e empresarial e ao exercício da função acionista do Estado, nos planos interno e internacional;

- Concede subsídios, indemnizações compensatórias e bonificações de juros e avalia os resultados da política de apoios financeiros do Estado;
- Efetua e controla as operações ativas, a nível interno e internacional;
- Assegura o processo de concessão de garantias do Estado e administra a dívida pública acessória;
- Assegura a gestão financeira de patrimónios autónomos;
- Presta apoio técnico à participação portuguesa nos assuntos relacionados com a União Económica e Monetária e assegura a representação técnica do MF em organizações europeias e internacionais em matéria financeira, sem prejuízo das atribuições de orientação geral e estratégica do GPEARI do MF;
- Adquire, arrenda, administra e aliena, direta ou indiretamente, os ativos patrimoniais imobiliários do Estado, bem como intervém em atos de gestão de bens;
- Assegura a assunção de passivos de entidades ou organismos do setor público e a regularização de responsabilidades financeiras do Estado ou resultantes de situações do passado;
- Promove a recuperação de créditos decorrentes das operações de intervenção financeira.

### **Princípios Orientadores da Atividade da DGTF**

A DGTF, no desenvolvimento da sua atividade, rege-se pelo conjunto de princípios enquadramentos da atuação da Administração Pública, especialmente os que emanam da Constituição da República Portuguesa e do Código do Procedimento Administrativo, não descurando mecanismos regulamentares de atuação com terceiros e na relação destes com seus trabalhadores, como o sejam o Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e de Infrações Conexas e o Código de Ética e Conduta da DGTF.

A sua atuação pauta-se, igualmente, por um conjunto de princípios e medidas caracterizadores da atividade da Administração Pública moderna, como sejam, a aproximação da sua atividade aos seus *stakeholders*, a normalização de processos e de procedimentos, a qualificação dos recursos humanos e a promoção de uma cultura de gestão por objetivos, os quais constituem fatores críticos de sucesso das estratégias de atuação delineadas.

Ademais, a DGTF norteia a sua atividade pela modernização estrutural e pelo aumento da produtividade, para o que contribui a promoção da gestão por objetivos, a renovação tecnológica, a simplificação de procedimentos, a desburocratização e a racionalização de meios e recursos, tendo sempre como referência os princípios e os objetivos inerentes à própria missão do MF, espelhada na respetiva Lei Orgânica, como sejam a gestão racional e a valorização dos recursos públicos, designadamente recursos humanos, financeiros, patrimoniais e informacionais, a

eficiência e equidade na sua obtenção e gestão, a formação e a capacitação de todos aqueles que para eles contribuem e a melhoria dos seus sistemas e processos de organização e gestão.

Ainda neste âmbito, importa não olvidar os princípios inerentes à gestão dos ativos financeiros do Estado, enquanto função central desenvolvida pela DGTF, de forma a obter uma gestão mais eficiente dos recursos públicos e, conseqüentemente, propiciar um reforço da eficácia e do rigor.

### **Estrutura Orgânica**

À data a que se reporta o presente Relatório, a orgânica da DGTF sofreu alterações, pelo que o modelo que constava da Portaria n.º 819/2007, de 31 de julho, que estabelecia a estrutura nuclear dos serviços e as competências das suas unidades orgânicas, ainda aplicável apesar da entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 156/2012, de 18 de julho<sup>1</sup>, foi, a partir de 19 de julho de 2013, alterado com a entrada em vigor da Portaria n.º 229/2013, de 18 de julho.

Nesta conformidade, o ano de 2013, foi marcado por alterações na estrutura orgânica, sendo que de acordo com o artigo 1.º da mencionada Portaria n.º 819/2007, a estrutura nuclear da DGTF foi a seguinte até 19 de julho de 2013:

- a) Direção de Serviços de Participações do Estado (DSPE);
- b) Direção de Serviços de Apoios Financeiros (DSAF);
- c) Direção de Serviços de Gestão Financeira e Orçamental (DSGFO);
- d) Direção de Serviços de Gestão Patrimonial (DSGP);
- e) Direção de Serviços de Apoio Técnico Patrimonial (DSATP);
- f) Direção de Serviços de Regularizações Financeiras (DSRF);
- g) Gabinete de Apoio e Coordenação (GAC);
- h) Direção de Serviços de Gestão de Recursos (DSGR);
- i) Gabinete de Acompanhamento do Setor Empresarial do Estado, das Parcerias Público-Privadas e das Concessões (GASEPC)<sup>2</sup>.

---

<sup>1</sup> Que definiu a missão, as atribuições e o tipo de organização interna da DGTF.

<sup>2</sup> Equipa multidisciplinar, cuja constituição foi determinada pelo Despacho n.º 936/07-SETF, de 21 de setembro, iniciou funções na sequência do Despacho n.º 26 153/2007, de 25 de setembro, do Diretor-Geral do Tesouro e Finanças.



À qual correspondia o seguinte organograma:

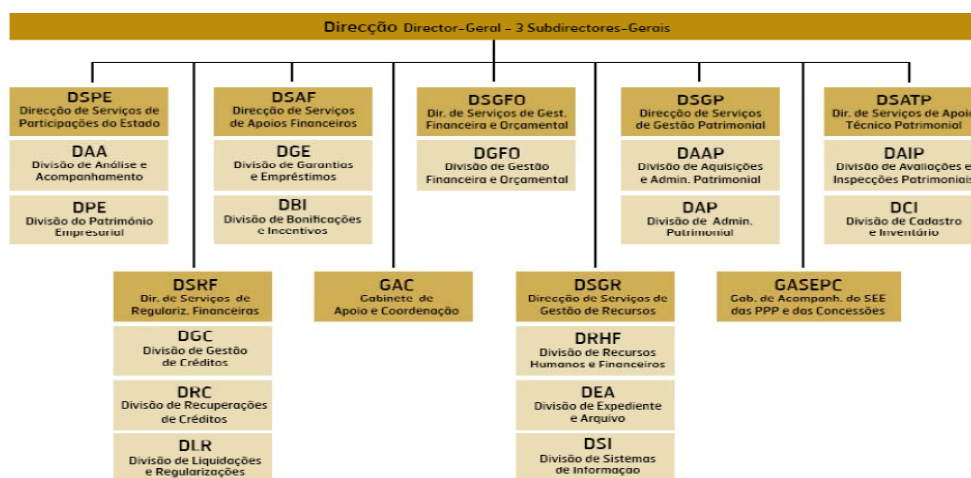


Figura 1 – Organograma da DGTF

Com a entrada em vigor da já mencionada Portaria n.º 229/2013, de 18 de julho, que determinou a nova estrutura nuclear da DGTF, e do Despacho n.º 12188/2013, de 9 de setembro, que criou as unidades orgânicas flexíveis, a estrutura nuclear da DGTF, passa a ser seguinte:

- Direção de Serviços de Participações do Estado (DSPE);
- Direção de Serviços de Apoios Financeiros (DSAF);
- Direção de Serviços de Gestão Financeira e Orçamental (DSGFO);
- Direção de Serviços de Gestão Patrimonial (DSGP);
- Direção de Serviços de Avaliações e Valorização do Património (DSAVP);
- Direção de Serviços de Regularizações Financeiras (DSRF);
- Gabinete de Apoio e Coordenação do Setor Empresarial do Estado (GACSE);
- Direção de Serviços Jurídicos e Coordenação (DSJC).

Assim, esquematicamente, a estrutura orgânica da DGTF, a partir de 19 de julho de 2013, passou a ser a seguinte:

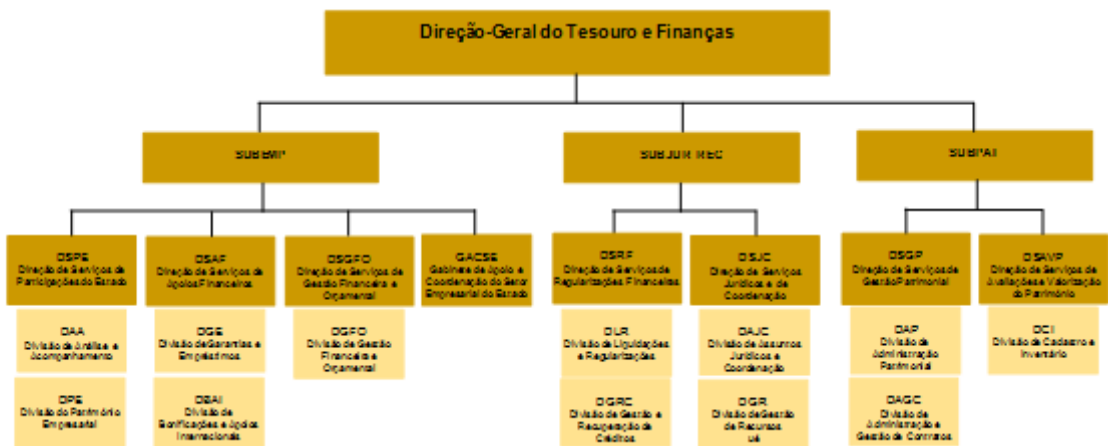


Figura 2 – Organograma da DGTF

## CAPÍTULO II - AUTOAVALIAÇÃO

A autoavaliação da DGTF, que ora se apresenta, começa por evidenciar o grau de cumprimento do QUAR, enquanto expressão mais marcante do seu desempenho no ano em referência, seguindo-se-lhe a identificação dos resultados alcançados ao nível dos objetivos das unidades orgânicas e estrutura multidisciplinar, assumidos no Plano de Atividades e cujas fichas constam em anexo, após o que são enunciados os demais elementos relevantes para autoavaliação, designadamente à luz do disposto no artigo 15.º da Lei n.º 66-B/2007.

### 1. AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS OBJETIVOS

#### 1.1 QUAR

No topo dos instrumentos previsionais de gestão da DGTF encontra-se o QUAR, cujo grau de cumprimento dos respetivos objetivos estratégicos e operacionais importa evidenciar.

Assim temos:

QUAR 2013								
Ministério das Finanças								
Direção-Geral do Tesouro e Finanças								
Objetivos Estratégicos								
OE 1. Orientar a atividade da DGTF para o processo de consolidação das Finanças Públicas								
OE 2. Melhorar a gestão dos ativos financeiros e patrimoniais do Estado no âmbito da intervenção da DGTF								
OE 3. Melhorar a qualidade da informação produzida pela DGTF								
Objetivos Operacionais								
EFICÁCIA								50%
INDICADORES	2012	META 2013	Tolerância	Valor crítico	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
OB1. Otimizar o processo de rentabilização de património imobiliário público								50%
IND1. Valor efetivo das vendas (Milhões de Euros), acrescido do valor dos processos de alienação autorizados pelo Governo, mas não contratualizados a 31.12.2013	9,8	10,0	1,0	15	45%	14,9	125%	Superou
IND2. Valor efetivo de rendas (Milhões de Euros), acrescido do valor dos processos de arrendamento autorizados pelo Governo, mas não contratualizados a 31.12.2013	0,7	0,8	0,05	1	55%	0,8	100%	Atingiu
OB2. Melhorar o nível de acompanhamento das empresas públicas								50%
IND3. Número de ações de monitorização do reporte à Troika da implementação das medidas definidas no programa de assistência financeira a Portugal quanto às empresas SEE (n.º empresas da carteira principal)	470	500	50	550	45%	507	100%	Atingiu
IND4. Número de ações de monitorização do cumprimento das medidas estabelecidas no Programa de Estabilidade e Crescimento pelas empresas públicas (Nº de empresas da carteira principal)	482	500	50	550	45%	510	100%	Atingiu
IND5. Número médio de propostas de orientação para encerramentos de liquidação de empresas públicas (número de proposta de orientação para encerramento de liquidação de empresas públicas / número de empresas públicas em liquidação)	2,1	1,5	0,2	2,1	10%	1,9	117%	Superou
EFICIÊNCIA								20%
OB3. Melhorar a gestão dos processos								50%
IND6. Grau de progresso (%) do projeto de gestão documental	60%	100%	5%	100%	70%	95%	100%	Atingiu
IND7. Grau de progresso (%) de propostas de melhoria de processos [(Nº de propostas de melhoria de processos / Nº de propostas submetidas) * 100%]	N.A.	90%	10%	100%	30%	100%	125%	Superou
OB4. Melhorar a resposta na gestão de arrendamentos para instalação de serviços do Estado								50%
IND8. Grau de cumprimento (%) da realização de informações sobre avaliação dos imóveis, para emissão de parecer sobre pedidos de arrendamento	90%	90%	5%	100%	100%	90%	100%	Atingiu
QUALIDADE								30%
OB5. Assegurar a monitorização e validação da informação registada no SIIE, para efeitos de aplicação do princípio da onerosidade								30%
IND9. % de registos de ocupações de imóveis do Estado no SIIE monitorizados e validados - total e por Ministério - tendo por referência o universo apurado em 31 de dezembro de 2012	N.A.	50%	10%	60%	100%	95,6%	214%	Superou
OB6. Melhorar a qualificação dos trabalhadores da DGTF								15%
IND10. Nº de colaboradores abrangidos por ações de formação no ano	93	70	5	170	100%	65	100%	Atingiu
OB7. Melhorar a qualidade da prestação de serviços								30%
IND11. Prazo médio em dias úteis de entrega ao Governo da informação relativa à execução mensal do Capítulo 60 e ao Esforço Financeiro do Estado no âmbito do SEE (somatório dos dias úteis, após o fim do mês a que a informação respeita até à data da sua entrega / número de informações)	3,75	4	0,25	3,75	100%	4	100,0%	Atingiu
OB8. Cumprir os prazos de divulgação de relatórios de informação periódica das áreas operacionais								25%
IND12. Desvio médio de antecipação, em número de dias úteis, da apresentação ao Governo dos relatórios das áreas operacionais (Somatório dos desvios em dias úteis entre as datas de apresentação ao Governo dos relatórios das áreas operacionais e as datas fixadas no calendário de publicações da DGTF / número total de relatórios)	3,5	4	0,5	4,5	100%	4,3	100%	Atingiu

## Monitorização (Avaliação Final)

Taxa de Realização dos Objetivos			
	Planeado	Realizado	Classificação
<b>Eficácia</b>	<b>100%</b>	<b>106,3%</b>	<b>Superou</b>
OB1. Otimizar o processo de rentabilização de património imobiliário público	100%	111,0%	Superou
OB2. Melhorar o nível de acompanhamento das empresas públicas	100%	101,7%	Superou
<b>Eficiência</b>	<b>100%</b>	<b>103,8%</b>	<b>Superou</b>
OB3. Melhorar a gestão dos processos	100%	107,5%	Superou
OB4. Melhorar a resposta na gestão de arrendamentos para instalação de serviços do Estado	100%	100,0%	Atingiu
<b>Qualidade</b>	<b>100%</b>	<b>134,2%</b>	<b>Superou</b>
OB5. Assegurar a monitorização e validação da informação registada no SIIE, para efeitos de aplicação do princípio da onerosidade	100%	214,1%	Superou
OB6. Melhorar a qualificação dos trabalhadores da DGTF	100%	100,0%	Atingiu
OB7. Melhorar a qualidade da prestação de serviços	100%	100,0%	Atingiu
OB8. Cumprir os prazos de divulgação de relatórios de informação periódica das áreas operacionais	100%	100,0%	Atingiu
<b>TAXA DE REALIZAÇÃO FINAL</b>	<b>100%</b>	<b>114,2%</b>	<b>Superou</b>

## Taxa de Realização Parâmetros

	Planeado	Realizado	Classificação	Objetivos mais relevantes
<b>Eficácia</b>	<b>50%</b>	<b>53,2%</b>	<b>Superou</b>	
OB1. Otimizar o processo de rentabilização de património imobiliário público	50%	55,5%	Superou	0,25
OB2. Melhorar o nível de acompanhamento das empresas públicas	50%	50,8%	Superou	0,25
<b>Eficiência</b>	<b>20%</b>	<b>20,8%</b>	<b>Superou</b>	
OB3. Melhorar a gestão dos processos	50%	53,8%	Superou	0,10
OB4. Melhorar a resposta na gestão de arrendamentos para instalação de serviços do Estado	50%	50,0%	Atingiu	0,10
<b>Qualidade</b>	<b>30%</b>	<b>40,3%</b>	<b>Superou</b>	
OB5. Assegurar a monitorização e validação da informação registada no SIIE, para efeitos de aplicação do princípio da onerosidade	30%	64,2%	Superou	0,09
OB6. Melhorar a qualificação dos trabalhadores da DGTF	15%	15,0%	Atingiu	0,05
OB7. Melhorar a qualidade da prestação de serviços	30%	30,0%	Atingiu	0,09
OB8. Cumprir os prazos de divulgação de relatórios de informação periódica das áreas operacionais	25%	25,0%	Atingiu	0,08
<b>TAXA DE REALIZAÇÃO FINAL</b>	<b>100%</b>	<b>114,2%</b>	<b>Bom</b>	<b>0,79</b>

## Recursos Humanos

DESIGNAÇÃO	PONTUAÇÃO	PLANEADOS	EFETIVOS	REALIZADOS (junho)	REALIZADOS (setembro)	REALIZADOS (dezembro)	Nº EFETIVOS dezembro	DESVIO
Dirigentes - Direção superior	20	80	4	80	80	80	4	0
Dirigentes - Direção intermédia	16	336	21	288	272	304	19	-32
Técnico Superior (inclui Especialistas de Informática e Pessoal de Inspeção)	12	1608	134	1212	1308	1272	106	-336
Coordenador Técnico	9	9	1	9	9	9	1	0
Técnico (inclui Técnicos de Informática e de	10	30	3	30	30	30	3	0
Assistente Técnico	8	168	21	120	120	112	14	-56
Assistente Operacional	5	50	10	35	35	35	7	-15
<b>Total</b>		<b>2281</b>	<b>194</b>	<b>1774</b>	<b>1854</b>	<b>1842</b>	<b>154</b>	<b>-507</b>

Nº de Efetivos no Organismo	31-12-2012	30-06-2013	30-09-2013	31-12-2013
Nº de efetivos a exercer funções	155	149	156	154

## Recursos Financeiros

DESIGNAÇÃO	PLANEADOS	CORRIGIDO	EXEC Jun	EXEC Set	EXEC Dez	SALDO
Orçamento de funcionamento	8.828.672,00	6.969.279,00	2.588.224,64	3.729.526,11	5.869.421,28	1.099.858
Despesas c/Pessoal	5.554.872,00	5.062.665,00	2.428.433,50	3.232.431,68	5.192.655,49	129.990
Aquisições de Bens e Serviços	3.051.829,00	1.906.614,00	159.791,14	495.177,88	664.811,58	1.241.802
Aquisições de Bens de Capital	221.971,00			1.916,55	11.954,21	11.954
Orçamento de investimento	1.172.478,00	919.658,00	86.368,14	113.674,14	181.631,14	738.026,86
Outros Valores (capítulo 60)	18.475.458.576,00	18.468.816.276,00	3.552.495.091,00	4.741.029.191,17	7.597.985.227,77	10.870.831.048,23
<b>TOTAL (O.Funcionamento+O.Investimento+Outros)</b>	<b>18.485.459.726,00</b>	<b>18.476.705.213,00</b>	<b>3.555.169.683,78</b>	<b>4.744.872.391,42</b>	<b>7.604.036.280,19</b>	<b>10.872.668.932,81</b>

Figura 3 – QUAR

Conforme referido, em primeira linha, os objetivos estratégicos do QUAR, bem como os respetivos objetivos operacionais, constituem o vértice da cadeia de objetivos que, em cada ano, orienta a atividade da DGTF, razão pela qual este instrumento de gestão assume um papel crucial.

O Quadro seguinte evidencia a contribuição dos objetivos operacionais para o cumprimento dos objetivos estratégicos aprovados para esta Direção-Geral:

Contribuição dos Objetivos Operacionais para os Objetivos Estratégicos			
Objetivos Operacionais - QUAR	Objetivos Estratégicos - QUAR		
	OE 1	OE 2	OE 3
O1	X	X	
O2	X	X	
O3			X
O4		X	
O5		X	
O6			X
O7			X
O8			X

Figura 4 – Contribuição dos Objetivos Operacionais para os Objetivos Estratégicos

## 1.2 Análise do QUAR

### 1.2.1 Objetivos de Eficácia

#### QUAR – Op1 - Otimizar o processo de alienação de património imobiliário público

No âmbito da gestão integrada do património imobiliário público, a prossecução do Programa de Alienação do Património Disponível, permitiu alcançar € 14.878.337,38 relativamente a alienações de imóveis que integram o património do Estado e dos Institutos Públicos.

Assim, o valor de receita adveniente dos processos de alienação de património imobiliário público, promovidos, em 2013, pela DGTF, representa um acréscimo face ao valor de receita de cerca de 9,8 milhões de euros obtidos em 2012.

No que se refere ao valor de rendas foi possível arrecadar € 770.978,07.

Tendo presente que a regularização jurídica dos imóveis públicos constitui não só uma tarefa complexa como um fator decisivo para a rentabilização do património imobiliário, a DGTF promoveu a formalização de Protocolo com o IRN, IP, o qual contribuiu para a simplificação dos atos de registo predial, focalizando-se num único interlocutor (Soluções Integradas de Registos – SIR, serviço do IRN, IP), permitindo o esclarecimento, via e-mail, de dúvidas, previamente à apresentação dos factos a registo, e o pagamento dos atos de registos a posteriori, agilizando-se e otimizando-se, assim, o procedimento da realização da despesa.

## **QUAR – Op2 - Melhorar o nível de acompanhamento das empresas públicas**

Este objetivo comporta três indicadores, dois deles relacionados com as ações de monitorização que no âmbito do exercício da função acionista e tutelar do Estado incumbe à DGTF. Assim, foi medido o número de ações de monitorização de reporte à Troika das medidas definidas no Programa de Assistência Financeira a Portugal relativamente às empresas do SEE, bem como do respetivo cumprimento por parte das referidas empresas, que permitiu concluir que a meta prevista foi alcançada.

O terceiro indicador refere-se às empresas em liquidação com o número de propostas de orientação para encerramentos de liquidação de empresas públicas, em que se registou um ligeiro desvio (positivo) face à meta proposta.

Com relevância no âmbito dos resultados alcançados no âmbito deste objetivo realça-se que, com vista a garantir maior eficiência no exercício das suas atribuições, foi promovido o desenvolvimento de novas funcionalidades no Sistema de Recolha de Informação Económica e Financeira (SIRIEF) das empresas do SEE, assegurando a sua permanente adequação ao reporte pelas empresas de informação segundo os referenciais contabilísticos em vigor e ao controlo do cumprimento pelas mesmas das medidas de contenção legalmente fixadas.

### **1.2.2 Objetivos de Eficiência**

## **QUAR – Op3 – Melhorar a Gestão de Processos**

No âmbito deste objetivo e quanto ao indicador 6 destaca-se o cumprimento do previsto em matéria do projeto de gestão documental e no que diz respeito ao indicador 7, as iniciativas de melhoramento no respeitante a circuitos processuais e documentais resultantes da necessidade de adaptação ao novo modelo funcional e organizativo do MF (centralização de competências comuns) e correspondente articulação/comunicação com a Secretaria-Geral do Ministério das Finanças (Gestão Administrativa e Financeira do Ministério das Finanças).

Evidencia-se também o investimento em matéria de segurança da informação associado aos processos de comunicação interna e externa, seja pela definição de norma e procedimento interno, seja pela disponibilização, sem custos, de ferramentas de transferência de ficheiros de informação – Webdrive.

#### **QUAR – Op4 - Melhorar a resposta na gestão de arrendamentos para instalação de serviços do Estado**

Para um total de 357 pedidos de avaliação foram emitidos e analisados 218 relatórios de avaliação, os quais foram objeto da correspondente homologação de valores, com especial enfoque para o arrendamento, para as cedências de uso e ocupação com e sem investimento futuro e constituição de direitos de superfície, enquanto instrumentos alternativos de rentabilização dos imóveis da esfera pública, sendo ainda de destacar as avaliações de imóveis dados para a prestação de garantias no quadro dos empréstimos do BEI e de imóveis do SEE.

A ação inspetiva levada a efeito a diversos imóveis determinou a realização de vários estudos prévios de novas ocupações, de mudanças de uso e de conservação e reabilitação imobiliárias, com produção de relatórios técnicos de inventariação de patologias construtivas e propostas de reabilitação.

#### **1.2.3 Objetivos de Qualidade**

#### **QUAR – Op5 - Assegurar a monitorização e validação da informação registada no SIIE, para efeitos de aplicação do princípio da onerosidade.**

A 31 de dezembro de 2013, apurou-se um universo potencial de 4.410 ocupações, tendo sido contabilizadas 607 ocupações sujeitas ao princípio da onerosidade (13,83%). Destas, foram validadas 581 ocupações (95,62%).

As alterações dos universos estão relacionadas com as diversas atualizações realizadas no SIIE, com entradas e saídas de imóveis e ocupações. Estas alterações resultaram quer da densificação dos critérios de abrangência do princípio da onerosidade quer das reuniões levadas a cabo com as diversas UGP.

Assim, no que respeita ao universo potencial, verificou-se uma diminuição de 1.494 ocupações (-25,31%) e, relativamente às ocupações sujeitas à aplicação do princípio da onerosidade, um crescimento de 8 ocupações (+1,33%). O seu peso no universo registou igualmente uma subida – de 10,15% para 13,83%.

Em termos globais, por Ministério, esta variação dos universos teve um impacto que é retratado no quadro 1 – Cf. Anexo 3 do presente relatório.

A 31 de dezembro de 2013, podemos retratar as validações das ocupações sujeitas ao princípio da onerosidade conforme se apresenta no quadro 2 – Cf. Anexo 3 do presente relatório.

Globalmente, verifica-se que, a 31 de dezembro de 2013, o objetivo QUAR apresenta uma taxa de execução de 95,62%. Por Ministério, todos os Ministérios têm o objetivo superado.

#### **QUAR – Op6 - Melhorar a qualificação dos trabalhadores da DGTF**

Considerando a diversidade e especificidade das atribuições da DGTF, a qualificação dos trabalhadores da DGTF é uma área que exige um investimento constante, direcionada para as respetivas áreas de atuação e as especiais exigências que são colocadas aos seus colaboradores.

O objetivo aqui identificado foi cumprido, na medida em que o número de trabalhadores sujeitos a formação cifrou-se em 65, face à meta estabelecida.

#### **QUAR – Op7 - Melhorar a qualidade da prestação de serviços.**

O indicador que traduz o resultado deste objetivo foi assegurado por via, designadamente, da entrega ao Governo da informação relativa à execução mensal do Capítulo 60 e ao Esforço Financeiro do Estado no âmbito do SEE.

Com vista a garantir maior eficiência no exercício das suas atribuições, a DGTF promoveu o desenvolvimento de novas funcionalidades no Sistema de Recolha de Informação Económica e Financeira (SIRIEF) das empresas do SEE, assegurando a sua permanente adequação ao reporte pelas empresas de informação segundo os referenciais contabilísticos em vigor e ao controlo do cumprimento pelas mesmas das medidas de contenção legalmente fixadas.

Por outro lado, todas as empresas acompanhadas pela DGTF foram alvo de um relatório anual tendo por base as suas contas anuais. Acresce que foram ainda realizados relatórios pontuais de acompanhamento da situação da tesouraria destas empresas para avaliação das necessidades de financiamento em função dos níveis de execução orçamentais.

#### **QUAR – Op8 - Cumprir os prazos de divulgação de relatórios de informação periódica das áreas operacionais.**

As práticas de boa governação que o Estado, na sua vertente acionista, pretende cumprir aconselham o princípio da transparência, no domínio do qual se torna fundamental a divulgação sistemática de informação sobre a situação económica e financeira das empresas do SEE, com tradução na divulgação de Relatórios anuais e boletins trimestrais no portal da DGTF.

Também a Lei n.º 63-A/2008, de 24 de novembro, prevê a divulgação de Relatórios semestrais sobre o regime de capitalização pública para o reforço da estabilidade financeira e da disponibilização de liquidez nos mercados financeiros.

Nesta conformidade e tendo em linha de conta a diversidade de situações em que é imposta à DGTF a obrigatoriedade de elaboração e divulgação de informação, foi efetuado um esforço no sentido de assegurar o cumprimento do objetivo, situando-se o resultado ligeiramente acima da meta estabelecida para o ano (taxa de realização de 108%).



Em suma, em 2013 os resultados alcançados pela DGTF ao nível do cumprimento dos objetivos estabelecidos no QUAR refletem o trabalho, empenho e esforço desenvolvido pelas unidades orgânicas e equipa multidisciplinar, direta e indiretamente envolvidos na prossecução desses objetivos, **o que se traduziu numa taxa de realização final de 114,2 %**. Assim, e sem prejuízo da análise efetuada no ponto "Análise do QUAR", apresenta-se, de seguida, tabela que evidencia os desvios verificados relativamente a cada um dos objetivos operacionais:

Objetivo Operacional	Desvio Face ao Objetivo (%)	Justificação do Desvio
O1	25% - i1 0% - i2	Atingiu-se este ano um valor efetivo de vendas no montante de 14,9 M€, tendo-se, deste modo superado o objetivo em cerca de 4,9 M€, em virtude essencialmente de um aumento não previsto da procura de imóveis do Estado disponibilizados para venda, designadamente através de hasta pública.
O2	0% - id3 0% - id4 17% - id5	Registada uma média de propostas de orientação de 1,9 relativamente ao número de entidades em liquidação no início do ano, em resultado das quais foi possível concluir a liquidação da sociedade ENVC, Sociedade Imobiliária, SA.
O3	0% - id6 25% - id7	As propostas de melhoria de processos implementadas foram ajustadas à necessidade de adaptação ao novo modelo funcional e organizativo do MF (centralização de competências comuns) e correspondente articulação / comunicação com a Secretaria-Geral do Ministério das Finanças, destacando-se as iniciativas de melhoramento no respeitante a circuitos processuais e documentais. Efetivamente, as mudanças ao nível do modelo funcional justificam que a meta estabelecida para o indicador tenha sido superada pela necessidade de implementação de medidas inicialmente não identificadas. Evidencia-se também o investimento em matéria de segurança da informação associado aos processos de comunicação interna e externa, seja pela definição de norma e procedimento interno, seja pela disponibilização, sem custos, de ferramentas de transferência de ficheiros de informação – Webdrive.
O4	0% - id8	Sem desvio.
O5	114% - ind9	A 31 de dezembro de 2012, apurou-se um universo potencial inicial de 5.904 ocupações, tendo sido contabilizadas 599 ocupações sujeitas ao princípio da onerosidade (10,15%). A 31 de dezembro de 2013, apurou-se um universo potencial de 4.410 ocupações, tendo sido contabilizadas 607 ocupações sujeitas ao princípio da onerosidade (13,83%). Destas, foram validadas 581 ocupações (95,62%). As alterações dos universos estão relacionadas com as diversas atualizações realizadas no SIIE, com entradas e saídas de imóveis e ocupações. Estas alterações resultaram quer da densificação dos critérios de abrangência do princípio da onerosidade quer das reuniões levadas a cabo com as diversas UGP. Assim, no que respeita ao universo potencial, verificou-se uma diminuição de 1.494 ocupações (-25,31%) e, relativamente às ocupações sujeitas à aplicação do princípio da onerosidade, um crescimento de 8 ocupações (+1,33%). O seu peso no universo registou igualmente uma subida – de 10,15% para 13,83%. Em termos globais, por Ministério, esta variação dos universos teve um impacto que é retratado nos quadros 1 e 2 – Cf. Anexo III.
O6	0% - id10	Sem desvio.
O7	0% - id11	Sem desvio.
O8	0% - id12	Sem desvio.

Figura 5 – Desvios verificados

De salientar, ainda, que estes resultados foram alcançados com menos recursos efetivos que os inicialmente previstos, conforme se pode constatar do Quadro *infra*:

<b>Recursos Humanos 2013</b>				
<b>Categoria</b>	<b>Pontuação</b>	<b>Planeados</b>	<b>Executado</b>	<b>Desvio</b>
Dirigentes – Direção Superior	20	80	80	0
Dirigentes – Direção Intermédia e Chefe de Equipa	16	336	304	-32
Técnico Superior	12	1608	1272	-336
Coordenador Técnico	9	9	9	0
Técnico	10	30	30	0
Assistente Técnico	8	168	112	-56
Assistente Operacional	5	50	35	-15
<b>TOTAL</b>		<b>2281</b>	<b>1842</b>	<b>-507</b>

Figura 6 – Recursos Humanos/Desvios

Registe-se que as diferenças, por categoria, entre o executado e o planeado resultaram de saídas, em especial por aposentação, e de lugares vagos que não foram preenchidos, essencialmente no grupo dos técnicos superiores, pois não foi possível concretizar os procedimentos de recrutamento pretendidos, constrangimento que só com um esforço muito significativo por parte dos recursos existentes foi possível ultrapassar e conduzir aos resultados alcançados.

Em termos de índice de produtividade e de custo-eficácia, obtiveram-se os seguintes resultados:

<b>Índice de produtividade</b>				
<b>Indicadores</b>	<b>Fórmula de Cálculo</b>	<b>Resultado</b>		
		<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>
Taxa de Concretização Global de Objetivos	Média ponderada das avaliações globais dos parâmetros de avaliação	115,20%	105,30%	114,20%
Taxa de Utilização de Recursos Humanos (RH)	$(\text{RH utilizados} \div \text{RH planeados}) \times 100$	85,17%	91,18%	79,38%
Índice de Produtividade	$(\text{Taxa de Concretização Global de Objetivos} \div \text{Taxa de Utilização de RH}) \times 100$	135,26%	115,49%	143,86%

Figura 7 – Índice de produtividade

Índice de custo-eficácia				
Indicadores	Fórmula de Cálculo	Resultado		
		2011	2012	2013
Taxa de Concretização Global de Objetivos	Média ponderada das avaliações globais dos parâmetros de avaliação	115,20%	105,30%	114,20%
Taxa de Execução de Recursos Financeiros (Funcionamento + Investimento)	$\frac{(\text{Despesa executada} \div \text{Despesa orçamentada}) \times 100}{100}$	56,46%	72,89%	76,70%
Índice de Custo-eficácia	$\frac{(\text{Taxa de Concretização Global de Objetivos} \div \text{Taxa de Execução de Recursos Financeiros}) \times 100}{100}$	204,04%	144,46%	148,89%

Figura 8 – Índice de custo-eficácia

Verifica-se no ano em análise e por comparação aos 2 anos anteriores, uma maior capacidade de execução financeira - na ordem dos 76,70% em 2013 -, e um aumento, ainda que ligeiro, do índice de custo-eficácia (148,89%).

### 1.3 Avaliação do Cumprimento dos Objetivos do Plano de Atividades

O Plano de Atividades para 2013 encontra-se alinhado com o QUAR, razão pela qual os resultados nele alcançados também contribuem para a concretização deste instrumento.

Os objetivos do Plano de Atividades foram delineados por unidade orgânica e equipa multidisciplinar constando a respetiva avaliação de cumprimento do quadro que integra o **Anexo I**, a qual é acompanhada de notas explicativas sucintas que visam contribuir para uma adequada perceção da execução ocorrida.

Assim, o mencionado anexo evidencia o cumprimento da totalidade dos objetivos fixados, bem como a superação daqueles que constituem o cerne da atividade da DGTF, pelo que, para o efeito, explicita igualmente os resultados atingidos no âmbito da execução do Plano de Atividades de 2013, por cada uma das unidades orgânicas.

Neste aspeto, importa salientar que dos 80 objetivos fixados no Plano de Atividades, foram superados 40 objetivos, atingidos 37, não atingido 1 e não considerados 2 (extinção das UO).

Este resultado foi alcançado num contexto especialmente difícil, tendo em atenção as exigências com que diariamente a DGTF foi confrontada mercê, designadamente, do conjunto de medidas adicionais de consolidação orçamental que visaram reforçar e acelerar a redução de défice excessivo e o controlo do crescimento da dívida pública previstos no Programa de Estabilidade e Crescimento que o Governo lançou em 2010, algumas das quais vigoram até à presente data.

## **2. AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLO INTERNO (SCI)**

Nesta sede, e tendo em vista a avaliação do SCI da DGTF afigura-se imprescindível o seu prévio enquadramento no ambiente da Organização.

Nesta conformidade, note-se que a DGTF não dispõe de uma unidade orgânica especialmente vocacionada para as funções de controlo e auditoria, o que, por esse motivo, se revela um fator fortemente condicionador do robustecimento deste sistema nas suas distintas vertentes.

No entanto, e pese embora o constrangimento acima enunciado, a DGTF agrega um conjunto de aspetos, caracterizadores da sua atividade, que contribuem para a existência de um ambiente benéfico ao controlo interno, os quais devem, por isso, ser tomados em consideração em sede de avaliação do SCI, a saber:

- Sujeição ao controle da Inspeção-Geral de Finanças (IGF) e do Tribunal de Contas (TC), em especial através de auditorias e ações de verificação anuais no âmbito, designadamente, da preparação do Parecer à Conta Geral do Estado;
- Reporte de informação periódica a outras entidades, tais como Assembleia da República e Direção-Geral do Orçamento;
- Execução de medidas pré determinadas em cumprimento de políticas públicas em parte significativa dos processos em que a DGTF intervém, não influenciando, nesse âmbito e em muitas situações, o respetivo processo decisório;
- Abordagem interdisciplinar a um número considerável de processos, dada a natureza das matérias tratadas pela DGTF, intervindo, por isso, na sua instrução, mais do que uma unidade orgânica, consoante as competências requeridas, a que acresce o facto de o processo de decisão envolver vários níveis hierárquicos;

- Constante atualização e monitorização, face à criticidade dos sistemas de informação da DGTF e tendo como orientação base as normas de segurança informática aprovadas, após implementação dos mecanismos de tolerância a falhas e de alta disponibilidade, bem como medidas de segurança anti-intrusão;
- Mecanismos de segregação de funções intra e inter unidades orgânicas consubstanciados nos procedimentos internos instituídos, designadamente nas vertentes da coordenação orçamental e do processamento da despesa com recurso a sistemas de informação geridos por entidades terceiras no âmbito do MF, que, naturalmente, concorrem para a prevenção de riscos.

Ao longo dos últimos anos, a DGTF tem vindo a firmar, um sistema de gestão por objetivos, de acordo com o qual a delineação das suas atividades tem correspondência na apresentação da proposta de orçamento junto da Tutela. Está em causa um processo de planeamento largamente participado, no âmbito do qual é promovida a auscultação dos Dirigentes quanto às propostas de atividades e projetos a desenvolver.

A atuação da DGTF é sempre regida pelo cumprimento da legalidade e promoção da qualidade do serviço público prestado, tendo em vista a eficiência, eficácia, proporcionalidade e economia nas tarefas executadas, razão pela qual a realização da respetiva despesa obedece sempre aos requisitos da conformidade legal, regularidade Financeira e da Boa Gestão (economia, eficiência e eficácia).

Por fim, cabe-nos ainda realçar que os trabalhadores da DGTF, no exercício das suas funções, têm subentendido o respeito dos direitos, liberdades e garantias individuais, propugnando, nomeadamente, a não discriminação e igualdade de tratamento, com salvaguarda pelo respeito da Carta de Ética dos trabalhadores da Administração Pública, e respetivo regime disciplinar, bem assim, pelo Código de Ética e de Conduta interno.

### **3. DESENVOLVIMENTO DE MEDIDAS PARA UM REFORÇO POSITIVO DO DESEMPENHO**

O reforço positivo do desempenho da DGTF constitui uma abordagem permanente da Direção, que tem como pressupostos a minimização dos pontos mais frágeis e, por outro lado, o aproveitamento das oportunidades, de forma a que seja dado enfoque à valorização dos aspetos mais fortes.

Assim, apesar de a DGTF não controlar os factos que podem, eventualmente, afetar, de forma positiva ou negativa, o seu desempenho, considera que se encontra em posicionada para o desenvolvimento de estratégias que lhe possibilitem melhorar o respetivo desempenho.

Nesta conformidade, a DGTF pretende acompanhar de perto o progresso registado na sociedade da informação, tendo em conta o seu relevante papel no modo de atuação das organizações e na forma como estas interagem, pelo que, para esse efeito, procura munir-se das mais fortes componentes tecnológicas que lhe permitam o contínuo acesso aos modernos meios de informação e de transmissão do conhecimento.

Por outro lado, e no âmbito da modernização, importa desenvolver e implementar metodologias de gestão no domínio tecnológico, tendo presentes os princípios que regem a ação pública no domínio da Sociedade da Informação e que têm como denominador comum o combate à infoexclusão, condição fundamental para que todos beneficiem das novas formas de comunicação e informação, pelo que a concretização destes princípios traduz-se na melhoria da infraestrutura de suporte, enquanto vetor de modernização.

No âmbito da planificação da sua atividade organizacional e de forma a melhorar o seu desempenho, a DGTF tem desenvolvido um trabalho sistemático de identificação de áreas e processos passíveis de otimização através do incremento do recurso aos meios tecnológicos e da simplificação de procedimentos e aperfeiçoamento dos métodos de trabalho.

Nesta medida, as tecnologias da informação e de comunicação são uma forte aposta da DGTF, em virtude de traduzirem uma oportunidade de moldar e influenciar, de forma positiva, comportamentos a nível profissional e até mesmo social.

Por essa razão, à semelhança dos anos anteriores e porque pretende posicionar-se na linha da frente em termos de disponibilização e utilização de instrumentos tecnologicamente avançados, em 2013, a DGTF continuou a desenvolver e a aprofundar projetos de grande importância para a gestão das suas atividades, tais como o Sistema de Informação de Imóveis do Estado (SIIE), o Sistema de Informação das Garantias e Empréstimos do Estado (SIGE) e o Sistema de Recolha de Informação Económica e Financeira (SIRIEF).

No entanto, não podemos olvidar que, durante o ano de 2013, foi alterado o modelo organizativo e funcional do Ministério das Finanças, ou seja, transitaram para a Secretaria-Geral as atribuições nos domínios da gestão dos recursos humanos, financeiros e patrimoniais da DGTF<sup>3</sup>, o que também teve algum impacto ao nível da implementação de metodologias de gestão no domínio tecnológico.

---

<sup>3</sup> Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro – Orçamento do Estado para 2013 – Artigos 18.º e 19.º.

#### 4. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

No decurso de 2013, a DGTF continuou a ser confrontada com desafios significativos e ao mesmo tempo estimulantes, cuja resposta adequada e atempada em muito se ficou a dever ao empenho, dedicação e profissionalismo de todos aqueles que estiveram envolvidos na sua execução, tendo em conta, em muitos dos casos, o carácter imprevisível de que se revestiram, pelas razões já amplamente invocadas advenientes do contexto-económico-financeiro que permanece vigente.

Perante esta realidade, é de salientar as ações relevantes onde a DGTF esteve presente, identificando as que pela sua natureza e, ou, carácter mais marcadamente inovador ou complexidade se destacam no Anexo II ao presente relatório.

### CAPÍTULO III - RECURSOS ENVOLVIDOS

#### 1. AFETAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS, FINANCEIROS, MATERIAIS E TECNOLÓGICOS

Sem prejuízo das especificidades advenientes da alteração do modelo organizativo e funcional do Ministério das Finanças, com a transição para a Secretaria-Geral das atribuições nos domínios da gestão dos recursos humanos, financeiros e patrimoniais da DGTF, nos termos previstos no artigo 19.º da Lei do Orçamento do Estado para 2013, esta atividade encontra-se concentrada na DSGR, atualmente DGR, e abrange o conjunto de ações/atividades/tarefas relacionadas com a gestão destas áreas, incluindo as tecnológicas.

Ademais, trata-se de uma atividade de execução relacionada com todos os atos relativos aos trabalhadores e que são característicos dos serviços de Recursos Humanos.

A gestão, conservação e manutenção das instalações da DGTF e dos seus equipamentos, bem como a aquisição de *hardware* e *software* foi assegurada em articulação com a SGMF, ao abrigo do processo de centralização de áreas comuns.

Efetuuou-se a instalação de *hardware* e *software*, bem como foi assegurada a manutenção da rede de comunicações, dos servidores, do Site da DGTF, dos computadores pessoais, da segurança da rede informática, da gestão de contratos e de assistência técnica informática, bem como a gestão e distribuição dos equipamentos informáticos.

## 1.1 Alocação de Recursos Humanos e Formação

Conforme decorre da sua missão e das atribuições que lhe estão cometidas, o âmbito de intervenção da DGTF é diversificado, carecendo, por isso, de recursos humanos e técnicos adequados para dar resposta às constantes solicitações decorrentes da sua missão.

Continua a manter-se o desajustamento qualitativo e quantitativo do quadro de pessoal da DGTF, salientando-se, num universo de 154 trabalhadores, o seguinte:

- Quadro técnico superior (102), representando 66,23% do total do seu pessoal;
- Quadro assistente técnico (16), representando 10,39% do total dos efetivos;
- Quadro técnico de informática (5), representando 1,95%, do total de efetivos;
- Elevada média etária – 51,04 anos.

RECURSOS HUMANOS	
Direção	4
Dirigente Intermédio	19
Técnico Superior	102
Coordenador Técnico	1
Técnico de Informática e de Património	3
Assistente Técnico	16
Assistente Operacional	7
<b>Total</b>	<b>154</b>

Figura 9 – Recursos humanos

Pretende-se, no entanto, mitigar o “desajustamento qualitativo” elevando as competências dos trabalhadores, através da prossecução de um objetivo relativo à formação como consta do QUAR.

Deste modo, a vertente formativa é essencial, enquanto instrumento para atingir os objetivos definidos e o nível de qualidade exigida no respeito pelos seguintes princípios:

- Contribuir para uma cultura de mérito e de exigência, com um elevado nível de qualidade;
- Melhorar o desempenho profissional dos trabalhadores da DGTF, proporcionando-lhes condições que fomentem a criatividade, o espírito crítico e de iniciativa;



- Garantir as orientações do Governo em matéria de formação;
- Incrementar a introdução de novas práticas e conhecimentos, face às alterações legislativas e tecnológicas, privilegiando também as matérias de igualdade de género e cidadania.

## 1.2 Balanço Social

Relativamente ao Balanço Social, que consta do **Anexo III**, salientamos os seguintes aspetos que marcaram o ano de 2013:

- Em 31 de dezembro de 2013, desempenhavam funções na DGTF, 154 efetivos, dos quais 128 em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, 1 em regime de nomeação definitiva, 2 em cedência de interesse público e 23 em comissão de serviço.
- Foram admitidos, um total de 7 técnicos superiores (TS) no âmbito do Curso de Estudos Avançados em Gestão Pública (CEAGP); regresso, por cessação de mobilidade, de 4 técnicos/as superiores de outros organismos, 3 entradas de pessoal proveniente de outros organismos (2 da carreira “Técnico/a Superior” e 1 “Dirigente” intermédio de 2.º grau), 3 admissões por cessação de comissões de serviço em funções dirigentes de nível intermédio de 1.º e 2.º grau e também 2 entradas associadas a cargos dirigentes intermédios de 2.º grau.
- Saíram definitivamente da DGTF por aposentação 8 trabalhadores/as; 1 TS regressou ao organismo de origem, verificando-se também 1 cedência de interesse público de um TS para o Conselho de Finanças Públicas, 4 saídas em mobilidade interna para a Secretaria-Geral do Ministério das Finanças (SGMF), 1 saída temporária e 5 saídas (3 de dirigentes de 1.º e 2.º grau e 2 técnicos superiores, no âmbito da racionalização das Estruturas do Estado consubstanciada no Decreto-Lei n.º 156/2012, de 18 de Julho e da Portaria n.º 229/2013, de 18 de julho.
- Consistente com a taxa de envelhecimento observada, a evolução da média etária sofreu ligeiríssimos decréscimos, em termos comparativos, no triénio 2011-2013.
- Em 2013, verifica-se que a média etária global, por comparação com 2012, sofreu um decréscimo de 0,57 e relativamente a 2011, um decréscimo de 0,07. Esta diminuição está relacionada com as admissões já referidas no âmbito da CEAGP, cujas idades estão concentradas no escalão 25-39 anos e também nas 8 saídas definitivas por aposentação (1, por invalidez, situada no escalão 50-54 anos e as restantes sete reunidas nos escalões entre os 55-69 anos).

- A licenciatura é o grau de habilitações predominante, correspondendo a 54,55% dos efetivos totais e 89,61% têm um nível de habilitações igual ou superior ao 11º ano;
- Acréscimo da taxa de absentismo foi de 5,55%, o que representa um valor manifestamente inferior face ao registado no ano de 2012 (8,62%).

Procedendo a uma análise mais detalhada da evolução observada entre 2011 e 2013, por grupo de pessoal, podemos afirmar que o grupo profissional com maior representação na DGTF tem sido constante no período temporal em análise e corresponde ao grupo “Técnico/a Superior”. Observamos uma redução progressiva nos efetivos associados aos grupos profissionais “Assistente Técnico/a” e “Assistente Operacional”, conforme sistematização constante do gráfico seguinte:

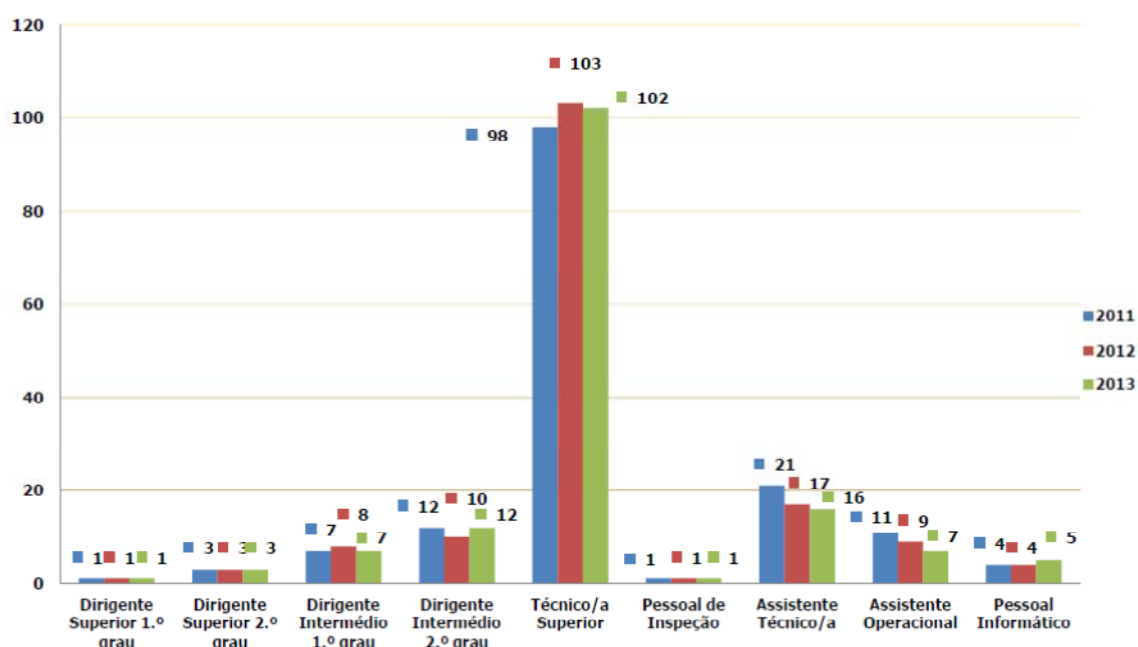


Figura 10 – Grupo de Pessoal

### 1.3 Alocação de Recursos Materiais e Financeiros

Durante o ano de 2013, foi alterado o modelo organizativo e funcional do Ministério das Finanças, ou seja, transitaram para a Secretaria-Geral as atribuições nos domínios da gestão dos recursos humanos, financeiros e patrimoniais da DGTF<sup>4</sup>.

<sup>4</sup> Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro – Orçamento do Estado para 2013 – Artigos 18.º e 19.º.

Nesta conformidade, a Secretaria-Geral passou a assegurar a prestação centralizada de serviços comuns, designadamente na área de recursos humanos, financeiros, logísticos e patrimoniais, dos serviços integrados na administração direta, no âmbito do MF, onde se inclui a DGTF, razão pela qual a atuação e funcionamento desta Direção-Geral tiveram que ser adequados a esta nova realidade organizacional e funcional, com todas as exigências daí advenientes.

Assim sendo, e tendo presente o contexto anteriormente explicitado, os quadros *infra* evidenciam os recursos financeiros executados pela DGTF, no ano de 2013, por comparação aos anos anteriores:

Recursos Financeiros	Execução 2011	Execução 2012	Execução 2013
Despesas com Pessoal	5.448.646 €	4.469.248 €	5.192.655 €
Aquisição de Bens e Serviços	1.718.286 €	1.309.547 €	664.812 €
Aquisições de Bens de Capital	28.440 €	16.776 €	11.954 €
Orçamento Funcionamento	7.195.372 €	5.795.571 €	5.869.421 €
Orçamento Investimento	20.803 €	417.961 €	181.631 €
Capítulo 60 / Divisão 01	9.959.950.877 €	13.136.730.371 €	7.597.985.228 €
<b>Total Recursos Financeiros DGTF</b>	<b>9.967.167.052 €</b>	<b>13.142.943.904 €</b>	<b>7.604.036.280 €</b>

Figura 11 – Recursos Financeiros / Orçamento executado (2011 a 2013)

De seguida apresentamos uma tabela que sistematiza a variação expressa em euros e retrata a taxa de execução dos recursos financeiros alcançada no ano em análise:

Recursos Financeiros 2013	Planeado (€)	Corrigido (€)	Executado (€)	Variação (€)	Execução
Despesas com Pessoal	5.554.872,00	5.062.665,00	5.192.655,49	-129.990,49	102,57%
Aquisições de Bens <sup>a)</sup> e Serviços	3.273.700,00	1.906.614,00	676.765,79	1.229.848,21	35,50%
Orçamento Funcionamento	8.828.672,00	6.969.279,00	5.869.421,28	1.099.857,72	84,22%
Orçamento Investimento	1.172.478,00	919.658,00	181.631,14	738.026,86	19,75%
O. Funcionamento + O. Investimento	10.001.150,00	7.888.937,00	6.051.052,42	1.837.884,58	76,70%
Orçamento Capítulo 60 / Divisão 01	18.475.458.576,00	18.468.816.276,00	7.597.985.227,77	10.870.831.048,23	41,14%
<b>Total</b>	<b>18.485.459.726,00</b>	<b>18.476.705.213,00</b>	<b>7.604.036.280,19</b>	<b>10.872.668.932,81</b>	<b>41,15%</b>

<sup>a)</sup> inclui bens de capital

Figura 12 – Recursos Financeiros – Planeados e Executados – Variação e Taxa de Execução

## CAPÍTULO IV - AVALIAÇÃO FINAL

*O presente Relatório de Atividades espelha, como é natural, os projetos e as atividades desenvolvidas pela DGTF ao longo do ano de 2013, resultantes da normal execução dos objetivos desta Direção-Geral, no quadro das suas atribuições, configurando uma análise à sua atuação da DGTF e, consequentemente, a avaliação final do seu desempenho no contexto da concretização do Plano de Atividades de 2013.*

*Em 2013, a atividade da DGTF é marcada pela concretização da reestruturação operada na sequência do Decreto-Lei n.º 156/2012, de 18 de julho, que aprovou a sua orgânica, e da Portaria n.º 229/2013, de 18 de julho, que fixou a estrutura nuclear e as competências de cada uma das Unidades Orgânicas. Por seu turno, o Despacho n.º 12188/2013, de 09 de setembro, estabeleceu a arquitetura e competências das unidades orgânicas flexíveis.*

*A nova estrutura organizacional pretendeu responder aos principais desafios com que a DGTF se confronta diariamente, face à amplitude de atribuições que lhe estão cometidas e à inerente diversidade e especificidade de atividades desenvolvida, bem como às inúmeras solicitações de que é alvo, enquanto entidade de referência no contexto das Instituições Públicas Nacionais.*

*Destacamos igualmente, as alterações funcionais que começaram a 01/01/2013 decorrentes do processo de implementação do novo modelo funcional e organizativo no Ministério das Finanças (MF), o qual obrigou, no cumprimento do previsto na Lei do Orçamento de Estado para aquele ano, à centralização de atribuições comuns (quanto a recursos financeiros, humanos e patrimoniais da DGTF) na Secretaria-Geral do MF.*

*Estas profundas alterações conduziram necessariamente a processos de adaptação difíceis – seja na gestão de recursos humanos, seja no cumprimento de um calendário ambicioso de acelerada migração para a entidade centralizadora, bem como na integração da entrada em produtivo de um novo sistema aplicacional (GERHUP) - e a um esforço acrescido de performance duplamente exigente atento ao carácter imperativo e à inevitabilidade de acomodar transformações legalmente impostas com elevado nível de complexidade (intra e interinstitucional), fortíssimo impacto organizativo e, sobretudo, de natureza funcional, pois em pleno processo de adaptação à centralização, extinguem-se, posteriormente, as unidades orgânicas mais envolvidas na implementação da mudança em curso.*

*Por outro lado, o contexto económico e financeiro verificado no ano de 2013 continuou a exigir à DGTF uma atuação mais eficiente e eficaz face às atribuições que lhe estão cometidas, em especial no âmbito da execução das políticas económico-financeiras da República Portuguesa, de forma a proporcionar a obtenção de resultados positivos e a melhor gestão dos recursos disponíveis, tendo em conta a forte insuficiência de recursos humanos nas suas diversas áreas de atuação.*

*Com efeito, a concretização das atividades correntes e o cumprimento das metas inicialmente traçadas ou redefinidas em função das circunstâncias envolventes e em concreto verificadas a par das alterações organizativas*

*exigiram um esforço comum para os resultados que foram alcançados pela DGTF e que se revelaram bastante positivos.*

*No entanto, e à semelhança do que sucedeu nos anos anteriores, é com enorme orgulho que podemos concluir que a DGTF conseguiu dar resposta, muitas delas pró-ativas, em tempo oportuno e com qualidade, aos desafios que lhe foram colocados, muitos deles advenientes de fatores externos, continuando a prosseguir uma política de atuação pautada, em especial, por princípios de qualidade, rigor, eficiência, legalidade, e equidade. Olhando para os próximos anos, e ainda no âmbito de um contexto económico adverso, mas mais positivo, queremos que a DGTF continue a desenvolver uma atuação rigorosa e que vá ao encontro dos objetivos propostos e das expectativas de todos os agentes que com ela interagem, o que constitui uma ambição a sedimentar.*

*Para além disso, em termos organizativos, destaca-se também a participação da DGTF no processo de consolidação do novo modelo organizacional do Ministério das Finanças, com impacto direto na sua atividade de gestão.*

*Deste modo, no quadro das atribuições e competências que hoje estão cometidas à DGTF, e conforme resultou da avaliação do cumprimento do QUAR, para efeito do disposto no artigo 15.º da Lei n.º 66-B/2007, de 27 de dezembro, **considera-se que a avaliação global do desempenho da DGTF é positiva, propondo-se, em resultado da autoavaliação e ao abrigo do disposto no artigo 18.º da citada Lei, a menção de DESEMPENHO BOM, traduzida numa taxa de realização final de 114,2%,** sendo de realçar os significativos índices de produtividade e de custo-eficácia obtidos, conforme se evidenciou no ponto 1.2., do Capítulo II, bem como as atividades que foram concretizadas com sucesso.*

*Por último, cumpre manifestar o apoio e a colaboração de diversas entidades que contribuíram para o desempenho da DGTF, das quais é merecido destacar:*

- A Senhora Secretária de Estado do Tesouro e seu Gabinete, pelo apoio, confiança e forma sempre atenta como acompanhou a DGTF;*
- O Senhor Secretário de Estado das Finanças e seu Gabinete, pelo apoio, confiança e forma sempre atenta como acompanhou a DGTF;*
- As entidades que connosco interagem na prossecução das suas atribuições;*
- Os dirigentes e trabalhadores da DGTF, sem o esforço e empenho dos quais a concretização da estratégia e objetivos a que nos propusemos não seria possível.*

*Para todos, os nossos agradecimentos e a certeza de que tudo faremos para continuar a merecer o seu apoio.*

A Diretora-Geral,

---

Elsa Roncon Santos



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Direção-Geral do Tesouro e Finanças

# ANEXOS



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Direção-Geral do Tesouro e Finanças

# ANEXO I

Objetivos Unidade Orgânica (Ob)					
DSPE	Ob1: Melhorar o nível de acompanhamento das empresas públicas – medidas PAEF				
	Indicador: Número de ações de monitorização do reporte à Troika da implementação das medidas definidas no programa de assistência financeira a Portugal quanto às empresas SEE (n.º de empresas da carteira principal).			Meta: 500 ações de monitorização	
	Resultado				
	Não Atingido		Atingido		Superado
Nota explicativa: Em resultado do esforço efetuado, foi conseguido o cumprimento do objetivo, situando-se o resultado ligeiramente acima da meta definida (taxa de realização de 101%), com 507 ações concretizadas.					
Ligação ao Objetivo Operacional (se aplicável): O resultado obtido contribuiu para o aumento da eficácia no cumprimento da missão da DGTF					
DSPE	Ob2: Melhorar o nível de acompanhamento das empresas públicas – PEC				
	Indicador: Número de ações de monitorização do cumprimento das medidas estabelecidas no Programa de Estabilidade e Crescimento, pelas empresas públicas (N.º de empresas da carteira principal).			Meta: 500 ações de monitorização.	
	Resultado				
	Não Atingido		Atingido		Superado
Nota explicativa: Em resultado do esforço efetuado, foi conseguido o cumprimento do objetivo, situando-se o resultado ligeiramente acima da meta definida (taxa de realização de 102%) com 510 ações concretizadas.					
Ligação ao Objetivo Operacional (se aplicável): O resultado obtido contribuiu para o aumento da eficácia no cumprimento da missão da DGTF					
DSPE	Ob3: Melhorar a qualidade da prestação de serviços				
	Indicador: Prazo médio em dias úteis de entrega ao Governo da informação relativa Esforço Financeiro do Estado no âmbito do SEE (somatório dos dias úteis, após o fim do mês a que a informação respeita até à data da sua entrega/número de informações.			Meta: 4 dias úteis.	
	Resultado				
	Não Atingido		Atingido	X	Superado



DSPE	Ob4: Cumprir os prazos de divulgação de relatórios de informação periódica das áreas operacionais.				
	Indicador: Desvio médio de antecipação, em número de dias úteis, da apresentação ao Governo dos relatórios da área operacionais (Somatório dos desvios em dias úteis entre as datas de apresentação ao Governo dos relatórios das áreas operacionais e as datas fixadas no calendário de publicações da DGTF / número total de relatórios).			Meta: 4 dias úteis.	
	Resultado				
	Não Atingido		Atingido		Superado
Nota explicativa: Foi efetuado um esforço no sentido de assegurar o cumprimento do objetivo, situando-se o resultado ligeiramente acima da meta estabelecida para o ano (taxa de realização de 108%), em 4,3 dias úteis.					
Ligação ao Objetivo Operacional (se aplicável): O resultado obtido contribuiu para a melhoria da qualidade no cumprimento da missão da DGTF					
DSPE – Divisão do Património Empresarial (DPE)					
DPE	Ob1: Melhorar a qualidade do reporte de informação sobre o Esforço Financeiro do Estado no âmbito do SEE.				
	Indicador: Prazo médio em dias úteis de entrega ao Governo da informação relativa ao Esforço Financeiro do Estado no âmbito do SEE (somatório dos dias úteis, após o fim do mês a que a informação respeita até à data da sua entrega / número de informações).			Meta: 4 dias úteis.	
	Resultado				
	Não Atingido		Atingido	X	Superado
Nota explicativa: Foi efetuado um esforço no sentido de assegurar o cumprimento do objetivo, (taxa de realização de 100%)					
Ligação ao Objetivo Operacional (se aplicável): O resultado obtido contribuiu para a melhoria da qualidade no cumprimento da missão da DGTF					
DPE	Ob2: Melhorar a qualidade da apresentação de proposta de pagamento de Indemnizações compensatórias, subsídios e realizações de capital				
	Indicador: N.º de dias úteis de antecipação da entrega de proposta fundamentada de realização de despesa em relação à data prevista para a realização da operação de pagamento.			Meta: 3 dias úteis	
	Resultado				
	Não Atingido		Atingido	X	Superado
Nota explicativa: Foi efetuado um esforço no sentido de assegurar o cumprimento do objetivo (taxa de realização de 100%)					
Ligação ao Objetivo Operacional (se aplicável):					
DPE	Ob3: Melhorar a qualidade da divulgação trimestral no portal da DGTF de informação sobre o Esforço Financeiro do estado no âmbito do SEE e sobre a Carteira de Participações do Estado				

	Indicador: Prazo médio em dias úteis de divulgação da informação no portal (somatório dos dias úteis, após o fim do trimestre a que a informação respeita até à data da sua divulgação/número de informações)			Meta: 4 dias úteis		
	Resultado					
	Não Atingido		Atingido	X	Superado	
Nota explicativa: Foi efetuado um esforço no sentido de assegurar o cumprimento do objetivo, (taxa de realização de 100%)						
Ligação ao Objetivo Operacional (se aplicável):						
DPE	Ob4: Melhorar a qualidade da comunicação ao exterior de decisões da DGTF ou do Governo sobre matérias do SEE corretamente redigidas, para o exterior (ofícios, fax ou e-mail), remetendo cópias de documentação.					
	Indicador: Prazo em dias úteis entre a redação correta da comunicação e o conhecimento da decisão.			Meta: 1 dia útil.		
	Resultado					
	Não Atingido		Atingido	X	Superado	
Nota explicativa: Foi efetuado um esforço no sentido de assegurar o cumprimento do objetivo, (taxa de realização de 100%)						
Ligação ao Objetivo Operacional (se aplicável):						

DSPE – Divisão de Análise e Acompanhamento (DAA)					
DAA	Ob1: Melhorar o nível de acompanhamento das empresas públicas – PAEF				
	Indicador: Número de ações de monitorização do reporte à Troika da implementação das medidas definidas no programa de assistência financeira a Portugal quanto às empresas SEE (n.º de empresas da carteira principal).			Meta: 500 ações de monitorização.	
	Resultado				
	Não Atingido		Atingido		Superado
Nota explicativa: Em resultado do esforço efetuado, foi conseguido o cumprimento do objetivo, situando-se o resultado ligeiramente acima da meta definida (taxa de realização de 101%)					
Ligação ao Objetivo Operacional (se aplicável): O resultado obtido contribuiu para o aumento da eficácia no cumprimento da missão da DGTF.					

DAA	Ob2: Melhorar o nível de acompanhamento das empresas públicas - PEC.					
	Indicador: Número de ações de monitorização do cumprimento das medidas estabelecidas no Programa de Estabilidade e Crescimento, pelas empresas públicas (N.º de empresas da carteira principal).				Meta: 500 ações de monitorização.	
	Resultado					
	Não Atingido		Atingido		Superado	X
Nota explicativa: Em resultado do esforço efetuado, foi conseguido o cumprimento do objetivo, situando-se o resultado ligeiramente acima da meta definida (taxa de realização de 102%) com 510 ações concretizadas.						
Ligação ao Objetivo Operacional (se aplicável): O resultado obtido contribuiu para o aumento da eficácia no cumprimento da missão da DGTF						
DAA	Ob3: Cumprir os prazos de divulgação de relatórios de informação periódica das áreas operacionais					
	Indicador: Desvio médio de antecipação, em número de dias úteis, da apresentação ao Governo dos relatórios das áreas operacionais (Somatório dos desvios em dias úteis entre as datas de apresentação ao Governo dos relatórios das áreas operacionais e as datas fixadas no calendário de publicações da DGTF / número total de relatórios).				Meta: 4 dias úteis.	
	Resultado					
	Não Atingido		Atingido		Superado	X
Nota explicativa: Foi efetuado um esforço no sentido de assegurar o cumprimento do objetivo, situando-se o resultado ligeiramente acima da meta estabelecida para o ano (taxa de realização de 108%) em 4,3 dias úteis.						
Ligação ao Objetivo Operacional (se aplicável): O resultado obtido contribuiu para a melhoria da qualidade no cumprimento da missão da DGTF						
DAA	Ob4: Assegurar a elaboração de projeto de despacho coerente e suportado em parecer fundamentado, claro, conciso e abrangente, com orientação de sentido de voto do acionista Estado em cada AG.					
	Indicador: N.º de dias úteis de antecipação da apresentação de projeto de despacho em relação à data da realização de cada AG.				Meta: 4 dias úteis de antecipação.	
	Resultado					
	Não Atingido		Atingido	X	Superado	
Nota explicativa: Foi efetuado um esforço no sentido de assegurar o cumprimento do objetivo, (taxa de realização de 100%)						
Ligação ao Objetivo Operacional (se aplicável):						

Objetivos Unidade Orgânica (Ob)					
DSAF	Ob1: Assegurar a qualidade da prestação de informação sobre os apoios do Estado.				
	Indicador: Nº de pontos atribuídos de acordo com a verificação dos seguintes critérios em 3 informações produzidas e a selecionar aleatoriamente: Nível de linguagem escrita - 1 a 3 valores; Capacidade de síntese -1 a 3 valores; Fundamentação - 1 a 3 valores; Proposta assertiva -1 a 3 valores, sendo que 1 corresponde a insatisfatório, 2 a suficiente e 3 a bom.			Meta: Pontuação obtida entre 24 a 30.	
	Resultado				
	Não Atingido		Atingido		Superado
Nota explicativa: A pontuação atingida nas 3 informações selecionadas aleatoriamente é de 33 pontos.					
Ligação ao Objetivo Operacional (se aplicável): OE3					
DSAF	Ob2: Assegurar o cumprimento dos prazos de divulgação dos relatórios de informação periódica a serem remetidos ao Governo para envio à Assembleia da República.				
	Indicador: Desvio médio de antecipação, em número de dias úteis, da apresentação ao Governo dos relatórios sobre Garantias ou empréstimos do Estado (somatório dos desvios em dias úteis entre as datas de apresentação ao Governo dos relatórios e as datas fixadas no calendário de publicações da DGTF/Número total de relatórios).			Meta: Desvio médio de 4 dias úteis.	
	Resultado				
	Não Atingido		Atingido		Superado
Nota explicativa: Em termos médios os relatórios do Regime que viabiliza a Concessão de Garantias e Empréstimos do Estado a Estados Membros da Zona Euro que visem o financiamento desses Estados, no âmbito da Iniciativa para o reforço da estabilidade financeira e sobre a Concessão de Garantias Pessoais pelo Estado para o Reforço da Estabilidade Financeira e da Disponibilização de Liquidez nos Mercados Financeiros foram apresentados com 7 dias de antecipação					
Ligação ao Objetivo Operacional (se aplicável): OE3					

DSAF	Ob3:Garantir a disponibilização tempestiva dos relatórios de informação periódica a serem remetidos ao Governo para envio à Comissão Europeia.				
	Indicador: Prazo de disponibilização da informação a partir da data em que são recebidos os contributos das restantes entidades intervenientes.			Meta: Desvio médio de 5 dias úteis.	
	Resultado				
	Não Atingido		Atingido	X	Superado
Nota explicativa: Os contributos da DSAF para os relatório de acompanhamento do PAEF foram entregues nas datas solicitadas					
Ligação ao Objetivo Operacional (se aplicável): OE3					

DSAF – Divisão de Bonificações e Incentivos (DBI)					
DBI	Ob1: Assegurar a qualidade da prestação de informação sobre os apoios do Estado.				
	Indicador: Nº de pontos atribuídos de acordo com a verificação dos seguintes critérios em 3 informações produzidas e a selecionar aleatoriamente: Nível de linguagem escrita - 1 a 3 valores; Capacidade de síntese - 1 a 3 valores; Fundamentação - 1 a 3 valores; Proposta assertiva -1 a 3 valores, sendo que 1 corresponde a insatisfatório, 2 a suficiente e 3 a bom			Meta: Pontuação obtida entre 24 e 30.	
	Resultado				
	Não Atingido		Atingido		Superado
Nota explicativa: A pontuação atingida nas 3 informações selecionadas aleatoriamente é de 33 pontos.					
Ligação ao Objetivo Operacional (se aplicável): OE3					
DBI	Ob2: Implementação do Sistema de Crédito à Habitação para Deficientes (SCHD).				
	Indicador: Conclusão dos testes após publicação do respetivo diploma no Diário da República.			Meta: Até 5 meses contados a partir da data de publicação.	
	Resultado				
	Não Atingido	X	Atingido		Superado
Nota explicativa: O projeto de diploma proposto pela DGTF que regulamenta a bonificação do crédito a pessoa com deficiência foi objeto de diversas alterações sendo que a aprovação do mesmo ocorreu apenas em 26 de agosto 2014 o que impossibilitou o início da implementação do SCHd					
Ligação ao Objetivo Operacional (se aplicável):					

DBI	Ob3: Garantir a disponibilização tempestiva de informação sobre previsão da despesa ou respetiva execução orçamental.					
	Indicador: Prazo de disponibilização da informação a partir da data em que é solicitada			Meta: Desvio médio de 2 dias úteis.		
	Resultado					
	Não Atingido		Atingido	X	Superado	
Nota explicativa: A informação orçamental foi remetida nas datas solicitadas						
Ligação ao Objetivo Operacional (se aplicável): OE3						

DSAF – Divisão de Garantias e Empréstimos (DGE)					
DGE	Ob1: Assegurar a qualidade da prestação de informação sobre os apoios do Estado.				
	Indicador: Nº de pontos atribuídos de acordo com a verificação dos seguintes critérios em 3 informações produzidas e a selecionar aleatoriamente: Nível de linguagem escrita - 1 a 3 valores; Capacidade de síntese -1 a 3 valores; Fundamentação - 1 a 3 valores; Proposta assertiva -1 a 3 valores, sendo que 1 corresponde a insatisfatório, 2 a suficiente e 3 a bom			Meta: Pontuação obtida entre 24 e 30.	
	Resultado				
	Não Atingido		Atingido		Superado
Nota explicativa: A pontuação atingida nas 3 informações selecionadas aleatoriamente é de 33 pontos.					
Ligação ao Objetivo Operacional (se aplicável): OE3					

DGE	Ob2: Assegurar a prestação de informação sobre as necessidades de financiamento das empresas do SEE.					
	Indicador: Prazo médio, em dias úteis, de divulgação da informação (somatório dos dias úteis, após o final do mês a que a informação reporta até à data da sua prestação/12)				Meta: Desvio médio de 8 dias úteis.	
	Resultado					
	Não Atingido		Atingido	X	Superado	
Nota explicativa: A informação a informação foi prestada em média até ao 8º dia de cada mês						
Ligação ao Objetivo Operacional (se aplicável): OE3						

DGE	Ob3: Assegurar o cumprimento dos prazos de divulgação dos relatórios sobre garantias pessoais do Estado a serem remetidos periodicamente pelo Governo à Assembleia da República.				
	Indicador: Desvio médio de antecipação, em número de dias úteis, da apresentação ao Governo dos relatórios sobre Garantias ou empréstimos do Estado (somatório dos desvios em dias úteis entre as datas de apresentação ao Governo dos relatórios e as datas fixadas no calendário de publicações da DGTF/Número total de relatórios.		Meta: Desvio médio de 4 dias úteis.		
	Resultado				
	Não Atingido		Atingido		Superado
Nota explicativa: Os 2 relatórios foram remetidos com 3 dias, valor médio, de antecedência em relação às datas fixadas					
Ligação ao Objetivo Operacional (se aplicável): OE3					

Objetivos Unidade Orgânica (Ob)					
DGFO	Ob1: Adequar as dotações orçamentais relativas ao Capítulo 60º aos respetivos compromissos.				
	Indicador: N.º de dias úteis decorridos entre a constatação da insuficiência orçamental e a submissão da proposta.			Meta: Entre a constatação da insuficiência orçamental e a submissão do pedido à consideração superior decorrem, sempre, no máximo, 2 dias úteis contados após a disponibilização de todos os elementos necessários para o efeito.	
	Resultado				
	Não Atingido		Atingido		Superado
Nota explicativa: A média anual foi de 1 dia útil					
Ligação ao Objetivo Operacional (se aplicável):					
DGFO	Ob2: Assegurar a disponibilização a outras entidades de informação financeira relativa à atividade da DGTF após a receção de todos os contributos das unidades orgânicas.				
	Indicador: N.º de dias úteis entre a data de receção de todos os contributos das unidades orgânicas e a disponibilização a outras entidades. Consideram-se a disponibilização de dados ao Governo, DGO e TC bem como aos auditores de diversas entidades públicas e privadas. Considera-se como data de disponibilização a data de envio de email, registo em sistema de informação ou a data de saída do ofício de comunicação.			Meta: Entre a data de recolha de receção de todos os contributos das unidades orgânicas e a disponibilização decorrem sempre, no máximo, 3 dias úteis.	
	Resultado				
	Não Atingido		Atingido		Superado

Nota explicativa: A média anual foi de 2 dias úteis. Salienta-se que a quantidade de dados/informações remetidas tem vindo a aumentar principalmente as destinadas à DGO e à Secretaria-Geral					
Ligação ao Objetivo Operacional (se aplicável): Op 8					
DGFO	Ob3: Assegurar a disponibilização de informação relativa à gestão financeira de patrimónios autónomos.				
	Indicador: Taxa percentual de cumprimento dos prazos (n.º de documentos produzidos cumprindo o prazo estabelecido ÷ n.º total de documentos produzidos). Os prazos são: relatórios previstos legalmente = entrega o relatório entre 7 a 5 dias úteis após a recolha da informação necessária; aplicações financeiras = entrega os dados com um dia útil de antecedência em relação ao início da aplicação; informação solicitada pelos órgãos diretivos ou pelo Governo = entrega da informação solicitada 2 dias úteis após o pedido.			Meta: Taxa de cumprimento dos prazos entre 75% e 85%.	
	Resultado				
	Não Atingido		Atingido		Superado
Nota explicativa: No que se refere à produção de relatórios anuais, a finalização ocorreu 2 dias após a obtenção da certidão passada pelo IGCP relativa a juros recebidos e aplicações em vigor à data de 31.12.2012. Quanto às renovações de aplicações financeiras, a ordem foi dada ao ICGP com a antecedência de 1 ou 2 dias em relação à data do respetivo vencimento, consoante esteve em causa uma mais favorável taxa de juro. A produção de relatórios de informação de gestão e a prestação de informações ocorreu no prazo médio de 2 dias úteis após a respetiva solicitação.					
Ligação ao Objetivo Operacional (se aplicável): Op 7 e 8					
DGFO	Ob4: Assegurar o correto e tempestivo envio eletrónico dos dados de receitas e de despesas excecionais processadas pela DGTF para a DGO e a ESPAP.				
	Indicador: Taxa percentual de cumprimento dos prazos			Meta: Taxa de cumprimento de prazos entre 95% e 100%.	
	Resultado				
	Não Atingido		Atingido		Superado
Nota explicativa: Os ficheiros foram sempre enviados cumprindo o respetivo prazo de envio					
Ligação ao Objetivo Operacional (se aplicável):					



Objetivos Unidade Orgânica (Ob)					
DSGP	Ob1: Assegurar os procedimentos relativos à prossecução do Programa de Alienação do Património Disponível de forma a contribuir para um valor de receita entre os 9 e os 11 milhões de euros.				
	Indicador: Valor das vendas (Milhões de Euros), acrescido do valor dos processos de alienação autorizados pelo Governo, mas não contratualizados a 31.12.2013.			Meta: 10 M€. Tolerância de 1 M€, [9;11].	
	Resultado				
	Não Atingido		Atingido		Superado
Nota explicativa: Atingiu-se este ano um valor efetivo de vendas no montante de 14,9 M€, tendo-se, deste modo superado o objetivo em cerca de 4,9 M€					
Ligação ao Objetivo Operacional (se aplicável): OB 1, indicador 1					
DSGP	Ob2: Assegurar os procedimentos relativos à prossecução do Programa de Administração do Património de forma a contribuir para um valor de receita entre os 750 e os 850 mil euros.				
	Indicador: Valor das rendas (Milhares de Euros), acrescido do valor dos processos de arrendamento autorizados pelo Governo, mas não contratualizados a 31 de dezembro de 2013			Meta: 800 mil euros. Tolerância de 50 mil euros, [750;850].	
	Resultado				
	Não Atingido		Atingido	X	Superado
Nota explicativa: O valor efetivo de rendas recebido foi na ordem dos 770 mil euros.					
Ligação ao Objetivo Operacional (se aplicável): OB 1, indicador 2					
DSGP	Ob3: Assegurar os procedimentos necessários à celebração de cessação de contratos de arrendamento para instalação de serviços públicos e à instrução dos procedimentos de aquisição gratuita e onerosa de imóveis bem como proceder à regularização jurídico-registral dos imóveis.				
	Indicador: Rácio entre o n.º de processos analisados e o n.º de processos para tratamento. Em percentagem.			Meta: Analisar 60% dos processos. Tolerância de 20% dos processos, [40%;80%] dos processos	
	Resultado				
	Não Atingido		Atingido	X	Superado
Nota explicativa: Foram analisados 1088 processos num universo de 1752, o que traduz um rácio de 62%.					
Ligação ao Objetivo Operacional (se aplicável): Não aplicável.					

DSGP	Ob4: Assegurar a fiabilidade e celeridade da informação de gestão prestada a organismos externos de controlo.					
	Indicador: Número de dias para prestar a informação quando solicitada.			Meta: 5 dias úteis. Tolerância de 1 dia [4;6]		
	Resultado					
	Não Atingido		Atingido	X	Superado	
Nota explicativa: A informação solicitada foi prestada no prazo de 4 dias úteis						
Ligação ao Objetivo Operacional (se aplicável): Não aplicável.						

DSGP – Divisão de Administração Patrimonial (DAP)					
DAP	Ob1: Assegurar os procedimentos relativos à prossecução do Programa de Alienação e Administração do Património Imobiliário disponível.				
	Indicador: Imóveis disponibilizados para alienação e administração (Banco de Imóveis)			Meta: 20 imóveis. Tolerância de 5 imóveis, [15;25] Imóveis.	
	Resultado				
	Não Atingido		Atingido		Superado
Nota explicativa: Foram disponibilizados 36 imóveis					
Ligação ao Objetivo Operacional (se aplicável):					
DAP	Ob2: Aumentar a capacidade de resposta da Unidade Orgânica no tratamento dos processos sobre sua incumbência.				
	Indicador: Rácio entre o n.º de processos analisados e o n.º de processos para tratamento, em percentagem.			Meta: 60% dos processos. Tolerância de 10% dos processos, [50%;70%] processos.	
	Resultado				
	Não Atingido		Atingido	X	Superado
Nota explicativa: Nota explicativa: Foram analisados 420 processos num universo de 691, o que traduz um rácio de 61%.					
Ligação ao Objetivo Operacional (se aplicável):					

DAP	Ob3: Diminuir o tempo de resposta às solicitações.					
	Indicador: Mediana da diferença entre a data de resposta e a data de entrada em dias úteis das solicitações.			Meta: 30 dias úteis. Tolerância de 10 dias úteis, [20;40] dias úteis.		
	Resultado					
	Não Atingido		Atingido	X	Superado	
Nota explicativa: A mediana atingida foi de 20 dias úteis						
Ligação ao Objetivo Operacional (se aplicável):						
DAP	Ob4: Assegurar com fiabilidade e celeridade a informação de gestão prestada a organismos externos de controlo.					
	Indicador: N.º de dias para prestar a informação quando solicitada.			Meta: 4 dias úteis. Tolerância de 1 dia útil, [5;3] dias úteis.		
	Resultado					
	Não Atingido		Atingido	X	Superado	
Nota explicativa: A informação solicitada foi prestada no prazo de 4 dias úteis.						
Ligação ao Objetivo Operacional (se aplicável):						
DSGP – Divisão de Aquisições e Gestão de Contratos (DAGC)						
DAGC	Ob1: Assegurar os procedimentos relativos à prossecução do Programa de Alienação e Administração do Património Imobiliário disponível.					
	Indicador: Imóveis disponibilizados para alienação e administração (Banco de Imóveis)			Meta: 20 imóveis. Tolerância de 5 imóveis, [15;25] Imóveis.		
	Resultado					
	Não Atingido		Atingido		Superado	X
Nota explicativa: Foram disponibilizados 65 imóveis.						
Ligação ao Objetivo Operacional (se aplicável):						

DAGC	Ob2: Aumentar a capacidade de resposta da Unidade Orgânica no tratamento dos processos sobre sua incumbência.					
	Indicador: Rácio entre o n.º de processos analisados e o n.º de processos para tratamento, em percentagem.			Meta: 60% dos processos. Tolerância de 10% dos processos, [50%;70%] processos.		
	Resultado					
	Não Atingido		Atingido	X	Superado	
Nota explicativa: Foram analisados 668 processos num universo de 1061, o que traduz um rácio de 63%.						
Ligação ao Objetivo Operacional (se aplicável):						
DAGC	Ob3: Diminuir o tempo de resposta às solicitações.					
	Indicador: Mediana da diferença entre a data de resposta e a data de entrada em dias úteis das solicitações.			Meta: 30 dias úteis. Tolerância de 10 dias úteis, [20;40] dias úteis.		
	Resultado					
	Não Atingido		Atingido	X	Superado	
Nota explicativa: A mediana atingida foi de 20 dias úteis.						
Ligação ao Objetivo Operacional (se aplicável):						
DAGC	Ob4:Assegurar com fiabilidade e celeridade a informação de gestão prestada a organismos externos de controlo.					
	Indicador: N.º de dias úteis para prestar a informação quando solicitada.			Meta: 4 dias úteis. Tolerância de 1 dia útil, [5;3] dias úteis.		
	Resultado					
	Não Atingido		Atingido	X	Superado	
Nota explicativa: A informação solicitada foi prestada no prazo de 4 dias úteis.						
Ligação ao Objetivo Operacional (se aplicável):						

Objetivos Unidade Orgânica (Ob)					
DSATP	Ob1: Assegurar a realização atempada de avaliação técnicas de imóveis e de direitos constituídos ou a constituir sobre imóveis no quadro de atuação da DGTF.				
	Indicador: % de Relatórios Técnicos elaborados.			Meta: > 60%	
	Resultado				
	Não Atingido		Atingido		Superado
Nota explicativa: Foram produzidos 218 relatórios de avaliação, com correspondente homologação de valores, para um universo total de 357 solicitações.					
Ligação ao Objetivo Operacional:OB4					
DSATP	Ob2: Realizar e analisar estudos técnicos de conservação, reabilitação e requalificação, levantamentos patrimoniais e de verificação do estado de conservação e de imóveis do património imobiliário público, com elaboração de propostas procedimentais para a execução das intervenções necessárias.				
	Indicador: Prazo de entrega			Meta: Entre 10 e 20 dias (úteis)	
	Resultado				
	Não Atingido		Atingido	X	Superado
Nota explicativa: A realização dos estudos técnicos, com e sem elaboração de propostas de intervenção, foram efetuados no prazo máximo estabelecido					
Ligação ao Objetivo Operacional:					
DSATP	Ob3: Assegurar o acompanhamento e controlo de execução do Programa de Gestão do Imobiliário do Estado (PGPI).				
	Indicador: n.º de registos de ocupações validados no SIIE			Meta: > 50% das ocupações	
	Resultado				
	Não Atingido		Atingido		Superado
Nota explicativa: No final de 2013, apurou-se um universo potencial de 4.410 ocupações, tendo sido contabilizadas 607 ocupações sujeitas ao princípio da onerosidade (PO). Destas, foram validadas 581 ocupações, o que significa uma taxa de execução global de 95,62%.					
Ligação ao Objetivo Operacional (se aplicável): OB5					

DSATP – Divisão de Cadastro e Inventário (DCI)					
DCI	Ob1: Assegurar o acompanhamento e controlo da execução do Programa de Gestão do Património Imobiliário do Estado (PGPI), designadamente através da elaboração dos relatórios normativamente previstos e da prestação nos termos da lei.				
	Indicador: N.º de dias úteis de antecipação da entrega dos relatórios, face ao calendário de publicações no portal da DGTF.			Meta: Entrega dos relatórios com, pelo menos, dois (2) dias de antecipação.	
	Resultado				
	Não Atingido		Atingido	X	Superado
Nota explicativa: A primeira versão do relatório anual do PGPI/2012 foi apresentado a 30 de Junho de 2013, facto motivado pela metodologia de análise dos dados provenientes do SIIE. Com efeito, para além dos resultados referentes ao 4 trimestre de 2012, neste relatório foram também refletidos os dados obtidos no final do 1º trimestre de 2013, tendo-se considerado oportuno que a análise abrangesse este intervalo temporal dado que, sendo o SIIE um sistema dinâmico em permanente atualização, ocorreram entre os dois trimestres alterações significativas nos dados, que consolidaram informação relevante, pesando ainda o facto de se afigurar mais consistente uma análise comparativa entre esta data e a fixada no ano transato para o mesmo efeito.					
Ligação ao Objetivo Operacional:					
DCI	Ob2: Assegurar a monitorização e validação da informação registada no SIIE, para efeitos de aplicação do princípio da onerosidade.				
	Indicador: n.º de registos validados por ministério			Meta: > 50%.	
	Resultado				
	Não Atingido		Atingido		Superado
Nota explicativa: No final de 2013, apurou-se um universo potencial de 4.410 ocupações, tendo sido contabilizadas 607 ocupações sujeitas ao princípio da onerosidade (PO). Destas, foram validadas 581 ocupações, o que significa uma taxa de execução global de 95,62%.					
Ligação ao Objetivo Operacional (se aplicável):OBJ5					

DSATP – Divisão de Avaliações e Inspeções Patrimoniais (DAIP)					
DAIP	Ob1: Assegurar a realização atempada de avaliações técnicas de imóveis e de direitos constituídos ou a constituir sobre imóveis no quadro de atuação da DGTF				
	Indicador: % de Relatórios Técnicos elaborados.			Meta: > 60%	
	Resultado 61%				
	Não Atingido		Atingido		Superado
Nota explicativa: Foram elaborados 218 relatórios técnicos, com homologação de valor, para um universo total de 357 solicitações.					
Ligação ao Objetivo Operacional:OB4					
DAIP	Ob2: Realizar e analisar estudos técnicos de conservação, reabilitação, levantamentos patrimoniais e de verificação do estado de conservação e de uso de imóveis do património imobiliário público, com elaboração de propostas procedimentais para a execução das intervenções necessárias.				
	Indicador: Prazo de entrega.			Meta: Entre 10 e 20 dias úteis.	
	Resultado				
	Não Atingido		Atingido	X	Superado
Nota explicativa: A realização dos estudos técnicos, com e sem elaboração de propostas de intervenção, foram efetuados de forma a cumprir o prazo máximo estabelecido de 20 dias úteis					
Ligação ao Objetivo Operacional (se aplicável):					

Objetivos Unidade Orgânica (Ob)					
DSRF	Ob1: Contribuir para a otimização da receita emergente da recuperação de créditos.				
	Indicador: Valor das cobranças registadas na Receita do Estado de 2013 (exceto as respeitantes à dívida de Angola).			Meta: Receita cobrada entre 8M€ a 12M€.	
	Resultado:				
	Não Atingido		Atingido		Superado
Nota explicativa: Registada em receita do Estado a quantia de 17,4 M€. Acresce ao valor da receita indicado, a regularização de créditos sobre a República de Angola objeto do contrato de reescalonamento da dívida celebrado em 5-08-2004, no valor de 25,4 M€.					
Ligação ao Objetivo Operacional (se aplicável):					

DSRF	Ob2: Diligenciar no sentido da conclusão dos processos de liquidação em curso de entidades do sector empresarial do Estado.					
	Indicador: Número médio de propostas de orientação para encerramento da liquidação de empresas públicas (número de propostas de orientação – a dividir – número de empresas públicas em liquidação em 1-01-2013).				Meta: Número médio de propostas de orientação entre 1 a 1,5.	
	Resultado:					
	Não Atingido		Atingido		Superado	X
Nota explicativa: Registada uma média de propostas de orientação de 1,9 relativamente ao número de entidades em liquidação no início do ano, em resultado das quais foi possível concluir a liquidação da sociedade ENVC, Sociedade Imobiliária, SA.						
Ligação ao Objetivo Operacional (se aplicável):						
DSRF	Ob3: Contribuir para a otimização da gestão dos créditos do Estado sob administração da DGTF.					
	Indicador: Número dos processos de recuperação de créditos concluídos/extintos (a aferir através da data da confirmação da extinção ou da informação da DGTF propondo a anulação).				Meta: 80 a 120 processos concluídos/extintos.	
	Resultado:					
	Não Atingido		Atingido		Superado	X
Nota explicativa: Verificada a conclusão de 216 processos, dos quais 11 por pagamento, 90 por extinção da dívida determinada por decisão judicial ou por extinção do devedor, 114 por prescrição, 1 por consolidação de créditos.						
Ligação ao Objetivo Operacional (se aplicável):						
DSRF	Ob4: Garantir o apoio técnico adequado no quadro do processo de recuperação de créditos sobre o Banco Privado Português, SA (em liquidação).					
	Indicador: Número de iniciativas realizadas.				Meta: Entre 18 a 28 iniciativas.	
	Resultado					
	Não Atingido		Atingido	X	Superado	
Nota explicativa: Assegurada a realização de 27 iniciativas						
Ligação ao Objetivo Operacional (se aplicável):						



DSRF – Divisão de Gestão e Recuperação de Créditos (DGRC)					
DGRC	Ob1: Contribuir para a otimização da receita emergente da recuperação de créditos.				
	Indicador: Valor das cobranças registadas na Receita do Estado de 2013 (excetuando as respeitantes à dívida de Angola).			Meta: Receita cobrada entre 8 M€ a 12 M€.	
	Resultado:				
	Não Atingido		Atingido		Superado
Nota explicativa: Registada em receita do Estado a quantia de 17,4 M€. Acresce ao valor da receita indicado, a regularização de créditos sobre a República de Angola objeto do contrato de reescalonamento da dívida celebrado em 5-08-2004, no valor de 25,4 M€.					
Ligação ao Objetivo Operacional (se aplicável):					
DGRC	Ob2: Garantir o apoio técnico adequado no quadro do processo de recuperação de créditos sobre o Banco Privado Português, SA (em liquidação).				
	Indicador: Número de iniciativas realizadas.			Meta: Entre 18 a 28 iniciativas.	
	Resultado:				
	Não Atingido		Atingido	X	Superado
Nota explicativa: Assegurada a realização de 27 iniciativas.					
Ligação ao Objetivo Operacional (se aplicável):					
DGRC	Ob2: Contribuir para a otimização da gestão dos créditos do Estado sob administração da DGTF.				
	Indicador: Número de processos de recuperação de créditos concluídos/extintos (a aferir através da data da informação de anulação ou da confirmação da extinção).			Meta: 80 a 120 processos concluídos/extintos.	
	Resultado:				
	Não Atingido		Atingido		Superado
Nota explicativa: Verificada a conclusão de 216 processos, dos quais 11 por pagamento, 90 por extinção da dívida determinada por decisão judicial ou por extinção do devedor, 114 por prescrição, 1 por consolidação de créditos.					
Ligação ao Objetivo Operacional (se aplicável):					

DGRC	Ob4:Garantir a qualidade da informação e pareceres produzidos pela Divisão.					
	Indicador: Acumulação de pontos atribuídos pela avaliação da qualidade de 3 informações/pareceres produzidos (a selecionar aleatoriamente) de acordo com os seguintes critérios: Capacidade de síntese -1 a 3 valores; Nível de linguagem escrita - 1 a 3 valores; Conhecimentos técnicos aplicados -1 a 3 valores; Proposta assertiva -1 a 3 valores.				Meta: Pontuação obtida entre 6 a 10 pontos.	
	Resultado					
	Não Atingido		Atingido	X	Superado	
Nota explicativa: Obtida a pontuação de 10 valores na avaliação das seguintes informações: DSRF/DRC/118/2013 - Situação do crédito da EX/EPAC,SA S/ a SILOPOR, S.A. DSRF/DGC/201/2013 - BPP - Venda de bens penhorados em processo execução fiscal (Imóvel, Rua Alexandre Herculano, nº25, Lisboa) DSRF/DGRC/206/2013 - Venda de imóvel no âmbito do processo de insolvência da M. Carmona & Irmãos						
Ligação ao Objetivo Operacional (se aplicável):						
DSRF – Divisão de Liquidações e Regularizações (DLR)						
DLR	Ob1: Diligenciar no sentido da conclusão dos processos de liquidação em curso de entidades do sector empresarial do Estado.					
	Indicador: Número médio de propostas de orientação para encerramento da liquidação de empresas públicas (número de propostas de orientação para encerramento de liquidação de empresas públicas ÷ número de empresas públicas em liquidação em 1-01-2013).				Meta: Número médio de propostas de orientação entre 1 a 1,5.	
	Resultado					
	Não Atingido		Atingido		Superado	X
Nota explicativa: Registada uma média de propostas de orientação de 1,9 relativamente ao número de entidades em liquidação no início do ano, em resultado das quais foi possível concluir a liquidação da sociedade ENVC, Sociedade Imobiliária, SA.						
Ligação ao Objetivo Operacional (se aplicável):						
DLR	Ob2:Assegurar a resposta em tempo útil a questões submetidas à Divisão.					
	Prazo médio de resposta (dias) a aferir em função da data de saída do documento da DGTF. (Somatório dos dias dispendidos na resposta ÷ n.º total de respostas efetuadas).				Meta: Prazo médio de resposta entre 20 a 30 dias úteis.	
	Resultado					
	Não Atingido		Atingido	X	Superado	
Nota explicativa: Verificado o prazo médio de resposta de 23 dias úteis						
Ligação ao Objetivo Operacional (se aplicável):						

DLR	Ob3: Garantir a qualidade da informação e pareceres produzidos pela Divisão.				
	Indicador: Acumulação de pontos atribuídos pela avaliação da qualidade de 3 informações/pareceres produzidos (a selecionar aleatoriamente) de acordo com os seguintes critérios: Capacidade de síntese -1 a 3 valores; Nível de linguagem escrita - 1 a 3 valores; Conhecimentos técnicos aplicados -1 a 3 valores; Proposta assertiva -1 a 3 valores.			Meta: Pontuação obtida entre 6 a 10 pontos.	
	Resultado				
	Não Atingido		Atingido	X	Superado
Nota explicativa: Obtida a pontuação de 10 valores na avaliação das seguintes informações: DSRF/DLR/043/2013 - Ponto situação da liquidação da Sociedade Aveiro Polis – Sociedade para o Desenvolvimento do Programa Polis em Aveiro, SA DSRF/DLR/219/2013 - Município de Chaves – Revisão do Acordo de Regularização de Dívida resultante das expropriações Litigiosas no quadro do Programa Polis em Chaves DSRF/DLR/288/2013 - Assembleia-Geral da RAVE – Rede Ferroviária de Alta Velocidade, SA (em liquidação)					
Ligação ao Objetivo Operacional (se aplicável):					

Objetivos Unidade Orgânica (Ob)					
GAC	Ob1: Prestar apoio jurídico a todas as unidades orgânicas da DGTF.				
	Indicador: Somatório dos dias despendidos na resposta a solicitações/n.º total de respostas solicitadas.			Meta: Resposta dada no prazo médio de 12 dias úteis.	
	Resultado				
	Não Atingido		Atingido	X	Superado
Nota explicativa: Atendendo à complexidade e ao volume de trabalho não foi possível superar o objetivo.					
Ligação ao Objetivo Operacional (se aplicável): 3					
GAC	Ob2: Assegurar o acompanhamento jurídico do processo de liquidação do BPP, SA, em articulação com o Gabinete de Advogados que presta assessoria à DGTF nesta matéria.				
	Indicador: Número de iniciativas/propostas apresentadas.			Meta: Entre 20 a 30 iniciativas.	
	Resultado				
	Não Atingido		Atingido		Superado
Nota explicativa: Foram concretizadas 48 iniciativas relativas quer no âmbito do processo de liquidação judicial quer no âmbito dos restantes processos judiciais que correm termos na jurisdição administrativa e judicial.					
Ligação ao Objetivo Operacional (se aplicável): 3					
GAC	Ob3: Apresentar proposta de Plano de Atividades relativo a 2014.				
	Indicador: Apresentação de proposta de PA para 2014 no prazo de 8 dias úteis a contar da receção de todos os contributos das unidades orgânicas.			Meta: Apresentar proposta entre 6 e 8 dias úteis a contar da receção de todos os contributos das unidades orgânicas.	
	Resultado				
	Não Atingido		Atingido		Superado
Nota explicativa: O último contributo foi recebido através de e-mail de 10.10.2014 e a última versão foi apresentada à Direção para validação 4 dias depois.					
Ligação ao Objetivo Operacional (se aplicável): 1					

GAC	Ob4: Coordenar as respostas da DGTF ao Tribunal de Contas e outros órgãos de soberania.					
	Indicador: Data de apresentação de um projeto de resposta.				Meta: Com 1 dia útil de antecedência relativamente ao término do prazo.	
	Resultado					
	Não Atingido		Atingido	X	Superado	
Nota explicativa: Embora a apresentação de projeto de resposta em regra tenha sido efetuada com pelo menos 1 dia útil de antecedência, registaram-se casos em que a mesma ocorreu no próprio dia do término do prazo.						
Ligação ao Objetivo Operacional (se aplicável): 1						
GAC	Ob5: Assegurar resposta ao Ministério Público e/ou Secretaria-Geral do MFAP no âmbito dos processos judiciais em que o Estado/DGTF é parte.					
	Indicador: Número de iniciativas/respostas apresentadas.				Meta: Entre 15 e 20 iniciativas.	
	Resultado					
	Não Atingido		Atingido		Superado	X
Nota explicativa: Foram concretizadas 34 iniciativas.						
Ligação ao Objetivo Operacional (se aplicável): 1						

Objetivos Unidade Orgânica (Ob)					
DSGR	Ob1: Contribuir para a melhoria da gestão de processos				
	Indicador: Grau de implementação (%) de propostas de melhoria de processos (n.º de propostas de melhoria implementadas/n.º de propostas de melhoria submetidas)* 100)			Meta: 80 a 90 % de eficácia	
	Resultado				
	Não Atingido		Atingido		Superado
Nota explicativa: As propostas de melhoria de processos foram implementadas (100%), destacando-se as iniciativas conjuntas de melhoramento DSGR/DSGP (DAA e DAP/DAGC) no respeitante a circuitos processuais e documentais resultantes da necessidade de adaptação ao novo modelo funcional e organizativo do MF (centralização de competências comuns) e correspondente articulação / comunicação com a Secretaria-Geral do Ministério das Finanças (Gestão Administrativa e Financeira do Ministério das Finanças). Evidencia-se também o investimento em matéria de segurança da informação associado aos processos de comunicação interna e externa, seja pela definição de norma e procedimento interno, seja pela disponibilização, sem custos, de ferramentas de transferência de ficheiros de informação – Webdrive.					
Ligação ao Objetivo Operacional (se aplicável):					

DSGR	Ob2: Contribuir para a implementação na DGTF das medidas de racionalização das TIC na AP em matéria de interoperabilidade semântica e gestão da informação.					
	Indicador: Grau de cumprimento da DGTF (%) das atividades previstas sob a sua responsabilidade, no prazo fixado em cronograma de processo (medida 11 com a SGMF e medida 15 com DGLAB)			Meta: 80 a 90 % de eficácia		
	Resultado					
	Não Atingido		Atingido	X	Superado	
Nota explicativa: Foram cumpridas em 100% as atividades previstas quanto à medida 11, sendo que as atividades associadas à medida 15 não foram cumpridas integralmente, mantendo-se contudo uma execução dentro do intervalo percentual fixado como meta.						
Ligação ao Objetivo Operacional (se aplicável):						
DSGR	Ob3: Assegurar o acompanhamento do processo de centralização de serviços comuns na SGMF e de migração de sistemas aplicacionais em matéria de RH, garantindo resposta aos pedidos expressos em cronogramas estabelecidos pela SGMF e pela ESPAP para as diferentes fases dos 2 processos.					
	Indicador: Grau de cumprimento da DGTF (%) das atividades previstas sob a sua responsabilidade, no prazo fixado em cronograma de 2 processos.			Meta: 80 a 90 % de eficácia		
	Resultado					
	Não Atingido		Atingido		Superado	X
Nota explicativa: O cronograma foi cumprido integralmente.						
Ligação ao Objetivo Operacional (se aplicável):						
DSGR	Ob4: Implementar o Sistema de Gestão Documental (SGD).					
	Indicador: % de implementação do SGD			Meta: 90% a 100% de eficácia		
	Resultado					
	Não Atingido		Atingido	X	Superado	
Nota explicativa: O SGD foi implementado (95%), tendo sido alcançados os objetivos propostos no respeitante à vertente documental.						
Ligação ao Objetivo Operacional (se aplicável):						

DSGR – Divisão de Sistemas de Informação (DSI)					
DSI	Ob1:Melhorar a disponibilidade dos sistemas de Informação da DGTF na Internet (SIRIEF, SIIE, www e webmail).				
	Indicador: Percentagem de dias com tempos de paragem dos sistemas mencionados superior a 5 minutos, excluindo paragens devidas aos fornecedores de serviços de telecomunicações e energia. [(N.º de dias com tempos de paragem dos sistemas mencionados superior a 5 minutos ÷ nº total de dias trabalhados)* 100].			Meta: 5% a 10%	
	Resultado				
	Não Atingido		Atingido		Superado
Nota explicativa: Durante o período em questão não houve paragens com tempo superior a 5 minutos exceto as paragens devido a falhas prolongadas no fornecimento de energia elétrica, falhas essas não da responsabilidade da DGTF.					
Ligação ao Objetivo Operacional (se aplicável):					
DSI	Ob2:Melhorar a qualidade de apoio ao utilizador no âmbito da Microinformática.				
	Indicador: Grau de satisfação dos utentes relativo ao apoio ao utilizador no âmbito da Microinformática, baseado em inquérito. [(n.º total de pontos atribuídos ÷ nº total de pontos possíveis de atribuir)* 100].			Meta: 60% a 80%.	
	Resultado				
	Não Atingido	NA	Atingido	NA	Superado
Nota explicativa: O presente objetivo foi desconsiderado por força da reorganização orgânica decorrente da entrada em vigor da Portaria n.º 229/2013, de 18 de julho, a qual extingue a DSGR e respetivas divisões, nomeadamente, a DSI.					
Ligação ao Objetivo Operacional (se aplicável):					
DSI	Ob3: Melhorar o grau de disponibilidade de informação pela DGTF, no âmbito de sistema de informação específico.				
	Indicador: Grau de progresso (%) do projeto SIIE na componente georreferenciação, por referência a cronograma fixado.			Meta: 90% a 95%	
	Resultado				
	Não Atingido		Atingido		Superado
Nota explicativa: 100% do projeto concluído, tendo sido superadas as funcionalidades disponibilizadas, nomeadamente a edição de polígonos e a identificação por temas.					
Ligação ao Objetivo Operacional (se aplicável):					

DSI	Ob4: Melhorar o grau de integração entre sistemas de informação da DGTF.					
	Indicador: Grau de progresso (%) do projeto de integração de informação entre o SIIE e o sistema <i>Fundmanager</i> , por referência a cronograma fixado.				Meta: 70% a 95%	
	Resultado					
	Não Atingido		Atingido	X	Superado	
Nota explicativa: Projeto em curso, tendo sido atingidos os objetivos propostos.						
Ligação ao Objetivo Operacional (se aplicável):						

DSGR – Divisão de Expediente e Arquivo (DEA)					
DEA	Ob1: Apresentar propostas de melhoria física dos espaços de arquivo e implementar mecanismos que tornem mais célere o acesso a fundos documentais, seja pelos serviços produtores de documentação, quer por utilizadores externos à DGTF.				
	Indicador: N.º de propostas de melhoria implementadas			Meta: Mínimo de 2 propostas	
	Resultado				
	Não Atingido		Atingido	X	Superado
Nota explicativa: Foi garantida o cumprimento do objetivo através da implementação de 2 propostas (1.ª transferência de acervo documental associado aos extintos Organismos de Coordenação Económica; 2.ª transferência integral da documentação existente nas instalações de Benavente), com a correspondente georreferenciação topográfica.					
Ligação ao Objetivo Operacional (se aplicável):					
DEA	Ob2: Garantir a aplicação da Portaria n.º 116/2011, de 25 de março, à documentação da DGTF cujos prazos de conservação administrativa findaram, através da elaboração de instrumentos de gestão arquivística a remeter à DGLAB, enquanto entidade coordenadora dos arquivos nacionais.				
	Indicador: N.º de autos de eliminação produzidos e remetidos à DGLAB			Meta: 5 a 10 autos de eliminação produzidos e remetidos	
	Resultado				
	Não Atingido		Atingido	X	Superado
Nota explicativa: O presente objetivo não foi executado conforme plano inicial, tendo sido reformulado no respeitante à entidade produtora de documentação, tendo em alternativa à documentação da DGTF sido aplicado a fundos documentais cuja extensão em metros lineares ocupava uma significativa extensão linear. Assim por opção sustentada numa eficaz gestão de recursos, foi antes garantido investimento no tratamento de fundos documentais cuja produção está associada a entidades produtoras extintas.					
Ligação ao Objetivo Operacional (se aplicável):					



DEA	Ob3: Promover o desenvolvimento da investigação de fundos documentais da DGTF e o intercâmbio de conhecimento técnico e científico, bem como a transferência de know-how tecnológico e académico, através do estabelecimento e reforço de parcerias que possibilitem a participação conjunta em projetos e estudos					
	Indicador: N.º de protocolos / estudos desenvolvidos			Meta: Mínimo 2 protocolos/estudos		
	Resultado					
	Não Atingido	NA	Atingido	NA	Superado	NA
Nota explicativa: O presente objetivo foi desconsiderado por força da reorganização orgânica decorrente da entrada em vigor da Portaria n.º 229/2013, de 18 de julho, a qual extingue a DSGR e respetivas divisões, nomeadamente, a DEA.						
Ligação ao Objetivo Operacional (se aplicável):						
DEA	Ob4: Promover o tratamento e a organização da correspondência.					
	Indicador: % de correspondência tratada e organizada [(n.º total de documentos tratados e organizados / n.º total de documentos a tratar) * 100]			Meta: 75% a 85%		
	Resultado					
	Não Atingido		Atingido		Superado	X
Nota explicativa: Durante o ano em análise, foram classificados 30.361 documentos, sendo que de um universo de 64.241 páginas a tratar e digitalizar foi garantida uma execução de tratamento da totalidade das páginas (100%).						
Ligação ao Objetivo Operacional (se aplicável):						
DSGR – Divisão de Recursos Humanos e Financeiros (DRHF)						
DRHF	Ob1: Melhorar a qualificação dos/as trabalhadores/as da DGTF.					
	Indicador: N.º de trabalhadores/as abrangidos/as, por ações de formação, no ano			Meta: 61 a 70 trabalhadores/as abrangidos/as.		
	Resultado					
	Não Atingido		Atingido	X	Superado	
Nota explicativa: O N.º total de trabalhadores/as abrangidos/as por ações de formação, em 2013, foi igual a 65.						
Ligação ao Objetivo Operacional (se aplicável):						

DRHF	Ob2: Implementação de propostas de melhoria no âmbito dos processos de gestão de recursos humanos.					
	Indicador: N.º de propostas de melhoria implementadas			Meta: 1 a 2 propostas implementadas		
	Resultado					
	Não Atingido		Atingido	X	Superado	
Nota explicativa: O presente objetivo foi desconsiderado por força da reorganização orgânica decorrente da entrada em vigor da Portaria n.º 229/2013, de 18 de julho, a qual extingue a DSGR e respetivas divisões, nomeadamente, a DRHF. Sem prejuízo, foram garantidas atualizações de formulários disponibilizados na intranet da DGTF, nomeadamente, no respeitante a trabalho suplementar, justificação de faltas rias no ano seguinte e alteração dos mapas gerais de férias com as devidas adaptações ao ano em análise.						
Ligação ao Objetivo Operacional (se aplicável):						
DRHF	Ob3: Elaborar documentos e instrumentos de gestão obrigatórios da DGTF (Balanço Social 2012 e Conta de Gerência 2012).					
	Indicador: Elaboração do Balanço Social e Conta de Gerência, nos prazos legalmente fixados			Meta: Cumprimento dos prazos legalmente fixados		
	Resultado					
	Não Atingido		Atingido	X	Superado	
Nota explicativa: Considera-se cabalmente a apresentação formal do Balanço Social 2012, a submissão do Relatório de Atividades Formativas (RAF) 2012. A Conta de Gerência 2012 foi remetida à Direção-Geral do Tribunal de Contas em 30/04/2013 e concluída a sua submissão 5 dias úteis depois (07/05/2013), fruto de alterações reconhecidas como necessárias após validação de mapas pela DGTF e apuramento de resultados remetido pela Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública (eSPap).						
Ligação ao Objetivo Operacional (se aplicável):						
DRHF	Ob4: Desenvolver atividades no âmbito da igualdade de género.					
	Indicador: N.º de iniciativas desenvolvidas			Meta: 1 a 2 iniciativas desenvolvidas		
	Resultado					
	Não Atingido		Atingido	X	Superado	
Nota explicativa: Foi garantida a participação da DGTF na monitorização e implementação do IV Plano Nacional para a Igualdade e Plano de Igualdade do Ministério das Finanças, designadamente através do preenchimento de questionário de avaliação e autodiagnóstico, no âmbito desta matéria.						
Ligação ao Objetivo Operacional (se aplicável):						

Objetivos Unidade Orgânica (Ob)					
GASEPC	Ob1: Melhorar a qualidade de prestação de serviços.				
	Indicador: Desvio médio, em número de dias úteis, da apresentação dos relatórios sobre o SEE e concessões (Somatório dos desvios em dias úteis entre as datas de apresentação dos relatórios da área operacional e as datas fixadas no calendário de publicações da DGTF / n.			Meta: Cumprimento a 100% dos prazos estipulados.	
	Resultado				
	Não Atingido		Atingido	X	Superado
Nota explicativa: O GASEPC disponibilizou os textos propostos nos prazos estipulados.					
Ligação ao Objetivo Operacional (se aplicável):					
GASEPC	Ob2: Melhorar o nível de acompanhamento e controlo do SEE.				
	Indicador: Reforçar o acompanhamento e o controlo da execução do plano de atividades e orçamento das empresas do universo de atuação do Gabinete conforme objetivos definidos no PAEF, identificando potenciais riscos para o processo de consolidação orçamental e da dívida pública e para a sustentabilidade financeira das empresas.			Meta: Elaboração de pelo menos 1 relatório anual para cada empresa, resultante de ações diretas de controlo realizadas junto das mesmas.	
	Resultado				
	Não Atingido		Atingido		Superado
Nota explicativa: Todas as empresas acompanhadas pelo GASEPC foram alvo de um relatório anual tendo por base as suas contas anuais. Acresce que foram ainda realizados relatórios pontuais de acompanhamento da situação da tesouraria destas empresas para avaliação das necessidades de financiamento em função dos níveis de execução orçamentais.					
Ligação ao Objetivo Operacional (se aplicável):					
GASEPC	Ob3: Garantir o reporte das empresas do Sector Empresarial do Estado (SEE) e concessões.				
	Indicador: Assegurar a publicação de relatórios trimestrais e um anual sobre a situação económica e financeira das empresas SEE, com indicadores de desempenho globais e setoriais e análise de dados. Nº de Relatórios SEE/DGTF publicados (5).			Meta: 5 relatórios por ano.	
	Resultado				
	Não Atingido		Atingido	X	Superado
Nota explicativa: Foram publicados todos os relatórios previstos (5) tendo o GASEPC apresentado as respetivas propostas em tempo oportuno.					
Ligação ao Objetivo Operacional (se aplicável):					

GASEPC	Ob4 Assegurar o regular funcionamento societário das empresas do universo de atuação do Gabinete				
	Indicador: Assegurar o regular funcionamento dos órgãos societários de cada empresa, mediante a emissão de propostas e deliberações em tempo útil e a preparação das assembleias gerais ordinárias dentro do limite mínimo estabelecido.		Meta: Assegurar em termos processuais o cumprimento a 100% das datas estabelecidas para a realização de AG ordinárias nas matérias da competência do Gabinete.		
	Resultado				
	Não Atingido		Atingido	X	Superado
Nota explicativa: Forma asseguradas atempadamente todas as tarefas inerentes à preparação e acompanhamento das AG das empresas acompanhadas pelo GASEPC tendo sido asseguradas mesmo em casos em que a convocatória ou a disponibilização da documentação pelas empresas não respeitou os prazos estabelecidos no CSC					
Ligação ao Objetivo Operacional (se aplicável):					



# ANEXO II

**DSPE**

No âmbito do exercício da função acionista e tutelar do Estado que incumbe à DGTF, a DSPE prosseguiu as atividades de:

- (i) gestão da carteira de participações financeiras do Estado;
- (ii) a definição e divulgação junto das empresas de orientações tendentes à elaboração dos instrumentos previsionais de gestão, por forma a garantir o cumprimento das medidas definidas no Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC), nas Leis do OE e no Memorando de Entendimento celebrado entre o Governo e o FMI, a Comissão Europeia e o BCE, com vista a promover a sua sustentabilidade e a consolidação das finanças públicas;
- (iii) o acompanhamento trimestral dos níveis de execução da atividade e dos correspondentes reflexos ao nível das Demonstrações Financeiras das empresas;
- (iv) a verificação do cumprimento das medidas legalmente definidas tendentes à promoção de maior eficiência na gestão das empresas e de redução da respetiva dependência financeira do Estado, designadamente, o plano de redução de gastos operacionais, a delimitação do acréscimo do endividamento, o princípio da Unidade de Tesouraria do Estado, o programa “Pagar a tempo e horas”, a aplicação de reduções remuneratórias e da política de restrição de novas contratações;
- (v) a emissão de orientações sobre o processo de prestação anual de contas;
- (vi) a análise dos Relatórios Anuais de Gestão e Contas das empresas do SEE, ajuizando sobre a sua situação económica e financeira, sobre o cumprimento, quer dos deveres especiais de informação que lhes incumbem, quer das práticas de boa governação societária legalmente definidas, quer das orientações e objetivos de gestão previamente fixados, quer das medidas de contenção orçamental definidas;
- (vii) a preparação e representação do Estado nas Assembleias Gerais das empresas;

### ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

- (viii) a gestão do processo de nomeação de órgãos sociais das empresas, de fixação da correspondente remuneração nos moldes previstos no Estatuto do Gestor Público, e de autorização de prerrogativas especiais previstas na lei, designadamente acumulação de funções e opção pela remuneração do lugar de origem;
- (ix) a apreciação de situações pontuais associadas à criação de novas empresas, a alterações estatutárias, à aprovação de investimentos, a aumentos e realizações de capital, à celebração de contratos programa, contratos de prestação de serviço público e contratos de gestão;
- (x) a gestão e operacionalização do processo de efetivação de subscrições e realizações de aumentos de capital nas empresas, de atribuição de indemnizações compensatórias e de arrecadação de dividendos.

Com vista a garantir maior eficiência no exercício das suas atribuições, a DSPE promoveu o desenvolvimento de novas funcionalidades no Sistema de Recolha de Informação Económica e Financeira (SIRIEF) das empresas do SEE, assegurando a sua permanente adequação ao reporte pelas empresas de informação segundo os referenciais contabilísticos em vigor e ao controlo do cumprimento pelas mesmas das medidas de contenção legalmente fixadas.

A DSPE manteve o processo de divulgação de informação sobre o SEE (designadamente, carteira de participações, esforço financeiro do Estado, prazos médios de pagamento, Boletins trimestrais e Relatórios anuais) e as empresas que o integram, através do portal da DGTF, em cumprimento do princípio da transparência no domínio da boa governação. A DSPE assegurou, ainda, a gestão do processo de intervenção do Estado ao nível do apoio à exploração de empresas que asseguram a prestação de serviços de interesse geral, quer por via da preparação de legislação relacionada com a afetação de verbas orçamentais, quer com a participação no processo de prestação de contratos de prestação de serviço público, quer através do pagamento das compensações financeiras às empresas.

### DSAF

Por seu turno, a DSAF pautou a sua atividade pela análise e preparação da concessão de 5 garantias do Estado relativas a entidades nacionais, no montante de 237 M€ delas se destacando a operação ao Fundo de Contragarantia Mútua, no montante de 100 M€ e à ANA - Aeroportos de Portugal, S.A., no montante de cerca de 79M€.

Ao nível internacional e no apoio à exportação de bens e serviços de origem portuguesa, assumem particular importância as 6 operações de crédito de ajuda, com financiamento de longo prazo, celebradas com Cabo Verde, China, São Tomé e Príncipe, Marrocos e Moçambique, no montante global assumido de 1.750 M€, beneficiando da garantia do Estado e da bonificação de juros, pelo período do respetivo financiamento, a par da garantia sobre o seguro de crédito à exportação de outras 35 operações comerciais, de médio e longo prazo, no montante de 395 M€.

Na vertente de concessão de empréstimos foram autorizados durante o ano 2013 operações que ascenderam a cerca de 3.790 M€, destacando-se as operações de refinanciamento de créditos bancários da REFER, Metropolitano de Lisboa, Metro do Porto e Estradas de Portugal.

Para além da concessão de garantias e empréstimos do Estado, com exceção das operações de cobertura de seguros de crédito, a DSAF assume a gestão das respetivas responsabilidades e créditos, as quais atingiam a 31 de dezembro de 2013, cerca de 36.994 M€ e 14.308M€, respetivamente.

No âmbito do apoio do Estado, sob a forma de bonificação de taxas de juro de operações de crédito contraídas junto das IC, a DSAF procedeu assegurou a gestão de 35 Linhas de Crédito (LC), que envolveram, no ano de 2013, o montante de cerca de 88 M€, do qual se destaca o crédito à Habitação Própria Permanente (HPP), cuja gestão é efetuada pelo Sistema de Crédito à Habitação e que envolveu uma despesa de cerca de 65% daquele montante.

Estando as restantes LC fora daquele sistema, foram desenvolvidos esforços no sentido de apoiar a criação de um Sistema Informático de Gestão de Bonificações (SIGB), que permitisse o maior controlo da despesa com a bonificação do Estado, agilizando também o respetivo processo de cálculo, para conferência dos montantes reclamados pelas instituições de crédito. Assim, foi dada sequência aos esforços iniciados em anos transatos de incluir uma



### ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

parte significativa das operações, designadamente do IHRU no Sistema.

Para além da concessão e gestão das bonificações, assume particular importância a atividade dos serviços no apoio sistemático às IC e aos beneficiários/famílias dos apoios do Estado.

Por último, refere-se a participação da DSAF nas reuniões internacionais do Conselho da U.E. e da OCDE, nas quais se define as regras do apoio à exportação para países fora do mercado da OCDE.

**DSGFO**

No âmbito da DSGFO, é de destacar a realização de tarefas conducentes à decisão de aumento de capital estatutário de 19 hospitais EPE com realização em espécie através da entrega de unidades de participação detidas pelo Estado no Fundo de Apoio ao Sistema de Pagamentos do Sistema Nacional de Saúde.

A sua atividade incidiu ainda na prossecução de ações no âmbito da gestão financeira de outros 5 patrimónios autónomos e acompanhamento da respetiva atividade operacional, bem como do controlo e emissão e circulação de moeda metálica.

No âmbito da coordenação orçamental, e para além dos trabalhos de elaboração da proposta da DGTF para o OE/2014, salienta-se que foi efetuado o acompanhamento da execução do OE/2013 quanto a receitas administradas pela DGTF, incluindo a contabilização das receitas provenientes da alienação e gestão do património imobiliário do Estado e das comissões de gestão dos patrimónios autónomos, bem como do processamento das despesas excecionais. Ainda neste âmbito, destaca-se a coordenação da prestação de informação periódica a outras entidades, designadamente à Direção-Geral do Orçamento, ao Tribunal de Contas e aos auditores internos e externos das entidades clientes desta Direção-Geral.

**DSGP**

No âmbito da gestão integrada do património imobiliário público, a DSGP assegurou, de forma relevante, a prossecução do Programa de Alienação do Património Disponível, tendo recebido € 14.878.337,38 relativos a alienações de património do Estado e dos Institutos Públicos. No que se refere ao valor de rendas foram arrecadados € 770.978,07.

Nesta decorrência, esta Direção de Serviços acompanhou a execução das operações imobiliárias realizadas quer em 2013, quer em anos anteriores, com destaque para a alienação de imóveis, cedências de utilização e arrendamentos de imóveis públicos. De notar, que o controle das operações imobiliárias incidiu sobre cerca de 280 imóveis.

Na vertente aquisitiva, há que referir a atividade desenvolvida no acompanhamento dos processos judiciais de heranças declaradas vagas para o Estado, caracterizada pela sua forte especificidade e dinâmica muito acentuada, e da qual resultou a integração de 20 imóveis no património do Estado e uma receita de € 1.375 mil euros. No que concerne à instalação de serviços públicos, a DSGP assegurou os procedimentos necessários à celebração e cessação de contratos de arrendamento para instalação de serviços públicos, emitindo cerca de 220 pareceres/autorizações.

Tendo presente que a regularização jurídica dos imóveis públicos constitui não só uma tarefa complexa como um fator decisivo para a rentabilização do património imobiliário, a DSGP promoveu a formalização do Protocolo entre a DGTF e o IRN, IP, o qual contribuiu para a simplificação dos atos de registo predial, focalizando-se num único interlocutor (Soluções Integradas de Registos – SIR, serviço do IRN, IP), permitindo o esclarecimento, via e-mail, de dúvidas, previamente à apresentação dos factos a registo e o pagamento dos atos de registos à posteriori, agilizando-se assim o procedimento da realização da despesa.

A DSGP participou, ainda, na análise jurídica de projetos de diplomas legais com impacto na atividade de gestão dos imóveis públicos, bem como na

### ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

apresentação de contributos para a elaboração da Lei do Orçamento do Estado e do Decreto-Lei de Execução Orçamental, tendo a coberto destes diplomas alterado algumas disposições do Decreto-Lei n.º 280/2007, de 7 de agosto. Nesta sede, e a título de exemplo, enumeram-se ainda algumas das propostas legislativas apreciadas, e já publicadas sob a forma de lei ou decreto-lei:

- Lei n.º 31/2014, de 30 de maio, que estabelece as bases gerais da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo;
- Lei n.º 72/2014, de 2 de setembro, que procede à segunda alteração a Lei n.º 68/93, de 4 de setembro, que estabelece a Lei dos Baldios;
- Decreto-Lei nº 136/2014, de 9 de setembro, que procede à décima terceira alteração ao Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, que estabelece o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE).

### DSAVP/DSATP

Ainda no domínio do património imobiliário público, a DSATP, a que sucedeu a DSAVP, prosseguiu a atividade de acompanhamento e monitorização da execução do PGPI, nos seus diversos eixos de ação. Assim, no Eixo de Inventariação, ao longo de 2013, prosseguiu a tendência de estabilização no carregamento de imóveis no SIIE, pese embora se tenha registado uma diminuição do total de registos efetuados até ao final do ano (16.713 registos) face ao ano anterior, o que se explica em grande medida pelo processo de validação de imóveis na plataforma eletrónica desencadeado pelo MDN, que contemplou uma mudança de estratégia sobre o modo de introdução de informação no SIIE, designadamente quanto ao entendimento dado aos agrupamentos, tendo culminado na eliminação efetiva de cerca de 3.000 registos.

Um outro vetor essencial do PGPI consiste no princípio da onerosidade (PO), tendo a DSVAP, no seguimento da publicação da Portaria n.º 278/2012, de 14 de setembro, desenvolvido os necessários trabalhos de apuramento e validação das instalações a sujeitar ao PO, com base na informação disponibilizada pelo SIIE. Assim, no final de 2013, apurou-se um universo potencial de 4.410 ocupações, tendo sido contabilizadas 607 ocupações sujeitas ao PO, e, destas, foram validadas 581 ocupações. De notar que o processo de liquidação e cobrança das contrapartidas devidas pela aplicação do PO foi diferido para 2014, por força do disposto no n.º 1 do artigo 10.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro (LOE para 2014).

A DSVAP produziu e procedeu ainda à divulgação, em 2013, do relatório anual de execução do PGPI (disponível no portal da DGTF), o qual ilustra a evolução da execução do PGPI no quadriénio 2009-2012, no que se refere aos seus sete eixos de atuação.

Por fim, e ainda no contexto das atividades relacionadas com a execução do PGPI, a DSATP/DSAVP assegurou em 2013 a análise técnica e consequentes propostas de decisão final ou interlocutória ao Conselho Diretivo do Fundo de Reabilitação e Conservação Patrimonial de 70 candidaturas, universo no qual se incluem as 41 que deram entrada nesse ano, acrescidas das 27 candidaturas que transitaram de 2012.

### ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

No que se refere à função avaliatória prosseguida pela DSATP/DSAVP foram produzidos ou analisados 218 Relatórios de Avaliação, com correspondentes homologações de valores, com especial enfoque para o arrendamento urbano (abrangendo a dupla vertente Estado senhorio/Estado inquilino), para as cedências de uso e ocupação com e sem investimento futuro e constituição de direitos de superfície, enquanto instrumentos alternativos de rentabilização dos imóveis da esfera pública, atenta a atual estagnação do mercado imobiliário, bem como avaliações de imóveis dados para a prestação de garantias no quadro dos empréstimos do BEI e de imóveis do SEE.

A ação inspetiva levada a efeito a diversos imóveis determinou e realização de vários estudos prévios de novas ocupações, de mudanças de uso e de conservação e reabilitação com produção de relatórios técnicos de inventariação de patologias construtivas e propostas de reabilitação.

Foi assegurada a representação do MF e da DGTF em diversas Comissões Técnicas e Grupos de Trabalho Especializados, designadamente no Grupo de Trabalho do Cadastro e da Informação Geográfica.

### DSRF

Na sequência da entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 156/2012, de 28 de julho e da Portaria n.º 229/2013, de 18 de julho, que aprovaram respetivamente a Lei Orgânica da DGTF e respetiva estrutura nuclear, por Despacho n.º 12188/2013, de 9 de setembro, publicado no Diário da República n.º 185, 2.ª série, de 25 de setembro de 2013, foram criadas na DSRF, com efeitos reportados a 19-07-2013, a Divisão de Liquidações e Regularizações (DLR) e a Divisão de Gestão e Recuperação de Créditos (DGRC) esta última aglutinando as atribuições anteriormente cometidas à Divisão de Recuperação de Créditos (DRC) e Divisão de Gestão de Créditos (DGC).

Relativamente à atividade prosseguida pela DSRF no período em análise são de realçar, no que concerne à atividade de recuperação de créditos, as diligências promovidas tendentes à cobrança do crédito sobre o Banco Privado Português (BPP), designadamente no que concerne à execução das hipotecas constituídas no quadro das contragarantias prestadas ao Estado, e dos créditos transmitidos para o Estado em resultado da cessão de créditos operada no âmbito do acordo quadro assinado em 9-12-2011 entre o Estado e o Banco BIC. Até 31-12-2013 foram cedidos, neste âmbito, 70 créditos, envolvendo um valor de capital global de cerca de 8,7M€. Destaca-se, ainda, a iniciativa promovida no sentido de obtenção de informação atualizada sobre os créditos adquiridos em 1995 ao Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social mediante ofício circular dirigido aos respetivos órgãos de execução fiscal, na sequência da qual foi possível obter a confirmação da prescrição de 116 créditos.

A execução da receita resultante da cobrança de créditos atingiu, no período em apreço, o valor de cerca de 42,8 milhões de euros, sendo fortemente influenciada pelo cumprimento do contrato de reescalonamento da dívida de Angola, celebrado em 5-08-2004 cuja prestação vencida e paga em 2013 ascendeu a 25,4 milhões de euros.

Quanto à atividade prosseguida pela DSRF no acompanhamento dos processos de liquidação de empresas que integram o SEE, não obstante as

### ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

diversas diligências desencadeadas, apenas se verificou o encerramento de um processo de liquidação (ENVC, Sociedade Imobiliária, SA). Salienta-se o atraso no encerramento das liquidações das sociedades Polis cujo prazo legal, na sua maioria, se encontra largamente ultrapassado. No final de dezembro de 2013 encontravam-se encerrados os processos de liquidação de 14 das sociedades criadas no quadro do Programa Polis Cidades, correspondendo a cerca de 67% de todas as sociedades constituídas naquele âmbito e que entraram em processo de liquidação até àquela data.

Em 2013 foi deliberada a dissolução de três sociedades que integram o SEE, uma das quais criada no quadro do Programa Polis Cidades, COSTAPOLIS - Sociedade para o Desenvolvimento do Programa Polis na Costa de Caparica, SA.

O atraso nos processos de liquidação das sociedades Polis refletiu-se num baixo nível de execução orçamental, relativamente às dotações previstas para a regularização dos passivos destas sociedades o que vem implicando a transferência para os anos subsequentes das despesas estimadas com o desfecho destes processos.



### DSGR/DGR

O ano de 2013 foi marcado pela mudança.

Esta começou a 01/01/2013 com o processo de implementação do novo modelo funcional e organizativo no Ministério das Finanças (MF), o qual obrigou, no cumprimento do previsto na Lei do Orçamento de Estado para aquele ano, à centralização de atribuições comuns (quanto a recursos financeiros, humanos e patrimoniais) na Secretaria-Geral do MF. Já em 19/07/2013, por força da entrada em vigor da Portaria n.º 229/2013, de 18 de julho, a DSGR e as 3 divisões que a integravam são extintas.

Estas profundas alterações conduziram necessariamente a processos de adaptação difíceis – seja na gestão de recursos humanos, seja no cumprimento de um calendário ambicioso de acelerada migração para a entidade centralizadora, bem como na integração da entrada em produtivo de um novo sistema aplicacional (GERHUP) - e a um esforço acrescido de performance duplamente exigente atento ao carácter imperativo e à inevitabilidade de acomodar transformações legalmente impostas com elevado nível de complexidade (intra e interinstitucional), fortíssimo impacto organizativo e, sobretudo, de natureza funcional, pois em pleno processo de adaptação à centralização, extinguem-se as unidades orgânicas mais envolvidas na implementação da mudança em curso.

Neste contexto, cremos que a atuação e o desempenho da DSGR, da DRHF, da DSI e da DEA (e da unidade orgânica sucedânea), enquanto área(s) de suporte ao funcionamento da DGTF, foram absolutamente cruciais.

À margem do processo de centralização que ocupou de forma relevante a atividade no ano em análise, destaca-se:

- a apresentação de contributos para a melhoria do processo de comunicação interna e externa da DGTF, tendo sido implementado sem custos e

### ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

disponibilizado, como ferramenta de transferência de ficheiros de informação – o Webdrive.

- a remodelação e melhoria ao nível de performance e segurança a rede nos bastidores da DGTF.
- o forte investimento na análise diagnóstica na área dos arquivos e no tratamento arquivístico de acervos documentais provenientes de entidades extintas e à guarda da DGTF.
- o significativo envolvimento na produção e submissão de instrumentos de gestão referentes a 2012 (Conta de Gerência, Balanço Social, Relatório de Atividades Formativas, Reportes trimestrais SIOE) e 2013 (QUAR).

**GASEPC/GACSE**

Com a publicação e entrada em vigor da Portaria n.º 229/2013, de 18 de julho, foi aprovada a estrutura nuclear da DGTF, tendo sido constituído o Gabinete de Apoio e Coordenação do Setor Empresarial do Estado (GACSE), que numa parte veio suceder ao GASEPC, equipa multidisciplinar constituída pelo Despacho n.º 936/07-SET, de 21 de setembro.

A esta nova unidade orgânica nuclear que tem por função o apoio ao sector empresarial do Estado naquelas que são as áreas de intervenção da DGTF, pelo que durante o ano de 2013 procedeu ao acompanhamento dos processos de concessões do Estado e da negociação e implementação dos contratos, contratos-programa, acordos ou protocolos dos quais resulta esforço financeiro do Estado.

A atividade do GACSE passou pela elaboração dos relatórios respeitantes ao sector empresarial do Estado e preparação em conjunto com as restantes unidades orgânicas a informação a facultar relativa ao sector empresarial do Estado.

Por outro e em colaboração com a DSPE, este Gabinete garantiu a apresentação de uma proposta sobre as linhas estratégicas de atuação das empresas do sector empresarial do Estado, nomeadamente em termos de entidades públicas reclassificadas, entidades públicas não reclassificadas e sectoriais.

### GAC/DSJC

Em 19/07/2013, por força da entrada em vigor da Portaria N.º 229/2013, de 18 de julho, a DSGR e as 3 divisões que a integram são extintas e as respetivas funções (exceto as que transitaram para a Secretaria-Geral por força do processo de implementação do novo modelo funcional e organizativo no Ministério das Finanças) foram integradas na nova Direção de Serviços Jurídicos e de Coordenação (DSJC), tendo sido criada para o efeito uma Divisão de Gestão de Recursos (DGR). No mesmo âmbito e igualmente afeta à DSJC, foi criada a Divisão de Assuntos Jurídicos e Coordenação.

Atento o carácter transversal da atividade desta unidade orgânica, a respetiva atividade esteve fortemente condicionada pela atuação e matérias tratadas pelas restantes unidades orgânicas.

Nesta medida, destaca-se a análise e preparação de projetos de diplomas legais que se prendem com as atribuições da DGTF, salientando, neste âmbito a preparação e apreciação de instrumentos legais relativos à constituição e liquidação de empresas, enquanto que na vertente gestão de recursos, foram asseguradas as atividades de suporte ao funcionamento da DGTF no cenário que foi evidenciado supra a propósito das atividades da DSGR.

Por outro lado, foram emitidos cerca de 480 pareceres jurídicos sobre as diversas matérias alvo da atuação da DGTF, parte dos quais sustentaram o cumprimento dos objetivos propostos. De registar, igualmente o acompanhamento dos processos judiciais em que a DGTF é parte, não só através da intervenção direta, como através da preparação dos elementos a remeter ao Ministério Público.

De salientar da atividade do Gabinete/DSJC durante o ano de 2013:

- i) o acompanhamento efetuado no âmbito do processo de liquidação judicial do Banco Privado Português, SA, bem como a adoção dos procedimentos conducentes à recuperação do crédito do Estado em colaboração com a DSRF;
- ii) os pareceres emitidos para esclarecimento dos pedidos formulados por empresas que integram o SEE, relativamente às normas do OE/2013

### ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

decorrentes do PAEF (v.g. reduções e valorizações remuneratórias);

- iii) preparação e acompanhamento dos processos de alienação de participações do Estado;
- iv) análise de pedidos e preparação de despacho no âmbito do Estatuto do Gestor Público, designadamente de acumulação de funções e de opção pela remuneração de origem;
- v) Emissão de parecer sobre questões relacionadas com a privatização do BPN, SA;
- vi) Preparação de procedimentos para a aquisição de serviços de assessoria económico-financeira e jurídica, necessários à persecução das atividades pela DGTF;
- vii) Preparação de minuta de contratos de gestão a celebrar com gestores públicos.

Em cumprimento do previsto, deu-se início à preparação da proposta de Relatório de Atividades relativo a 2012, bem como do Plano de Atividades para 2014.



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Direção-Geral do Tesouro e Finanças

# ANEXO III

## MONITORIZAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO OBJETIVO DO QUAR

A 31 de dezembro de 2012, apurou-se um universo potencial<sup>1</sup> inicial de 5.904 ocupações, tendo sido contabilizadas 599 ocupações<sup>2</sup> sujeitas ao princípio da onerosidade (10,15%).

A 31 de dezembro de 2013, apurou-se um universo potencial de 4.410 ocupações, tendo sido contabilizadas 607 ocupações sujeitas ao princípio da onerosidade (13,83%). Destas, foram validadas 581 ocupações (95,62%).

As alterações dos universos estão relacionadas com as diversas atualizações realizadas no SIIE, com entradas e saídas de imóveis e ocupações. Estas alterações resultaram quer da densificação dos critérios de abrangência do princípio da onerosidade quer das reuniões levadas a cabo com as diversas UGP.

Assim, no que respeita ao universo potencial, verificou-se uma diminuição de 1.494 ocupações (-25,31%) e, relativamente às ocupações sujeitas à aplicação do princípio da onerosidade, um crescimento de 8 ocupações (+1,33%). O seu peso no universo registou igualmente uma subida – de 10,15% para 13,83%.

Em termos globais, por Ministério, esta variação dos universos teve um impacto que é retratado no quadro 1:

Ministérios	30/06/2013	30/12/2013	$\Delta$
	Total de Ocupações	Total de Ocupações	
(1)	(2)	(3)	(4)=((3-)/2)*100
PCM	35	37	5,72%
MF	34	31	-08,82%
MNE	26	22	-15,38%
MDN	17	20	17,65%
MAI	14	16	12,50%
MJ	0	0	00,00%
MEE	157	155	-01,27%
MAMAOT	254	267	05,12%
MS	20	17	05,00%
MEC	19	20	05,26%
MSSS	23	22	-04,35%
<b>TOTAL</b>	<b>599</b>	<b>607</b>	<b>01,33%</b>

<sup>1</sup> Fonte: Bases de dados da onerosidade e SIIE.

<sup>2</sup> Ocupações de imóveis edificados da titularidade do Estado, que não estejam já afetos onerosamente ou tomados de arrendamento.

A 31 de dezembro de 2013, podemos retratar as validações das ocupações sujeitas ao princípio da onerosidade conforme se apresenta no quadro 2:

Ministérios	Ocupações Validadas	Ocupações Não Validadas	Total de Ocupações	$\Delta$
(1)	(2)	(3)	(4)	$(4)=(2/4)*100$
PCM	37	0	37	100,00%
MF	30	1	31	96,77%
MNE	22	0	22	100,00%
MDN	19	1	20	95,00%
MAI	16	0	16	100,00%
MEE	155	0	155	100,00%
MAMAOT	247	20	267	92,50%
MS	16	1	17	94,12%
MEC	18	2	20	90,00%
MSSS	21	1	22	95,46%
<b>TOTAL</b>	<b>581</b>	<b>26</b>	<b>607</b>	<b>95,62%</b>

*Globalmente, verifica-se que, a 31 de dezembro de 2013, o objetivo QUAR apresenta uma taxa de execução de 95,62%. Por Ministério, todos os Ministérios têm o objetivo superado.*





MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Direção-Geral do Tesouro e Finanças

# ANEXO IV



# **Balanço Social 2013**

## ÍNDICE

<b>Nota Introdutória .....</b>	<b>2</b>
<b>Painel de Bordo .....</b>	<b>3</b>
<b>Situação e Evolução .....</b>	<b>4</b>
<b>Capítulo 1 - Recursos Humanos .....</b>	<b>9</b>
Caraterização de efetivos .....	9
Estrutura Etária .....	11
Estrutura de Antiguidades.....	13
Estrutura habilitacional .....	16
Efetivos portadores de deficiência .....	19
Mobilidade .....	20
Postos de trabalho previstos e não ocupados durante o ano.....	25
Mudança de situação de efetivos segundo género e o grupo profissional .....	26
Modalidades de horário .....	27
Trabalho extraordinário diurno, noturno e em dias de descanso complementar e feriados.....	29
Ausências.....	31
Greves.....	34
<b>Capítulo 2 – Remunerações e Encargos.....</b>	<b>35</b>
<b>Capítulo 3 – Higiene e Segurança.....</b>	<b>40</b>
<b>Capítulo 4 - Formação Profissional .....</b>	<b>40</b>
<b>Capítulo 5 – Relações Profissionais .....</b>	<b>44</b>

## Nota Introdutória

O Balanço Social<sup>1</sup> corresponde a um instrumento de gestão de recursos humanos, de periodicidade anual com referência a 31 de dezembro do ano anterior.

Os dados produzidos e constantes neste instrumento, permitem à Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF) efetuar uma análise baseada em diversos indicadores, estabelecidos de acordo com metodologias padronizadas, de forma a contribuir para uma melhor gestão de efetivos, no que respeita à sua evolução e tendo em vista garantir uma melhoria do clima organizacional, um aumento da eficácia, eficiência e qualidade dos serviços prestados, bem como reduzir o absentismo.

No presente documento tentamos de forma sintética sistematizar essa análise, sendo que a 31 de dezembro de 2013, encontravam-se em exercício de funções na DGTF 154 pessoas. Será pois sobre este número de efetivos que incide o nosso Balanço Social 2013, cuja moldura de apresentação<sup>2</sup> segue o modelo publicitado pela Direção-Geral da Administração e do Emprego Público (DGAEP), no respetivo *site* institucional.

Direção-Geral do Tesouro e Finanças, 15 de abril de 2014.

A Diretora Geral

  
Elsa Ronçon Santos

<sup>1</sup> Cf. Decreto-Lei n.º 155/92, de 28 de julho e Decreto-Lei n.º 190/96, de 9 de outubro.

<sup>2</sup> Os quadros dos capítulos 1 a 5 encontram-se ordenados de acordo com a numeração dos formulários disponibilizados pela DGAEP, sendo que para os quadros 5, 14.1, 18.3, 20-26 e 32 não existem dados a registar por parte desta Direção-Geral.

## Painel de Bordo

<b>Efetivos (%)</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>
Taxa de Enquadramento	14,56%	14,19%	14,94%
Taxa de enquadramento feminino	11,39%	10,97%	11,39%
Índice de formação de grau igual ou superior ao bacharelato	52,53%	56,13%	60,39%
Taxa de Tecnicidade (sentido restrito)	35,44%	40,65%	44,16%
Taxa de Tecnicidade (sentido lato)	65,82%	69,68%	70,78%
Taxa de Informática	2,53%	2,58%	3,25%
<b>Estrutura habilitacional (%)</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>
Peso dos efetivos com habilitação inferior ao 9.º ano	5,06%	5,16%	4,55%
Peso dos efetivos com 9.º ano ou equivalente	8,23%	7,10%	5,84%
Peso dos efetivos habilitado com o 11.º, 12.º ano ou equivalente	34,18%	31,61%	29,22%
Peso dos efetivos com bacharelato	1,27%	1,29%	1,30%
Peso dos efetivos com licenciatura	47,47%	51,61%	54,55%
Peso dos efetivos com mestrado	3,80%	3,23%	4,55%
<b>Estrutura etária</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>
Nível etário médio (em anos)	51,11	51,61	51,04
Peso dos efetivos dos 25 aos 29 anos (%)	0,00%	0,00%	1,30%
Peso dos efetivos dos 30 aos 34 anos (%)	0,63%	0,00%	2,60%
Peso dos efetivos dos 35 aos 39 anos (%)	7,59%	7,74%	4,55%
Peso dos efetivos dos 40 aos 44 anos (%)	15,19%	15,48%	15,58%
Peso dos efetivos dos 45 aos 49 anos (%)	14,56%	12,90%	16,88%
Peso dos efetivos dos 50 aos 54 anos (%)	21,52%	21,94%	19,48%
Peso dos efetivos dos 55 aos 59 anos (%)	25,95%	23,23%	22,08%
Peso dos efetivos dos 60 aos 64 anos (%)	12,66%	16,77%	16,23%
Peso dos efetivos dos 65 aos 69 anos (%)	1,90%	1,94%	1,30%
<b>Estrutura de antiguidades</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>
Nível médio de antiguidade (em anos de serviço na função pública)	25,49	25,75	24,72
Peso dos efetivos até 5 anos de antiguidade (%)	3,16%	3,87%	8,44%
Peso dos efetivos com 5 a 14 anos de antiguidade (%)	13,29%	11,61%	9,74%
Peso dos efetivos com 15 a 24 anos de antiguidade (%)	20,89%	23,23%	25,97%
Peso dos efetivos com 25 a 34 anos de antiguidade (%)	43,67%	40,00%	35,06%
Peso dos efetivos com 35 ou mais anos de antiguidade (%)	18,99%	21,29%	20,78%

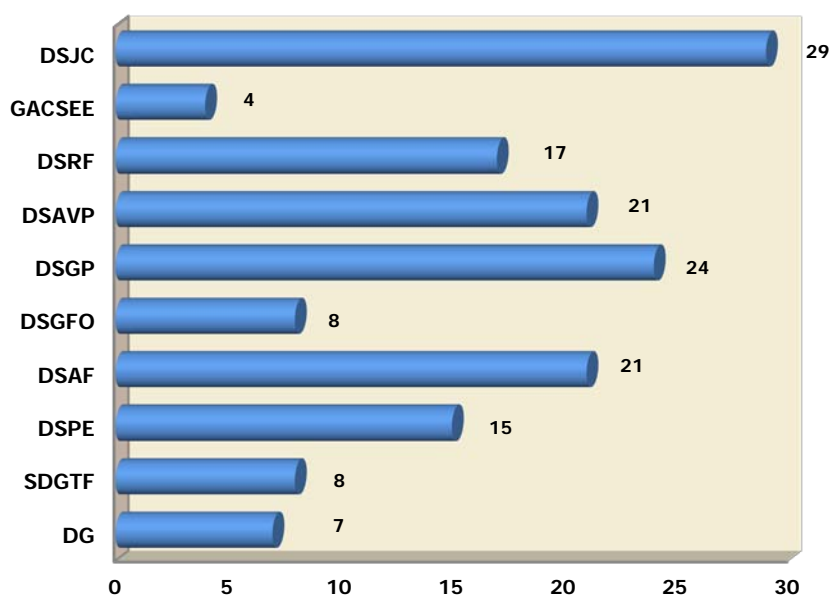
## Situação e Evolução

### Distribuição de Efetivos

Em 31 de dezembro de 2013 desempenhavam funções na Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF) 154 efetivos, com a distribuição evidenciada na seguinte tabela e gráfico 1:

Direção, Subdireções e Unidades Orgânicas Fixas		N.º Total	%
DG	Gabinete Direção	7	4,5%
SDG	Gabinetes Subdireção	8	5,2%
DSPE	Direção de Serviços de Participações do Estado	15	9,7%
DSAF	Direção de Serviços de Apoios Financeiros	21	13,6%
DSGFO	Direção de Serviços de Gestão Financeira e Orçamental	8	5,2%
DSGP	Direção de Serviços de Gestão Patrimonial	24	15,6%
DSAVP	Direção de Serviços de Avaliações e Valorização do Património	21	13,6%
DSRF	Direção de Serviços de Regularizações Financeiras	17	11,0%
GACSE	Gabinete de Apoio e Coordenação do Setor Empresarial do Estado	4	2,6%
DSJC	Direção de Serviços Jurídicos e Coordenação	29	18,8%
<b>TOTAIS</b>		<b>154</b>	<b>100,0%</b>

Gráfico 1 - Distribuição de efetivos



A Direção de Serviços Jurídicos e Coordenação, com 29 trabalhadores/as, é a unidade orgânica que apresenta maior número de efetivos. Esta unidade orgânica, na sequência do Decreto - Lei n.º 156/2012, de 18 de Julho - que aprovou uma nova orgânica da DGTF, no âmbito da racionalização das estruturas do Estado - e da Portaria n.º 229/2013, de 18 de julho, concentrou duas anteriores Direções de Serviço, o anterior Gabinete de Apoio e Coordenação e a extinta Direção de Serviços de Gestão de Recursos. Segue-se a Direção de Serviços de Gestão Patrimonial, com 24 efetivos e com igual n.º de recursos humanos alocados, a Direção de Serviços de Avaliações e Valorização do Património e a Direção de Serviços de Apoios Financeiros, ambas com 21 trabalhadores/as.

Já às unidades orgânicas nucleares com o menor n.º de efetivos, são a Direção de Serviços de Gestão Financeira e Orçamental (n= 8) e o Gabinete de Acompanhamento e Coordenação do Sector Empresarial do Estado (n= 4).

De seguida analisaremos a distribuição dos 154 efetivos da DGTF, a 31 de dezembro de 2013, por grupo profissional e por género, cf. tabela seguinte:

Distribuição de efetivos por grupo de pessoal e por género	Valores Absolutos		
	Masculino	Feminino	Total
Dirigente Superior 1.º grau	0	1	1
Dirigente Superior 2.º grau	2	1	3
Dirigente Intermédio 1.º grau	0	7	7
Dirigente Intermédio 2.º grau	3	9	12
Técnico/a Superior	32	70	102
Pessoal de Inspeção <sup>3</sup>	1	0	1
Assistente Técnico/a <sup>4</sup>	0	16	16
Assistente Operacional	3	4	7
Pessoal Informático <sup>5</sup>	3	2	5
<b>TOTAIS</b>	<b>44</b>	<b>110</b>	<b>154</b>

<sup>3</sup> Em anos anteriores, um trabalhador pertencente ao grupo profissional "Pessoal de Inspeção" foi agregado no grupo profissional "Técnico/a Superior", efetuando-se no presente Balanço Social 2013 a devida correção;

<sup>4</sup> O Grupo Profissional "Assistente Técnico/a" inclui, de forma constante ao longo de todo o documento, uma Coordenadora Técnica e uma Técnica de Nível Intermédio;

<sup>5</sup> O Grupo Profissional "Pessoal Informático" inclui, de forma constante ao longo de todo o documento, 3 Especialistas de Informática e 2 Técnicos de Informática.

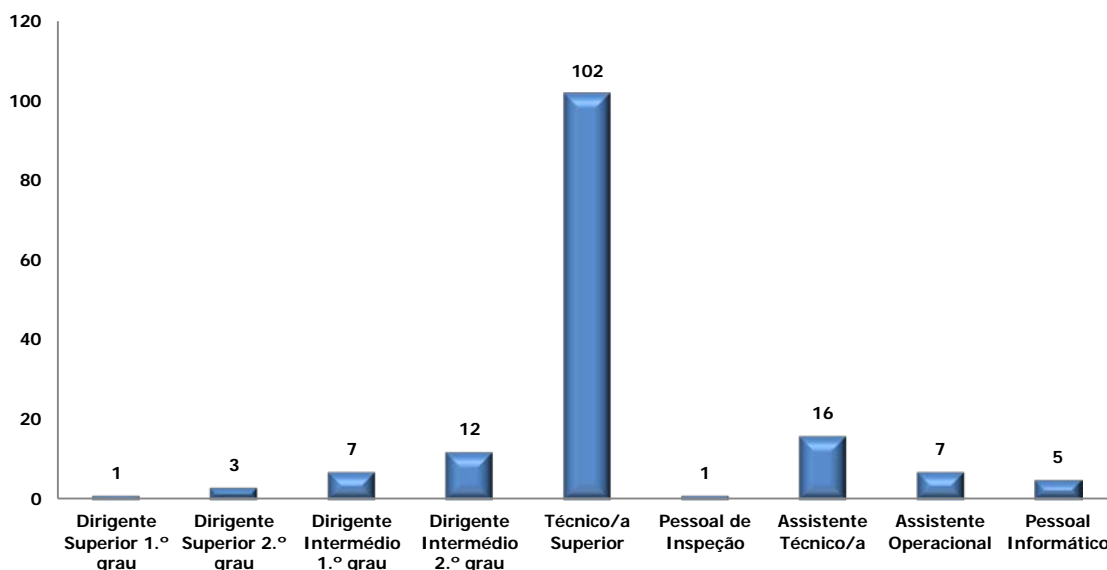
O grupo profissional mais representado na DGTF é o “Técnico/a Superior”, contabilizando um total de 102 efetivos; este grupo assume um peso de 66,23% no número total de trabalhadores/as desta DG. Segue-se o grupo profissional “Dirigente”, que totaliza 23 efetivos<sup>6</sup>, com uma taxa de enquadramento<sup>7</sup> de 14,94%, sucedendo-se o grupo profissional “Assistente Técnico/a” com uma representatividade na ordem dos 10,39%, sobre o total dos efetivos.

O grupo profissional com menor representação é o “Pessoal de Inspeção” e o Pessoal Informático, respetivamente com um e 5 efetivos.

É nos grupos profissionais menos representados que encontramos uma maior concentração de recursos humanos do género masculino, por comparação com o feminino.

Nos restantes grupos profissionais, o n.º efetivo de trabalhadoras é sempre superior ao n.º de efetivo de trabalhadores, com exceção dos cargos dirigentes de nível superior, onde verificamos uma distribuição 50% entre mulheres (2) e homens (2).

**Gráfico 2 - Distribuição de efetivos por grupo de pessoal**



<sup>6</sup> O n.º total de dirigentes inclui, de forma constante ao longo de todo o documento, 4 cargos de direção superior e 19 cargos de direção intermédia, cf. distribuição apresentada em tabela.

<sup>7</sup> Taxa de Enquadramento = (n.º pessoal dirigente / n.º total efetivos) \* 100



## Evolução de efetivos por grupo de pessoal (2011 a 2013)

Grupo de pessoal	2011	2012	2013
Dirigente Superior 1.º grau	1	1	1
Dirigente Superior 2.º grau	3	3	3
Dirigente Intermédio 1.º grau	7	8	7
Dirigente Intermédio 2.º grau	12	10	12
Técnico/a Superior	98	102	102
Pessoal de Inspeção	1	1	1
Assistente Técnico/a	21	17	16
Assistente Operacional	11	9	7
Pessoal Informático	4	4	5
<b>TOTAIS</b>	<b>158</b>	<b>155</b>	<b>154</b>

Considerando que a 31 de dezembro de 2010, existiam na DGTF um total de 173 efetivos, da comparação observada quanto a este indicador para o triénio 2011-2013, continua a verificar-se uma tendência significativa de decréscimo de efetivos de 2013, instalada desde 2011 (158 efetivos), a qual se mantém, não obstante, minimamente estabilizada nos anos de 2012 (155 efetivos) e de 2013 (154 efetivos). A nível percentual, estas flutuações correspondem a uma variação de 2,53% entre 2011 e 2013 e do ano de referência (2013) face ao ano anterior, equivalente a 0,65%. Se compararmos o ano de 2012 diretamente com 2011, regista-se um decréscimo mais acentuado na ordem dos 1,9 %.

Em 2013 e apesar de verificarmos uma baixa variação entre o n.º total de efetivos face a 2012, registaram-se significativas flutuações de efetivos, seja em matéria de "Entradas/Admissões", seja quanto a "Saídas". De seguida detalharemos esses movimentos:

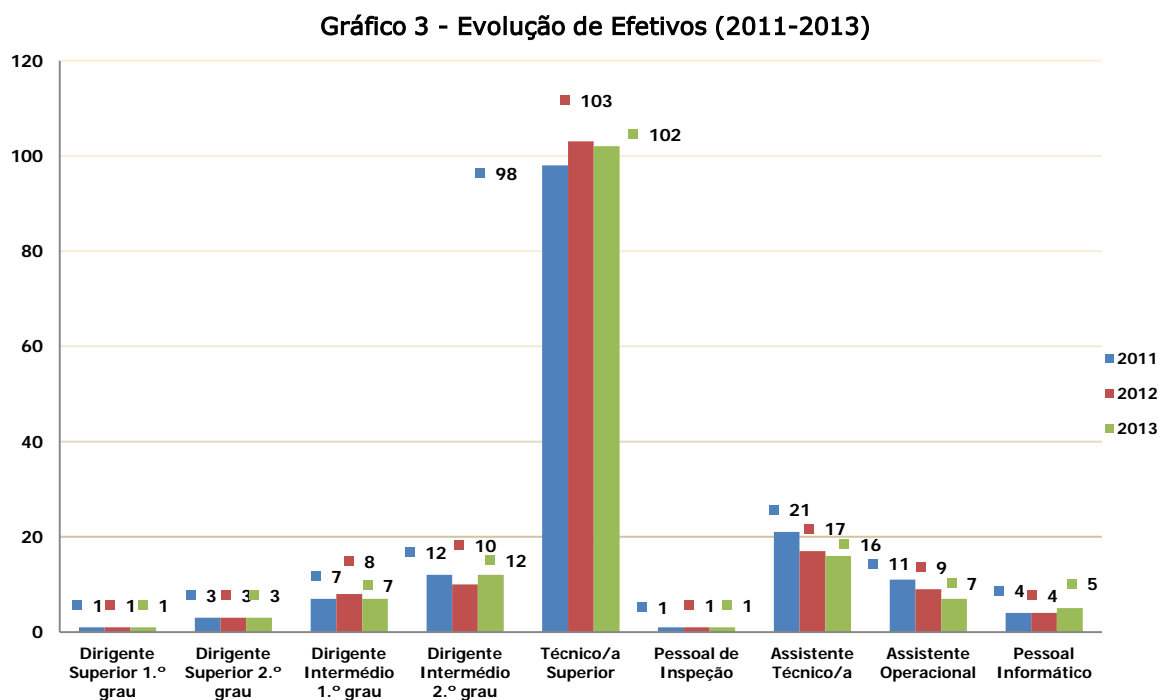
- **Entradas/Admissões**

Foram admitidos, um total de 7 técnicos superiores (TS) no âmbito do Curso de Estudos Avançados em Gestão Pública (CEAGP); regresso, por cessação de mobilidade, de 4 técnicos/as superiores de outros organismos, 3 entradas de pessoal proveniente de outros organismos (2 da carreira "Técnico/a Superior" e 1 "Dirigente" intermédio de 2.º grau), 3 admissões por cessação de comissões de serviço em funções dirigentes de nível intermédio de 1.º e 2.º grau e também 2 entradas associadas a cargos dirigentes intermédios de 2.º grau.

- **Saídas**

Saíram definitivamente da DGTF por aposentação 8 trabalhadores/as; 1 TS regressou ao organismo de origem, verificando-se também 1 cedência de interesse público de um TS para o Conselho de Finanças Públicas, 4 saídas em mobilidade interna para a Secretaria-Geral do Ministério das Finanças (SGMF), 1 saída temporária e 5 saídas (3 de dirigentes de 1.º e 2.º grau e 2 técnicos superiores, no âmbito da racionalização das Estruturas do Estado consubstanciada no Decreto-Lei n.º 156/2012, de 18 de Julho e da Portaria n.º 229/2013, de 18 de julho.

Procedendo a uma análise mais detalhada da evolução observada entre 2011 e 2013, por grupo de pessoal, podemos afirmar que o grupo profissional com maior representação na DGTF tem sido constante no período temporal em análise e corresponde ao grupo “Técnico/a Superior”. Observamos uma redução progressiva nos efetivos associados aos grupos profissionais “Assistente Técnico/a” e “Assistente Operacional”, conforme sistematização constante do gráfico seguinte.



## Capítulo 1 - Recursos Humanos

### Caraterização de efetivos

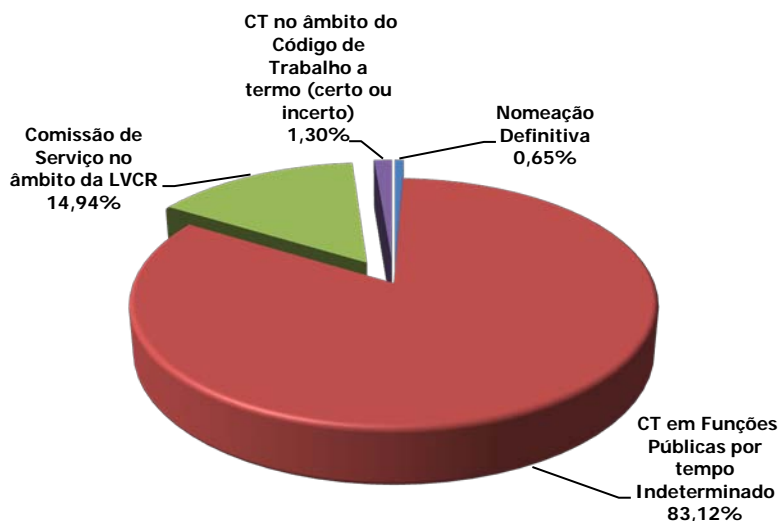
**Quadro 1:** Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo a modalidade de vinculação e género

Grupo/Cargo/Carreira	Nomeação Definitiva		CT em Funções Públicas por tempo Indeterminado		Comissão de Serviço no âmbito da LVCR		CT no âmbito do Código do Trabalho a termo (certo ou incerto)		Total		Total
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
Dirigente Superior 1.º grau						1			0	1	1
Dirigente Superior 2.º grau					2	1			2	1	3
Dirigente Intermédio 1.º grau						7			0	7	7
Dirigente Intermédio 2.º grau					3	9			3	9	12
Técnico/a Superior			32	69				1	32	70	102
Pessoal de Inspeção <sup>8</sup>	1								1		1
Assistente Técnico/a				15				1		16	16
Assistente Operacional			3	4					3	4	7
Pessoal Informático			3	2					3	2	5
<b>Total</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>38</b>	<b>90</b>	<b>5</b>	<b>18</b>	<b>0</b>	<b>2</b>	<b>44</b>	<b>110</b>	<b>154</b>

Em 31 de dezembro de 2013, desempenhavam funções na Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF), 154 efetivos, dos quais 128 em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, 1 em regime de nomeação definitiva, 2 em cedência de interesse público - aplicando-se-lhes o regime do código de trabalho a termo e 23 em comissão de serviço.

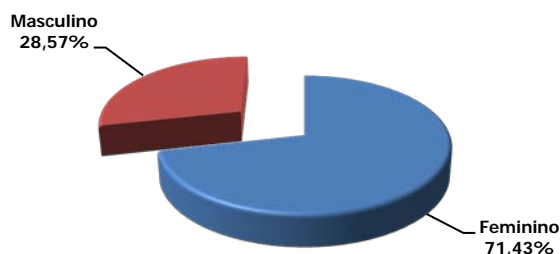
<sup>8</sup> Em anos anteriores, um trabalhador pertencente ao grupo profissional "Pessoal de Inspeção" cuja modalidade de vinculação é a de "nomeação definitiva" foi indevidamente agregado no grupo profissional "Técnico/a Superior" e contabilizado em "CT em funções públicas por tempo indeterminado", procedendo-se no presente documento à devida correção.

**Gráfico 4 - Modalidades de Vinculação (%)**



O género que assume uma maior percentagem em relação ao número total de trabalhadores/as é o feminino com 71,43% de representatividade, evidenciado pelo seguinte gráfico:

**Gráfico 5 - Distribuição de efetivos por Género (%)**



		Indicador	2011	2012	2013
Taxa de feminização =	Efetivos do género feminino	X 100	76,58%	72,26%	71,43%
	Total de efetivos				

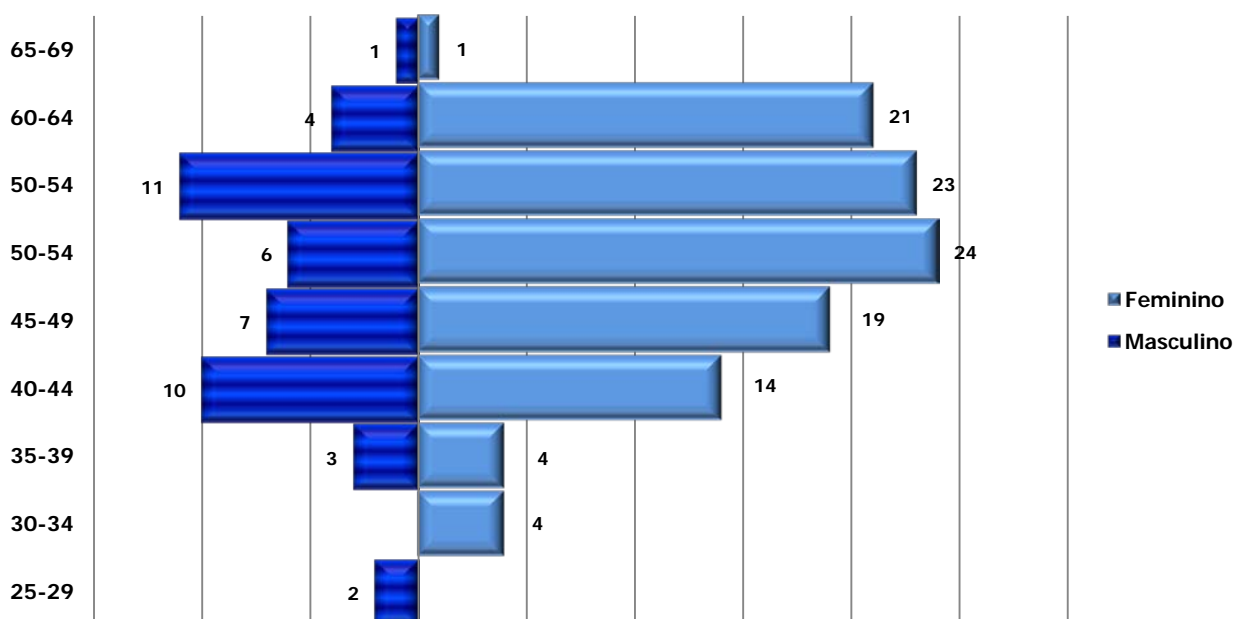
A taxa de feminização é de 71,43%, verificando-se relativamente ao ano 2011 e 2012, respetivamente um decréscimo de 4,95% e 0,83% resultante da distribuição de género associada quer às saídas de efetivos por aposentação, quer às admissões ocorridas (via CEAGP e por mobilidade interna).

## Estrutura Etária

**Quadro 2:** Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo o escalão etário e género

Grupo/Cargo/Carreira	25-29		30-34		35-39		40-44		45-49		50-54		55-59		60-64		65-69		Total		Total
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
Dirigente Superior 1.º grau															1				0	1	1
Dirigente Superior 2.º grau							2						1						2	1	3
Dirigente Intermédio 1.º grau									1		4		1				1		0	7	7
Dirigente Intermédio 2.º grau					1	1	2	1	4	1			1		1				3	9	12
Técnico/a Superior	2		4	2	3	5	12	5	12	4	18	9	10	4	11	1			32	70	102
Pessoal de Inspeção									1										1	0	1
Assistente Técnico/a											2		9		5				0	16	16
Assistente Operacional										1		2	1		3				3	4	7
Pessoal Informático					1		2			2									3	2	5
<b>Total</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>4</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>10</b>	<b>14</b>	<b>7</b>	<b>19</b>	<b>6</b>	<b>24</b>	<b>11</b>	<b>23</b>	<b>4</b>	<b>21</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>44</b>	<b>110</b>	<b>154</b>

**Gráfico 6 - Pirâmide etária segundo o género**



Idade Média	Mediana	Moda	Mínimo	Máximo	Desvio Padrão
51,04	52	57	25	67	8,47

A distribuição etária espelhada no quadro 2 e gráfico 6 traduz-se numa idade média de 51,04 anos, tendo cerca de 50% do pessoal efetivo idade igual ou superior a 52 anos (cf. mediana). Verifica-se que 17,53% dos efetivos/as têm idade igual ou superior a 60 anos e que 1,3% encontram-se no escalão etário 25-29, o escalão mais baixo desta Direção-Geral.

O leque etário registado é de 42 anos, variando entre 25 (mínimo) e 67 (máximo) anos de idade.

Em 2013, o escalão etário com maior índice de efetivos/as continua a manter-se na classe modal 55-59 anos, correspondente a 22,08% do total das observações, correspondendo a idade mais frequentemente observada os 57 anos.

No entanto, verifica-se, por comparação a 2012, uma diminuição de 5,56% na citada faixa dos 55-59 anos, devido ao número de trabalhadores/as que saíram da DGTF por aposentação e ao aumento de efetivos na ordem dos 3,90% observado nas faixas dos 25-29 anos e 30-34 anos, cujas percentagens em 2012 eram nulas. Tal resulta sobretudo das idades efetivas de seis trabalhadores/as dos sete aprovados e admitidos nesta Direção-Geral, no âmbito do CEAGP.

Não obstante, verifica-se que o n.º de admissões/entradas de efetivos mais jovens que a média de idades observada na DGTF é ainda em número insuficiente para que possamos verificar uma inversão da tendência associada à taxa de envelhecimento<sup>9</sup> situada na ordem dos 39,61%.

Consistente com a taxa de envelhecimento observada, a evolução da média etária sofreu ligeiríssimos decréscimos, em termos comparativos, no triénio 2011-2013, conforme quadro infra.

	Indicador	2011	2012	2013
Média etária global=	<u>Soma das idades</u>	51,11	51,61	51,04
	Total de efetivos			

Em 2013, verifica-se que a média etária global, por comparação com 2012, sofreu um decréscimo de 0,57 e relativamente a 2011, um decréscimo de 0,07. Esta diminuição está relacionada com as admissões já referidas no âmbito da CEAGP, cujas idades estão concentradas no escalão 25-39 anos e também nas 8 saídas definitivas por aposentação (1, por invalidez, situada no escalão 50-54 anos e as restantes sete reunidas nos escalões entre os 55-69 anos).

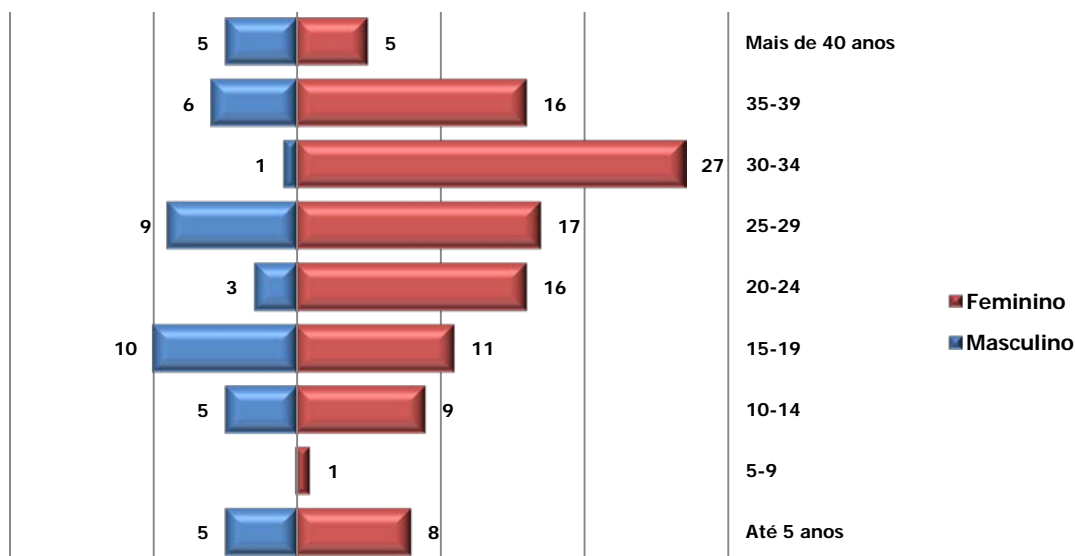
<sup>9</sup> A taxa de envelhecimento calcula-se com base nos efetivos com idades iguais ou superiores a 55 anos.

## Estrutura de Antiguidades

**Quadro 3:** Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo o nível de antiguidade e género

Grupo/Cargo/Carreira	Até 5 anos		5-9		10-14		15-19		20-24		25-29		30-34		35-39		40 ou mais		Total		Total
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
Dirigente Superior 1.º grau		1																	0	1	1
Dirigente Superior 2.º grau	1				1								1						2	1	3
Dirigente Intermédio 1.º grau							1		1		2		2				1	0	7	7	7
Dirigente Intermédio 2.º grau		1			1	1			1	4	1	1			2				3	9	12
Técnico/a Superior	4	5		1	3	8	5	9	2	9	7	9	1	17	6	10	4	2	32	70	102
Pessoal de Inspeção							1												1	0	1
Assistente Técnico/a		1					1				4		6		2		2	0	16	16	16
Assistente Operacional							1		1	1			1		2	1			3	4	7
Pessoal Informático							3		1		1								3	2	5
<b>Total</b>	<b>5</b>	<b>8</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>5</b>	<b>9</b>	<b>10</b>	<b>11</b>	<b>3</b>	<b>16</b>	<b>9</b>	<b>17</b>	<b>1</b>	<b>27</b>	<b>6</b>	<b>16</b>	<b>5</b>	<b>5</b>	<b>44</b>	<b>110</b>	<b>154</b>

**Gráfico 7 - Pirâmide por antiguidade e por género**



Antiguidade Média	Mediana	Moda	Mínimo	Máximo	Desvio Padrão
24,72	28	28	0	42	11,08

Em 2013, o nível médio de antiguidade<sup>10</sup> é de 24,72 anos. Em termos de evolução do nível médio de antiguidade, regista-se entre 2012 e 2013, um decréscimo de 1,03, face a 7 admissões situadas no escalão até 5 anos, bem como a saídas definitivas posicionadas nos escalões 25-35 anos ou mais anos de antiguidade.

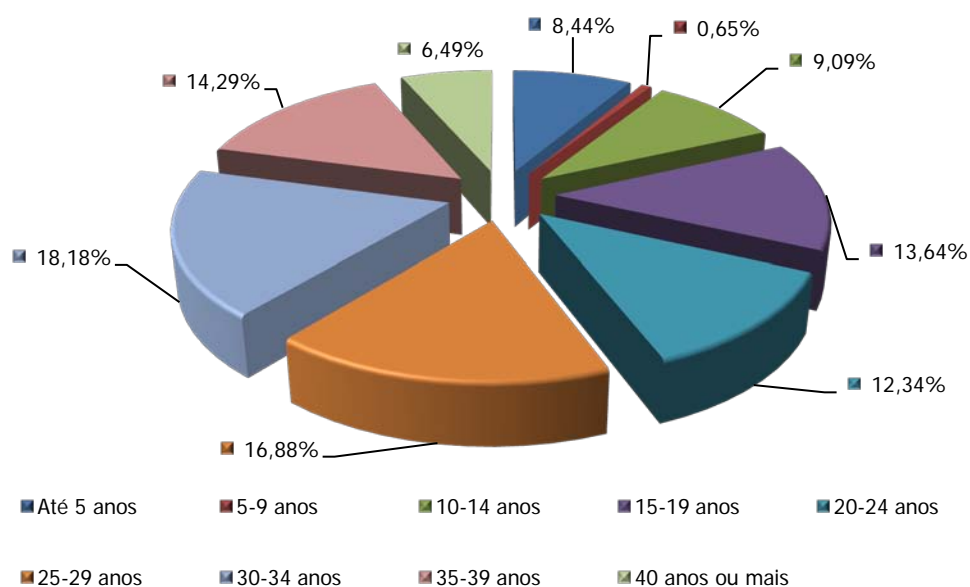
Na DGTF, verifica-se que 50% do pessoal efetivo apresenta uma antiguidade igual ou superior a 28 anos (cf. Mediana), sendo que as classes que apresentam maior número de efetivos/as são as de 25-29 anos e 30-34 anos, respetivamente, com 26 (16,88%) e 28 (18,18%) casos observados. No nosso universo dos 154 trabalhos/as, o valor mais frequentemente observado para o n.º de anos de exercício de funções em organismo público, corresponde a 28 anos de serviço.

Através dos **gráficos 7 e 8** constata-se que 38,96% das pessoas registam uma antiguidade igual ou superior a 30 anos e que apenas 9,09% inferior a 10 anos.

<sup>10</sup> A antiguidade é medida em pelo n.º de anos de exercício de funções em organismo público.



**Gráfico 8- Peso de efetivos por antiguidade (%)**



Evolução do nível médio de antiguidade		
2011	2012	2013
25,49	25,75	24,72

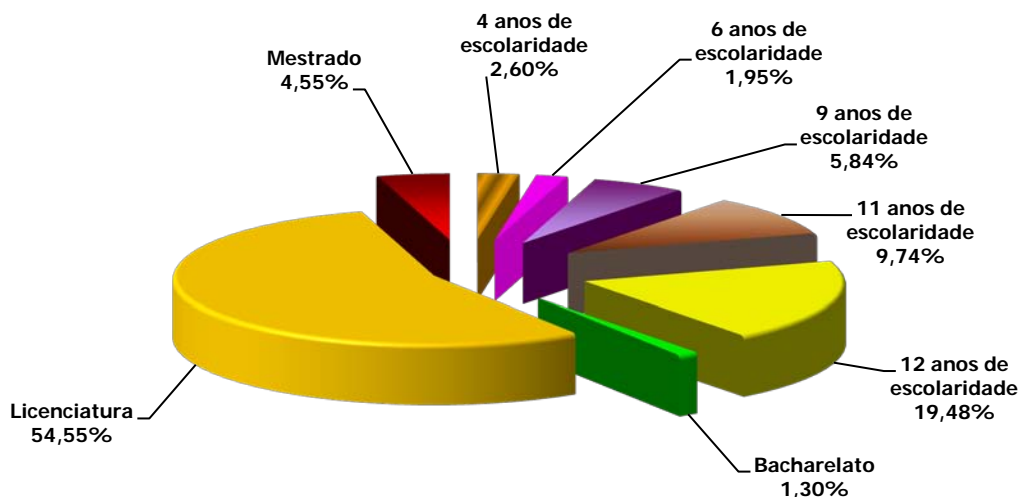
A diferença do nível médio de antiguidade existente entre 2011 e 2013 é de 0,77, existindo um acréscimo de 0,26 em 2012 relativamente a 2011, e um decréscimo de 1,03 em 2013 face a 2012, motivadas por sete admissões já referidas e 8 saídas definitivas por aposentação.

## Estrutura habilitacional

**Quadro 4:** Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo o nível de escolaridade e género

Grupo/Cargo/Carreira	4 anos de escolaridade		6 anos de escolaridade		9º ano ou equivalente		11º ano ou equivalente		12º ano ou equivalente		Bacharelato		Licenciatura		Mestrado		Total		Total
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
Dirigente Superior 1.º grau													1				0	1	1
Dirigente Superior 2.º grau													2	1			2	1	3
Dirigente Intermédio 1.º grau													7				0	7	7
Dirigente Intermédio 2.º grau													2	7	1	2	3	9	12
Técnico/a Superior					1	1	3	9	6	16		2	21	39	1	3	32	70	102
Pessoal de Inspeção													1				1	0	1
Assistente Técnico/a		1		2		4		3		6							0	16	16
Assistente Operacional		3		1	3												3	4	7
Pessoal Informático									2				1	2			3	2	5
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>4</b>	<b>0</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>	<b>3</b>	<b>12</b>	<b>8</b>	<b>22</b>	<b>0</b>	<b>2</b>	<b>27</b>	<b>57</b>	<b>2</b>	<b>5</b>	<b>44</b>	<b>110</b>	<b>154</b>

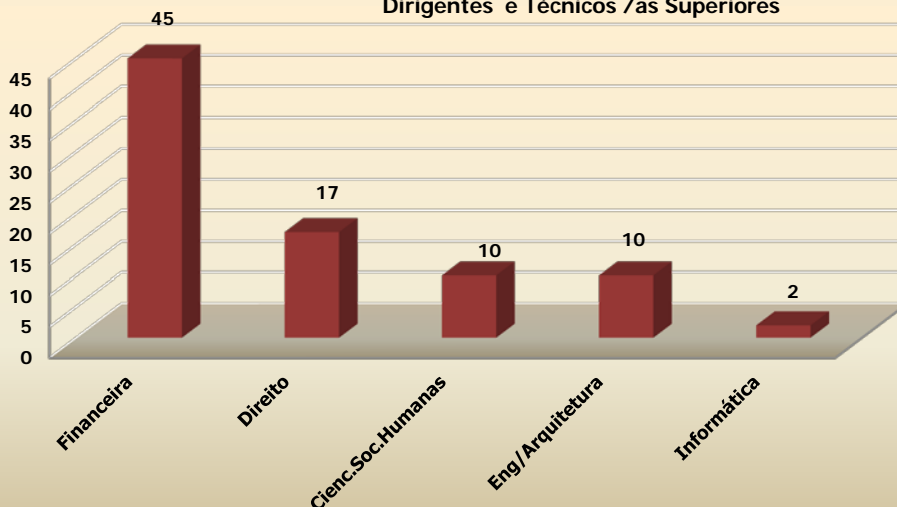
**Gráfico 9- Distribuição de efetivos por nível habilitacional (%)**



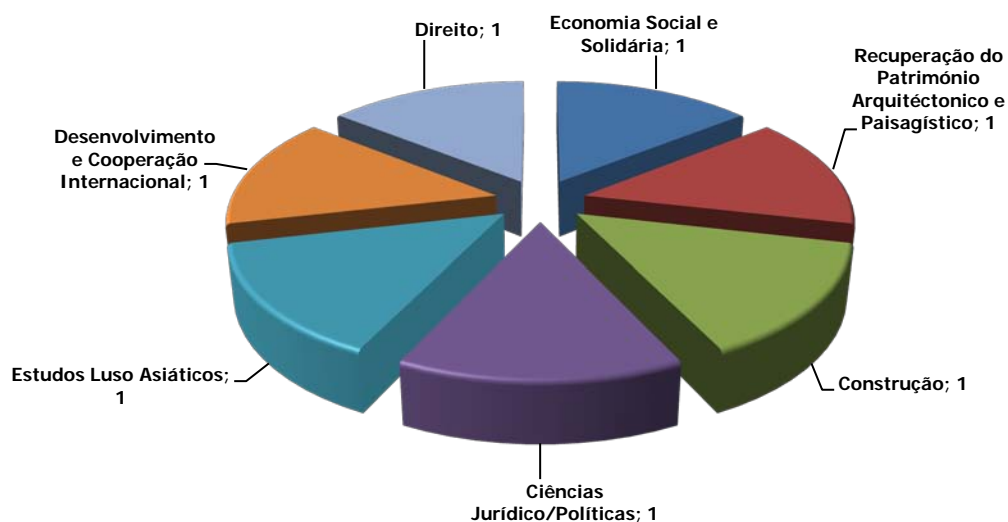
O grupo habilitacional com maior representatividade (54,55%) é o de efetivos/as com licenciatura, sendo que 89,61% do pessoal tem habilitação igual ou superior ao 11º ano.

À licenciatura, correspondente ao grau académico mais frequentemente observado, seguem-se com maiores percentagens observadas os níveis habilitacionais correspondentes a 12 e 11 anos de escolaridade, respetivamente, representados por 19,48% e 9,74%.

**Gráfico 10 - Distribuição das áreas de formação associadas à Licenciatura detida por Dirigentes e Técnicos /as Superiores**



**Grafico 11 - Áreas de Mestrado detidas pelos Dirigentes e Técnicos/as Superiores**



### Evolução do índice de formação e taxa de tecnicidade

Indicadores de gestão	2011	2012	2013
<b>Índice de formação de grau igual ou superior ao bacharelato</b> [(mestrado + licenciatura + bacharelato ou curso médio) / efetivos a 31 de dezembro] * 100	52,53%	56,13%	60,39%
<b>Taxa de Tecnicidade (sentido restrito)</b> [(pessoal técnico superior + pessoal especialista informática) / efetivos a 31 de dezembro] * 100	35,44%	40,65%	44,16%
<b>Taxa de Tecnicidade (sentido lato)</b> [(pessoal técnico superior + pessoal especialista informática + pessoal técnico informática + pessoal técnico) / efetivos a 31 de dezembro] * 100	65,82%	69,68%	70,78%

## Efetivos portadores de deficiência

**Quadro 6:** Contagem dos trabalhadores portadores de deficiência por grupo/cargo/carreira, segundo escalão etário e género

Grupo/Cargo/Carreira	50-54 anos		60-64 anos		Total		Total
	M	F	M	F	M	F	
Dirigente Superior 1.º grau					0	0	0
Dirigente Superior 2.º grau					0	0	0
Dirigente Intermédio 1.º grau					0	0	0
Dirigente Intermédio 2.º grau					0	0	0
Técnico/a Superior		3		1	0	4	4
Pessoal de Inspeção					0	0	0
Assistente Técnico/a					0	0	0
Assistente Operacional					0	0	0
Pessoal Informático					0	0	0
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>3</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>4</b>	<b>4</b>

Do cômputo de 154 efetivos/as, 4 são trabalhadoras com grau de deficiência declarada, representando 2,60% do peso total de efetivos.

## Mobilidade

### Admissões e regressos

**Quadro 7:** Contagem dos trabalhadores admitidos e regressados durante o ano, por grupo/cargo/carreira e género, segundo o modo de ocupação do posto de trabalho ou modalidade de vinculação

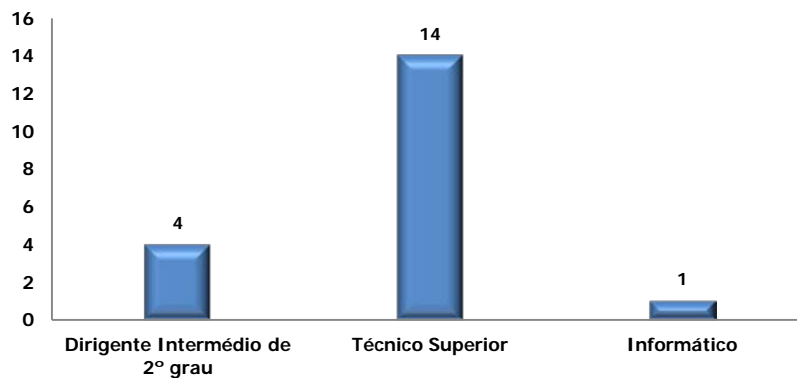
Grupo/Cargo/Carreira/Modos de ocupação do posto de trabalho	Mobilidade Interna		Comissão de serviço		CEAGP		Outras situações		Total		Total
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
Dirigente Superior 1.º grau									0	0	0
Dirigente Superior 2.º grau									0	0	0
Dirigente Intermédio 1.º grau									0	0	0
Dirigente Intermédio 2.º grau			1	3					1	3	4
Técnico/a Superior	1	2			3	4	1	3	5	9	14
Pessoal de Inspeção									0	0	0
Assistente Técnico/a									0	0	0
Assistente Operacional									0	0	0
Pessoal Informático							1		1	0	1
<b>Total</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>3</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>7</b>	<b>12</b>	<b>19</b>

### Taxa de Admissão: —

Em 2013, ocorreram 19 admissões e regressos, situando-se assim, a taxa de admissões em 12,34%.

Verificou-se a ingresso de 7 trabalhadores/as admitidos/as no âmbito da CEAGP (novo recrutamento), 4 admissões na carreira de dirigente intermédio de 2º grau, 3 admissões/regressos em mobilidade interna, 5 em outras situações (fim de comissão de serviço nesta Direção-Geral ou em outros organismos, bem como término de cedência de interesse público).

**Gráfico 12 - Admissões e regressos por grupo de pessoal**



## Saídas

**Quadro 8:** Contagem das saídas de trabalhadores nomeados ou comissão de serviço, por grupo/cargo/carreira, e género, segundo o motivo de saída e género.

Grupo/Cargo/Carreira/Modos de ocupação do posto de trabalho	Reforma/Aposentação		Comissão de serviço		Total		Total
	M	F	M	F	M	F	
Dirigente Superior 1.º grau					0	0	0
Dirigente Superior 2.º grau					0	0	0
Dirigente Intermédio 1.º grau				1	0	1	1
Dirigente Intermédio 2.º grau			1	1	1	1	2
Técnico/a Superior					0	0	0
Pessoal de Inspeção	1				1	0	1
Assistente Técnico/a					0	0	0
Assistente Operacional					0	0	0
Pessoal Informático					0	0	0
<b>Total</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>4</b>

**Quadro 9:** Contagem das saídas de trabalhadores contratados, por grupo/cargo/carreira, e género, segundo o motivo de saída e género

Grupo/Cargo/Carreira/Motivos de saída	Reforma/ Aposentação		Mobilidade Interna		Cedência		Outras situações		Total		Total
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
Dirigente Superior 1.º grau									0	0	0
Dirigente Superior 2.º grau									0	0	0
Dirigente Intermédio 1.º grau									0	0	0
Dirigente Intermédio 2.º grau									0	0	0
Técnico/a Superior	1	4	1	4		1	1	1	3	10	13
Pessoal de Inspeção									0	0	0
Assistente Técnico/a		1							0	1	1
Assistente Operacional		1	1						1	1	2
Pessoal Informático									0	0	0
<b>Total</b>	<b>1</b>	<b>6</b>	<b>2</b>	<b>4</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>4</b>	<b>12</b>	<b>16</b>

**Taxa de saída:**  $\frac{20}{154} = 12,99\%$

Em 2013, verificaram-se 20 saídas (4 nomeados ou em comissão de serviço e 16 de pessoal contratado), sendo 8 definitivas por aposentação, 3 por cessação de comissão de Serviços no âmbito da reestruturação das unidades orgânicas, 6 saídas para outros organismos da Administração Pública, sendo 4 para a SGMF (uma delas temporária), 1 temporário para outro organismo, 1 retorno ao organismo de origem, 1 por cedência de interesse público e 2 técnicos/a superiores em Comissão de Serviço.

A taxa de saída em 2013, situou-se nos 12,99%, o que traduz face ao ano 2012 num acréscimo de 1,38%.



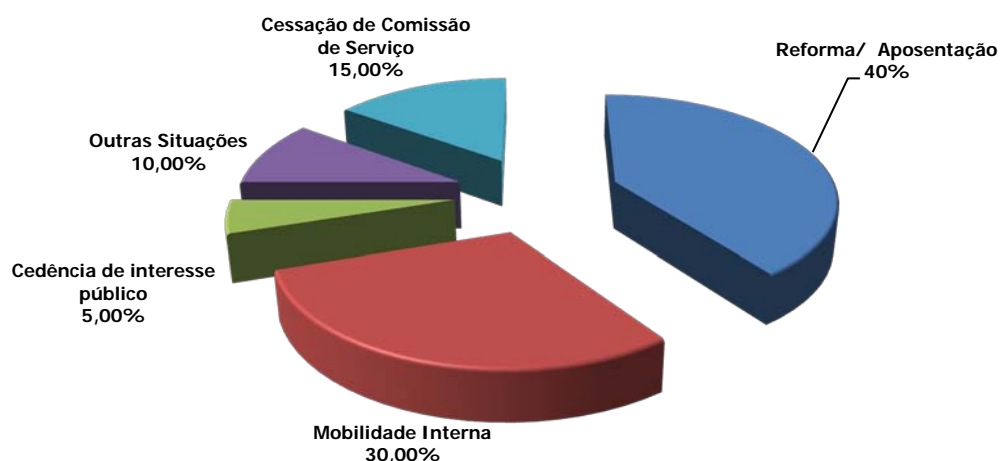
A carreira onde se registou um maior número de saídas foi a de Técnicos Superiores.

### Evolução das admissões e regressos/saídas

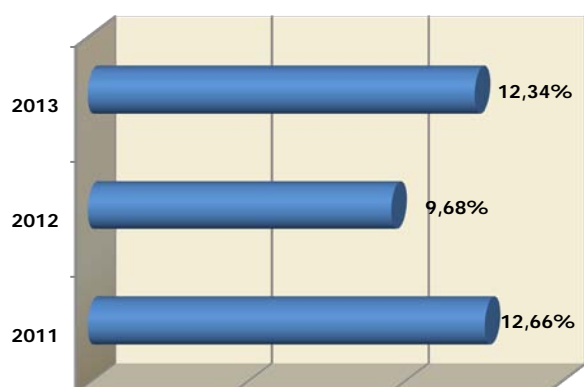
	2011	2012	2013
Admissões / regressos	20	15	19
Saídas	35	18	20
<b>Saldo</b>	<b>-15</b>	<b>-3</b>	<b>-1</b>

Em 2013, o número de entradas foi inferior ao das saídas, tendência já verificada em 2011 e 2012.

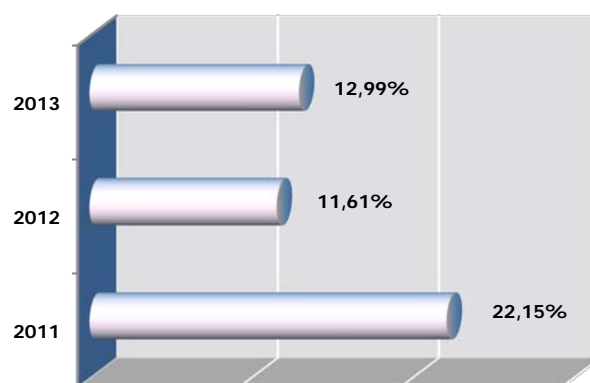
**Gráfico 13 - Motivo de saída durante o ano de trabalhadores contratados**



**Gráfico 14 - Admissões 2013, 2012 e 2011**



**Gráfico 15 - Saídas 2013, 2012 e 2011**



O indicador social “*Turn Over*” exprime o número de rotação de efetivos/as que entraram e saíram da organização. Em 2013, na DGTF, o referido indicador situou-se em 12,66%, com um acréscimo de 2,01% em relação a 2012, facto que deriva seja do número de trabalhadores admitidos e regressados (12,34%), seja dos que saíram do organismo (12,99%) ser superior ao ano 2012.

Em 2013, passaram à situação de aposentação (5,19%), percentagem que traduz um decréscimo de 0,62% e de 6,80%, respetivamente ao ano 2012 e 2011.

$$\text{Turn Over} = [(N.^{\circ} \text{ Admissões} + N.^{\circ} \text{ Saídas}) : 2] / \text{Efetivo global} \times 100$$

$$\text{Turn Over em 2011} = 17,41\%$$

$$\text{Turn Over em 2012} = 10,65\%$$

$$\text{Turn Over em 2013} = 12,66\%$$

Relativamente a 2013, verifica-se um acréscimo de 2,01% no indicador *Turn Over* face ao ano 2012.

#### Evolução dos seguintes indicadores:

Indicadores de gestão	2011	2012	2012
<b>Índice de Rotação de Efetivos/as</b> (total de efetivos a 31 Dez/ total de efetivos a 1 Jan. + n.º de admissões e regressos + n.º de saídas)	0,693	0,812	0,794
<b>Taxa de Admissões e Regressos</b> (total N.º de admissões e regressos / total de efetivos a 31 Dez)	12,66%	9,68%	12,34%
<b>Taxa de Saída</b> N.º de saídas /total de efetivos a 31 Dez)	22,15%	11,61%	12,99%
<b>Taxa de Redimensionamento</b> (total de efetivos a 31 Dez. - total de efetivos a 1 Jan. / total de efetivos a 31 Dez. x 100)	-9,43%	-1,94%	-0,65%
<b>Taxa de Reposição</b> (N.º de admissões e regressos / n.º de saídas x 100)	57,14%	83,33%	95%

## Postos de trabalho previstos e não ocupados durante o ano

**Quadro 10:** Contagem dos postos de trabalho previstos e não ocupados durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo a dificuldade de recrutamento

Grupo/Cargo/Carreira/ Dificuldades de recrutamento	Não abertura de procedimento concursal	Falta de autorização da entidade competente	Procedimento concursal improcedente	Procedimento concursal em desenvolvimento	Total
Dirigente Superior 1.º grau					0
Dirigente Superior 2.º grau					0
Dirigente Intermédio 1.º grau	2 <sup>11</sup>				2
Dirigente Intermédio 2.º grau					0
Técnico/a Superior	28				28
Pessoal de Inspeção					0
Assistente Técnico/a	7				7
Assistente Operacional	3				3
Pessoal Informático					0
<b>Total</b>	<b>40</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>40</b>

Dos 194 postos previstos verifica-se, a 31 de dezembro de 2013, que 40 não estavam preenchidos (20,62%).

<sup>11</sup> Inclui um Chefe de Equipa Multidisciplinar.

## Mudança de situação de efetivos segundo género e o grupo profissional

**Quadro 10:** Contagem das mudanças de situação dos trabalhadores, por grupo/cargo/carreira, segundo o motivo e género

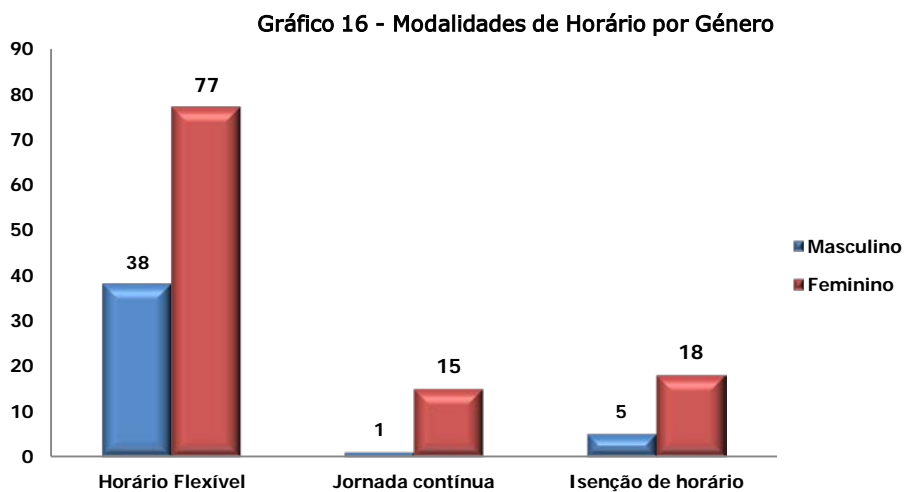
Grupo/Cargo/Carreira/ Tipo de mudança	Promoções (carreiras não revistas e carreiras subsistentes)		Alteração obrigatória do posiciona/ remuneratório		Alteração do posiciona/ remuneratório por opção gestionária		Procedimento concursal		Consolidação da mobilidade na categoria		Total		Total
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
Dirigente Superior 1.º grau											0	0	0
Dirigente Superior 2.º grau											0	0	0
Dirigente Intermédio 1.º grau											0	0	0
Dirigente Intermédio 2.º grau											0	0	0
Técnico/a Superior									1		1	0	1
Pessoal de Inspeção											0	0	0
Assistente Técnico/a											0	0	0
Assistente Operacional											0	0	0
Pessoal Informático											0	0	0
<b>Total</b>	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	1

No ano de 2013, ocorreu uma mudança de situação de um trabalhador técnico superior por consolidação da mobilidade na categoria, o que representa 0,65% relativamente ao número total de trabalhadores/as.

## Modalidades de horário

**Quadro 12:** Contagem dos trabalhadores, por grupo/cargo/carreira, segundo a modalidade de horário de trabalho e género

Grupo/Cargo/Carreira	Flexível		Jornada Contínua		Isenção de horário		Total		Total
	M	F	M	F	M	F	M	F	
Dirigente Superior 1.º grau						1	0	1	1
Dirigente Superior 2.º grau					2	1	2	1	3
Dirigente Intermédio 1.º grau						7	0	7	7
Dirigente Intermédio 2.º grau					3	9	3	9	12
Técnico/a Superior	31	61	1	9			32	70	102
Pessoal de Inspeção	1						1	0	1
Assistente Técnico/a		10		6			0	16	16
Assistente Operacional	3	4					3	4	7
Pessoal Informático	3	2					3	2	5
<b>Total</b>	<b>38</b>	<b>77</b>	<b>1</b>	<b>15</b>	<b>5</b>	<b>18</b>	<b>44</b>	<b>110</b>	<b>154</b>



Cumprem horário flexível 74,68% dos efetivos/as, 14,94% têm isenção de horário e 10,39% praticam horário de jornada contínua.

**Quadro 13:** Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo o período normal de trabalho (PNT) e género

Grupo/Cargo/Carreira	Tempo completo		PNT inferior ao praticado a tempo completo				Total		Total
			Regime Especial (D.L. 324/99)		Semana de 4 dias (D.L. 325/99)				
	40 horas		35 horas		32 horas				
	M	F	M	F	M	F	M	F	
Dirigente Superior 1.º grau		1					0	1	1
Dirigente Superior 2.º grau	2	1					2	1	3
Dirigente Intermédio 1.º grau		7					0	7	7
Dirigente Intermédio 2.º grau	3	9					3	9	12
Técnico/a Superior	31	60	1	9		1	32	70	102
Pessoal de Inspeção	1						1	0	1
Assistente Técnico/a		10		6			0	16	16
Assistente Operacional	3	4					3	4	7
Pessoal Informático	3	2					3	2	5
Total	43	94	1	15		1	44	110	154

## Trabalho extraordinário diurno, noturno e em dias de descanso complementar e feriados

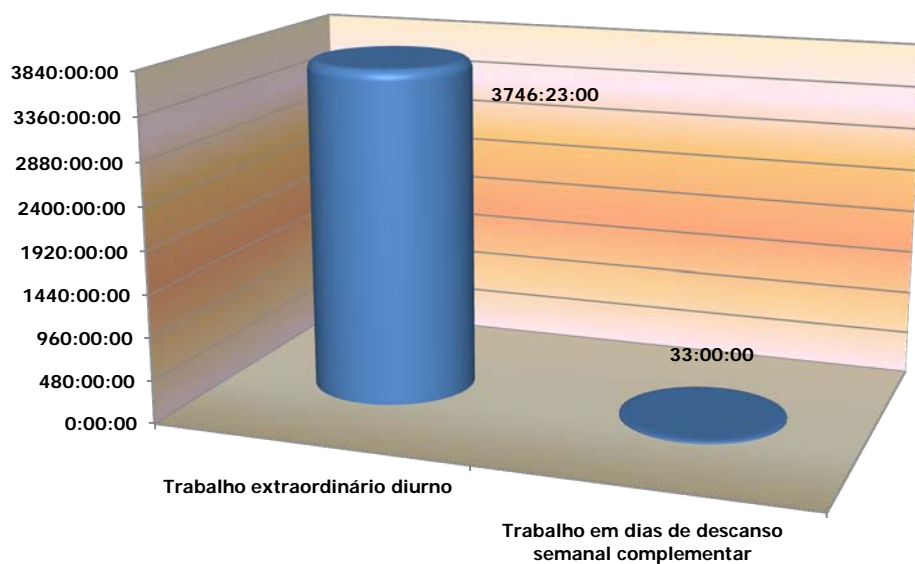
**Quadro 14:** Contagem das horas de trabalho extraordinário, por grupo/cargo/carreira, segundo a modalidade de prestação de trabalho e género

Grupo/Cargo/Carreira/Modalidade de prestação de trabalho extraordinário	Trabalho Extraordinário diurno		Trabalho em dias de descanso semanal obrigatório		Trabalho em dias de descanso semanal complementar		Total		Total
	M	F	M	F	M	F	M	F	
Dirigente Superior 1.º grau							00:00	00:00	00:00
Dirigente Superior 2.º grau							00:00	00:00	00:00
Dirigente Intermédio 1.º grau							00:00	00:00	00:00
Dirigente Intermédio 2.º grau							00:00	00:00	00:00
Técnico/a Superior	15:00				21:00	12:00	36:00	12:00	48:00
Pessoal de Inspeção							00:00	00:00	00:00
Assistente Técnico/a		860:51					00:00	860:51	860:51
Assistente Operacional	1930:55	939:37					1930:55	939:37	2870:32
Pessoal Informático							00:00	00:00	00:00
<b>Total</b>	<b>1945:55</b>	<b>1800:28</b>	<b>00:00</b>	<b>00:00</b>	<b>21:00</b>	<b>12:00</b>	<b>1966:55</b>	<b>1812:28</b>	<b>3779:23</b>

Em 2013, foram prestadas 3779:23 horas de trabalho extraordinário, registando-se um decréscimo de 71:17 horas relativamente ao ano 2012, em consequência das políticas de contenção vigentes na Administração Pública.

A modalidade de prestação de trabalho extraordinária diurno assume um peso maior (3.746h:23m) quando comparada com as restantes modalidades tendo sido realizado maioritariamente por assistentes operacionais executando apoio e suporte operacional que inclui o exercício de funções de motorista.

**Gráfico 17 - Trabalho Extraordinário diurno e em dias de descanso semanal complementar (em horas)**



O total de encargos com trabalho extraordinário executado em 2013, correspondeu a 24.149,45€.

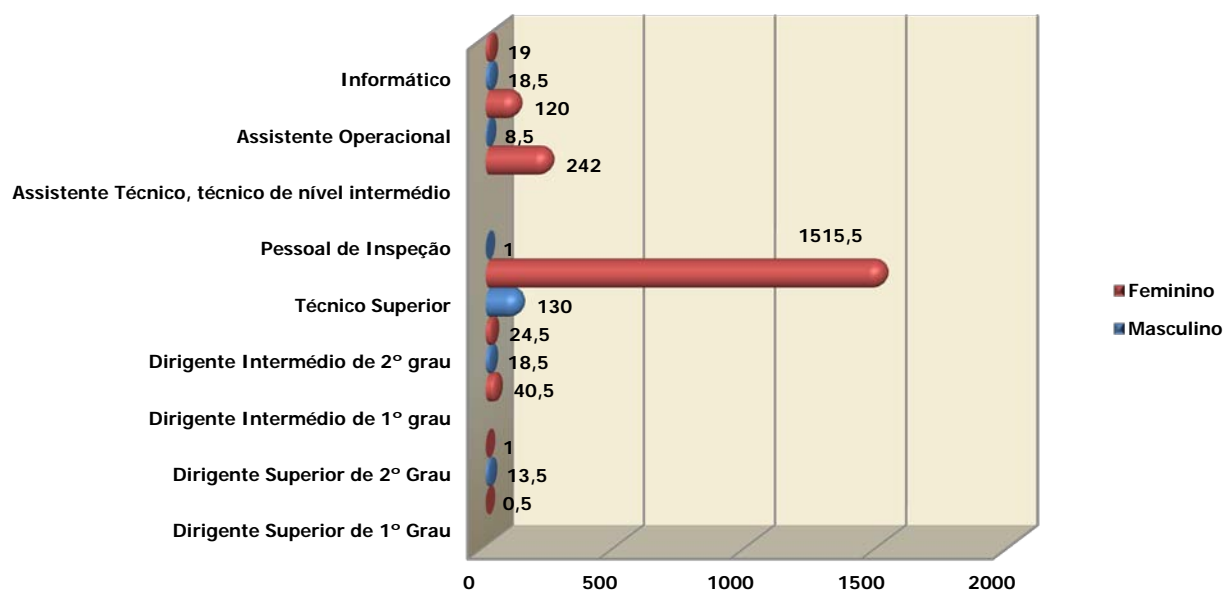


## Ausências

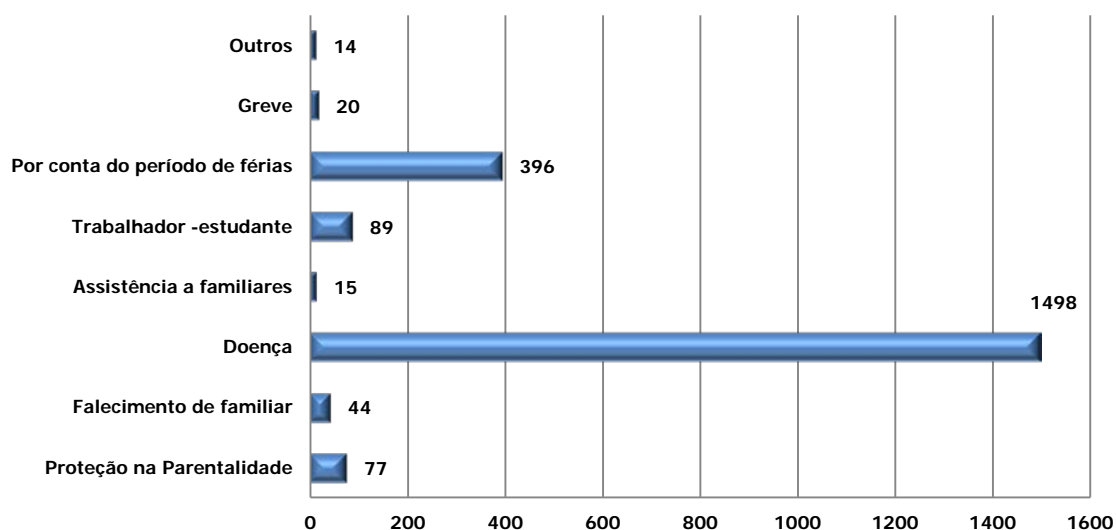
**Quadro 15:** Contagem dos dias de ausência ao trabalho durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo o motivo de ausência e género

Grupo/Cargo/Carreira/ Motivo de ausência	Proteção na parentalidade		Falecimento de familiar		Doença		Assistência a familiares		Trabalhador- estudante		Por conta do período de férias		Greve		Outros		Total		Total
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
Dirigente Superior 1.º grau											0,5						0	0,5	0,5
Dirigente Superior 2.º grau	12										1,5	1					13,5	1	14,5
Dirigente Intermédio 1.º grau				3		32						5,5					0	40,5	40,5
Dirigente Intermédio 2.º grau				5	11	8					7,5	11,5					18,5	24,5	43
Técnico/a Superior	3	58	7	29	46	1085		15		89	57	227,5	5	10	12	2	130	1515,5	1645,5
Pessoal de Inspeção											1						1	0	1
Assistente Técnico/a						198						44					0	242	242
Assistente Operacional					4	103					2,5	16	2	1			8,5	120	128,5
Pessoal Informático	4				4	7					10,5	10		2			18,5	19	37,5
<b>Total</b>	<b>19</b>	<b>58</b>	<b>7</b>	<b>37</b>	<b>65</b>	<b>1433</b>	<b>0</b>	<b>15</b>	<b>0</b>	<b>89</b>	<b>80</b>	<b>316</b>	<b>7</b>	<b>13</b>	<b>12</b>	<b>2</b>	<b>190</b>	<b>1963</b>	<b>2153</b>

**Gráfico 18 - Ausências ao Trabalho (em dias) por Grupo Profissional e por Género**



**Gráfico 19 - Motivo de ausências ao trabalho (em dias)**



Em 2013, o total de ausências ao trabalho foi de 2.153 dias. Relativamente a este total, os valores que assumem maior expressão resultam de ausências por doença (69,58%), verificando-se em termos comparativos ao ano de 2012 e para o mesmo motivo um decréscimo de 45,07%.

Já as ausências por parentalidade correspondem em 2013 a 3,58% e assumem um decréscimo de 21,43% relativamente ao ano anterior.

### Absentismo

Indicadores	2011	2012	2013
<b>Taxa de absentismo</b> [n.º de ausências para efeitos de absentismo / (n.º anual de dias trabalháveis x n.º de efetivos a 31 de dezembro)] * 100	6,53%	8,62%	5,55%
<b>N.º médio de dias de absentismo</b> (n.º de ausências para efeitos de absentismo / n.º de efetivos a 31 de dezembro)	15	22	14

Em 2013, com o objetivo de uniformizar os cálculos da taxa de absentismo e número médio de dias de absentismo, de acordo com os critérios vertidos nos quadros do Balanço Social a enviar à Direção-Geral do Emprego da Administração Pública (DGAEP), foram incluídos no cômputo dos dias de ausência as faltas ocorridas por motivos de greves e por conta do período de férias. Deste modo e respeitando a metodologia proposta, a taxa de absentismo situou-se nos 5,55% e o número médio de dias de absentismo correspondeu a 14 dias. Estes valores, se calculados pelo método utilizado em anos anteriores situar-se-iam, respetivamente, em 4,48% e 12 dias, valores manifestamente inferiores aos de 2011 e 2012.

## Greves

**Quadro 16:** Contagem dos trabalhadores em greve durante o ano, por escalão de PNT e tempo de paralisação

Identificação da Greve			
Data 27-06-2013	Âmbito		Motivo(s) da greve
			Outras reivindicações salariais
PNT	N.º de trabalhadores em greve	Duração da paralisação em horas	
35 horas	11	07:00	
40 horas			
42 horas			
Semana 4 dias (DL 325/99)			Outras reivindicações salariais
Regime especial (D.L.324/99)	1	06:30	
Outros			
<b>Total</b>	<b>12</b>	<b>13:30</b>	

Identificação da greve			
Data 08-11-2013	Âmbito		Motivo(s) da greve
			Outras reivindicações salariais
PNT	N.º de trabalhadores em greve	Duração da paralisação (em horas)	
35 horas			
40 horas	8	08:00	
42 horas			
Semana 4 dias (D.L. 325/99)			Outras reivindicações salariais
Regime especial (D.L.324/99)			
Outros			
<b>Total</b>	<b>8</b>	<b>08:00</b>	

Em 2013, registaram-se 147:30 horas não trabalhadas por motivo de greve realizada por 14 trabalhadores/as. Esta carga horária equivale a um total de 20 dias de trabalho, número de dias superior ao registado no mesmo âmbito, em 2012 (14 dias) e em 2011 (16 dias). Os 14 trabalhadores/as, apresentam a seguinte distribuição por grupo profissional:

		Técnico/a Superior	Pessoal de Informática	Assistente Técnica/Técnica de Nível Intermédio	Assistente Operacional	Total
Greve	M	5	0	0	2	7
	F	10	2	0	1	13
	T	<b>15</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>3</b>	<b>20</b>

## Capítulo 2 – Remunerações e Encargos

### Quadro 17: Estrutura remuneratória, por género

Remunerações mensais ilíquidas<sup>12</sup>

Género/ Escala de remunerações	Masculino	Feminino	Total
até 500€	0	0	0
501-1000 €	3	13	16
1001-1250€	4	10	14
1251-1500 €	1	18	19
1501-1750 €	6	17	23
1751-2000 €	7	11	18
2001-2250 €	8	16	24
2251-2500 €	4	3	7
2501-2750 €	8	9	17
2751-3000 €	1	7	8
3001-3250 €	0	4	4
3251-3500 €	2	1	3
3501-3750 €	0	0	0
3751-4000 €	0	0	0
4001-4250 €	0	1	1
4251-4500 €	0	0	0
4501-4750 €	0	0	0
4751-5000 €	0	0	0
5001-5250 €	0	0	0
5251-5500 €	0	0	0
5501-5750 €	0	0	0
5751-6000€	0	0	0
Mais de 6000€	0	0	0
<b>Total</b>	<b>44</b>	<b>110</b>	<b>154</b>

Remuneração (€)	Masculino	Feminino
Mínima (€)	600,74 €	683,13 €
Máxima (€)	3.381,98 €	4.060,88 €

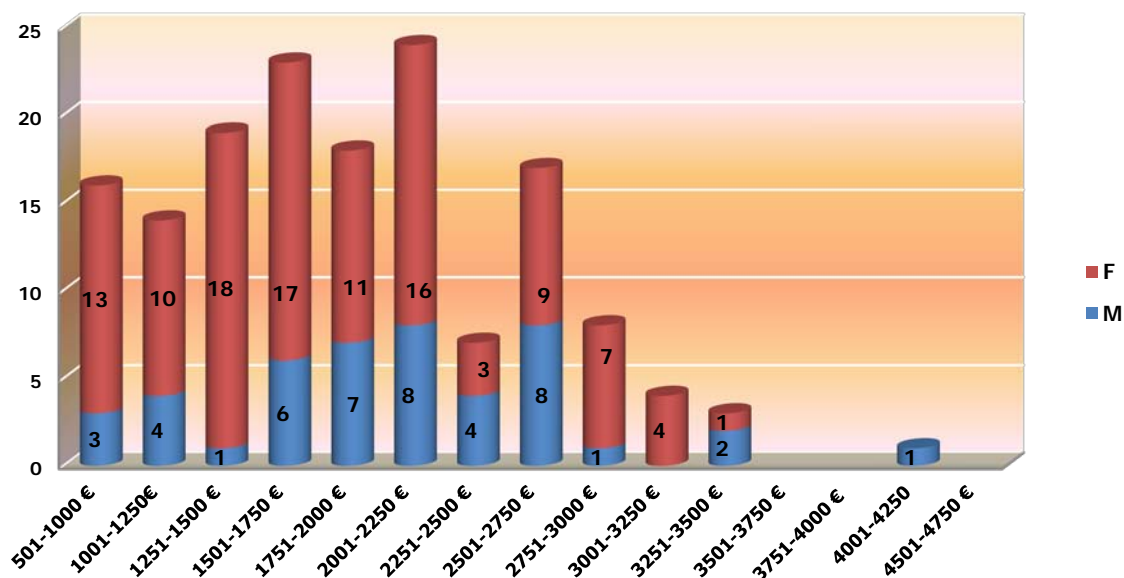
<b>Leque salarial ilíquido =</b>	>remuneração base ilíquida	4.060,88 €	<b>=</b>	<b>6,8</b>
	<remuneração base ilíquida	600,74 €		

<sup>12</sup> Considera-se remuneração mensal base ilíquida mais suplementos regulares e/ou adicionais/diferenciais remuneratórios de natureza permanente.

O Quadro 17 reflete as remunerações mensais base ilíquidas e incluem os suplementos regulares auferidas no mês de dezembro, verificando-se que 14,94% e 15,58% do pessoal trabalhador situa-se respetivamente nos escalões remuneratórios “1501-1750€” e “2001-2250€”

A remuneração mensal máxima é auferida por recurso feminino, com cargo dirigente superior de 1.º grau, e corresponde a 4.060,88€, já o recurso que auferir remuneração mensal mais baixa é do género masculino, pertence ao grupo profissional “Assistente Operacional” e equivale a 600,74€.

Gráfico 20- Estrutura Remuneratória por Género

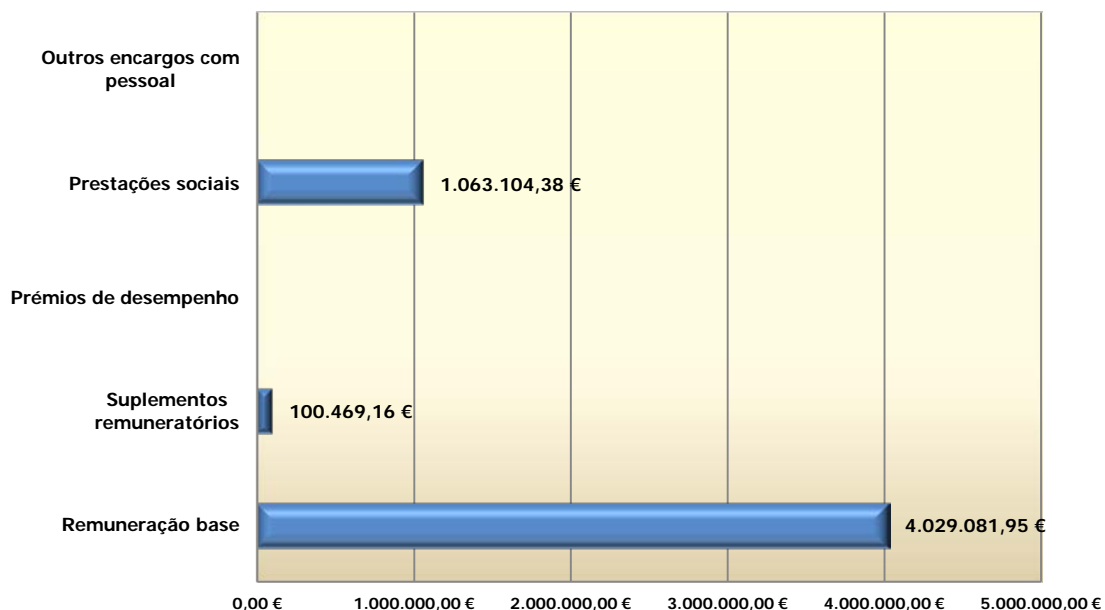


Quadro 18: Total de encargos com pessoal durante o ano

Encargos com Pessoal	Valor (Euros)
Remunerações base	4.029.081,95 €
Suplementos Remuneratórios – Quadro 18.1	100.469,16 €
Prémios de desempenho	0,00 €
Prestações sociais – Quadro 18.2	1.063.104,38 €
Outros Encargos com Pessoal	0,00 €
<b>Total</b>	<b>5.192.655,49 €</b>

Do total dos encargos com pessoal, 77,59% referem-se à remuneração base, 1,93% a suplementos remuneratórios e 20,47% correspondem a encargos da entidade empregadora pública associados a prestações sociais.

**Gráfico 21 - Encargos com Pessoal (€)**



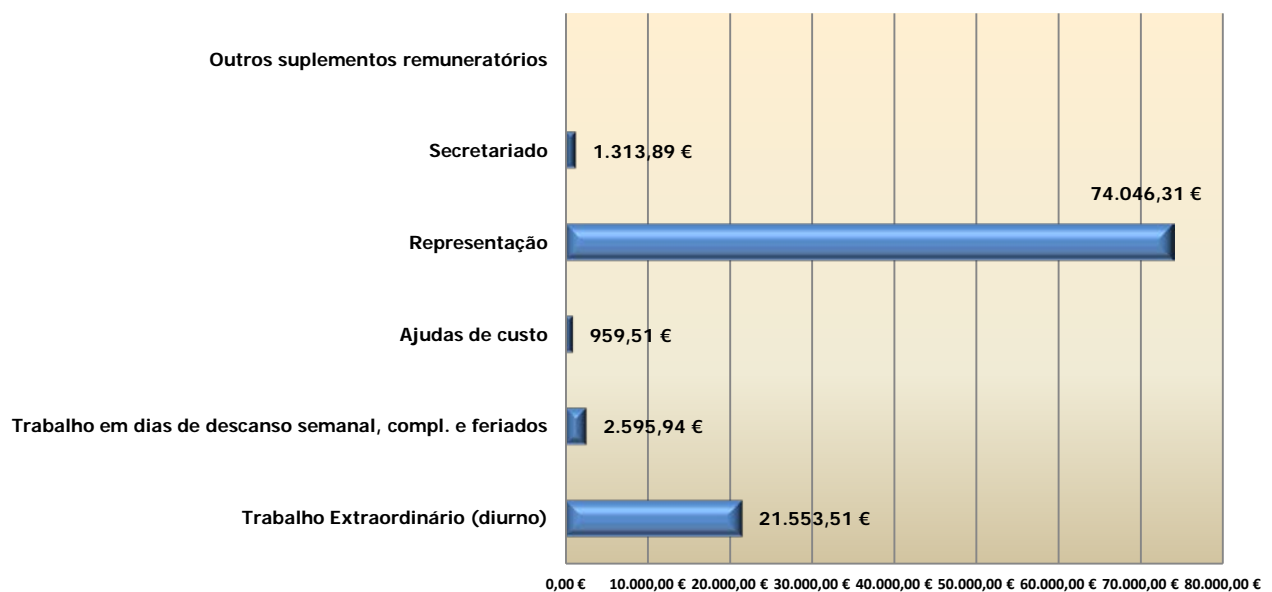
#### Quadro 18.1: Suplementos remuneratórios

Suplementos remuneratórios	Valor (Euros)
Trabalho Extraordinário (diurno e noturno)	21.553,51 €
Trabalho em dias de descanso semanal, compl. e feriados	2.595,94 €
Ajudas de custo	959,51 €
Representação	74.046,31 €
Secretariado	1.313,89 €
Outros abonos	0,00 €
<b>Total</b>	<b>100.469,16 €</b>

Os encargos com suplementos remuneratórios de 100.469,16€ correspondem a 1,93% dos custos com pessoal, sendo distribuídos do seguinte modo:

- Trabalho extraordinário 21,45%
- Outros regimes de prestação de trabalho 2,58%
- Ajudas de custo 0,96%
- Representação 73,70%
- Secretariado 1,31%

**Gráfico 22 - Suplementos remuneratórios (€)**



## Quadro 18.2: Encargos com prestações sociais

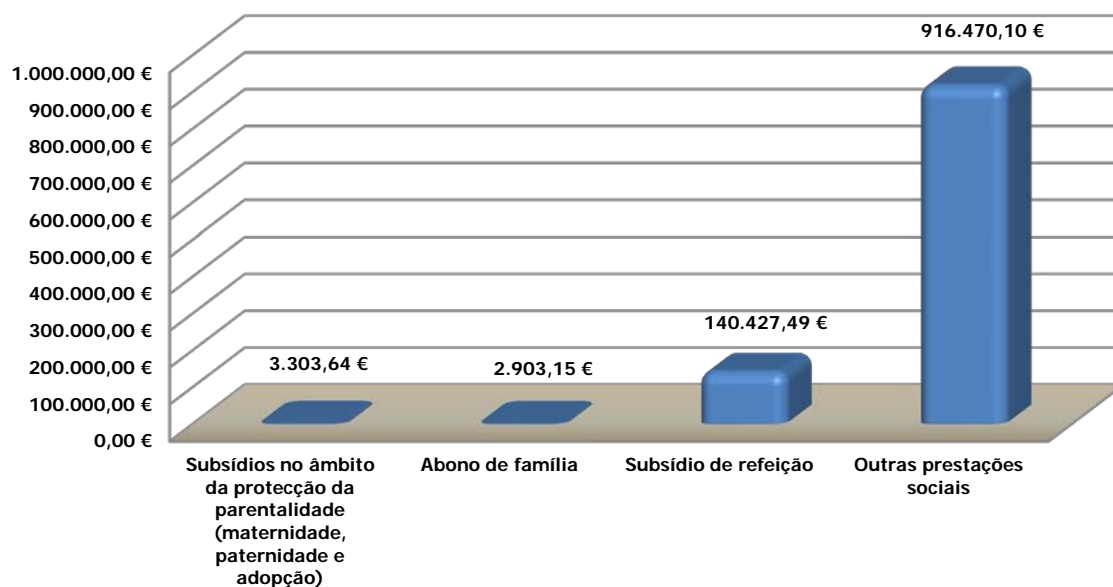
Encargos com prestações sociais	Valor (Euros)
Subsídios no âmbito da proteção da parentalidade (maternidade, paternidade e adoção)	3.303,64 €
Abono de família	2.903,15 €
Subsídio de refeição	140.427,49 €
Outras prestações sociais (Incluindo pensões)	916.470,10 €
<b>Total</b>	<b>1.063.104,38 €</b>

O encargo global com prestações sociais de 1.063.104,38 €, corresponde a 20,47% do total dos custos com pessoal, verificando-se que os encargos com prestações sociais distribuem-se do seguinte modo:



- Subsídio no âmbito da parentalidade 0,31%
- Abono de família 0,27%
- Subsídio de refeição 13,21%
- Outras prestações sociais (incluindo pensões) 86,21%

**Gráfico 23 - Encargos com prestações sociais**



## Capítulo 3 – Higiene e Segurança

**Quadro 19:** Número de acidentes de trabalho e de dias de trabalho perdidos com baixa, por género

Acidentes de Trabalho		No local de trabalho					In itinere				
		Total	Inferior a 1 dia (sem dar baixa)	1 a 3 dias de baixa	4 a 30 dias de baixa	Superior a 30 dias	Total	Inferior a 1 dia (sem dar baixa)	1 a 3 dias de baixa	4 a 30 dias de baixa	Superior a 30 dias
Nº total de acidentes de trabalho (AT) ocorridos no ano de referência	M										
	F						1	1			
Nº total de acidentes de trabalho (AT) <u>com baixa</u> ocorridos no ano de referência	M										
	F										
Nº de dias de trabalho perdidos por acidentes ocorridos no ano	M										
	F										
Nº de dias de trabalho perdidos por acidentes ocorridos em anos anteriores	M										
	F										

Em 2013, ocorreu um único acidente de trabalho *in itinere*, inferior a um dia (sem implicação de baixa médica) sofrido por uma trabalhadora.

## Capítulo 4 - Formação Profissional

**Quadro 27:** Contagem relativa a participações em ações de formação profissional durante o ano, por tipo de ação, segundo a duração

Tipos de ação/duração	Menos de 30 horas	De 30 a 59 horas	De 60 a 119 horas	120 horas ou mais	Total
Internas	23	14			37
Externas	54		1		55
Total	77	14	1	0	92

O número total de ações de formação internas e externas frequentadas pelos trabalhadores da DGTF em 2013, foi igual a 28 ações, das quais 2 internas e 26 externas, espelhando-se no quadro 28, o número de participações e participantes.

**Quadro 28:** Contagem relativa a participações em ações de formação durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo o tipo de formação

Grupo/cargo/carreira/N.º de participações e de participantes	Ações Internas	Ações Externas	Total	
	N.º de participações	N.º de participações	N.º de participações	N.º de participantes
Dirigente Superior 1.º grau				
Dirigente Superior 2.º grau				
Dirigente Intermédio 1.º grau	2	2	4	2
Dirigente Intermédio 2.º grau	3	5	8	6
Técnico/a Superior	31	44	75	44
Pessoal de Inspeção				
Assistente Técnico/a	1	3	4	2
Assistente Operacional				
Pessoal Informático		1	1	1
<b>Total</b>	<b>37</b>	<b>55</b>	<b>92</b>	<b>55</b>

Taxa de participação em formação	Total de participantes em formação	=	55	=	35,71%
	Total de efetivos		154		

Em 2013, o número de participações em ações de formação foi de 92, das quais 37 corresponderam a participações em ações internas e 55 em ações externas. A taxa de participação em formação foi de 35,71%.

Os trabalhadores/as da carreira de técnico superior apresentam o maior número de participações em ações de formação num total de 75.

**Quadro 29:** Contagem das horas aplicadas em formação durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo o tipo de ação

Grupo/Cargo/Carreira	Horas investidas em ações internas	Horas investidas em ações externas	Total de horas investidas em ações de formação
Dirigente Superior 1.º grau			
Dirigente Superior 2.º grau			
Dirigente Intermédio 1.º grau	36:45	6:00	42:45
Dirigente Intermédio 2.º grau	82:30	40:30	123:00
Técnico/a Superior	511:15	474:30	986:45
Pessoal de Inspeção			
Assistente Técnico/a	3:00	48:30	51:30
Assistente Operacional			
Pessoal Informático		7:00	7:00
<b>TOTAL</b>	<b>633:30</b>	<b>576:30</b>	<b>1210:00</b>

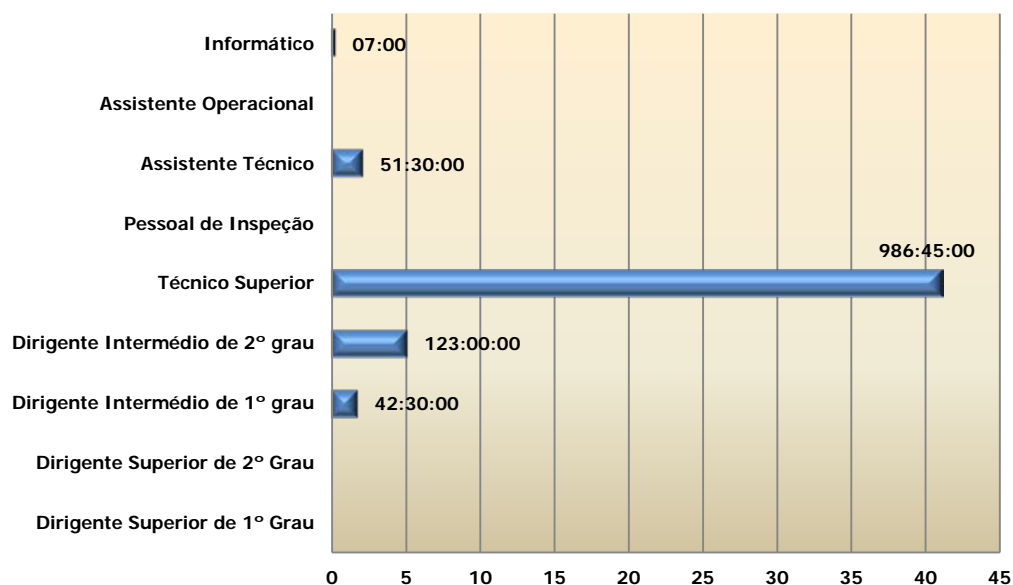
O grupo dos técnicos superiores foi o grupo profissional que recebeu um maior investimento em horas de formação, tendo sido executadas um total de 986:45 horas.

As 28 ações de formação encontram-se desdobradas em 2 ações internas que totalizam 633:30 horas, sendo que as 26 ações externas realizadas perfizeram um total de 576:30 horas. O investimento formativo expresso em horas, perfaz um total igual a 1210:00.

O número de participantes nas ações de formação foi de 55, sendo que 33 em ações externas e 22 em ações internas, o que representa um grau de oportunidade<sup>13</sup> de 35,6/trabalhador/a.

<sup>13</sup> O grau de oportunidade é calculado pelo  $ratio = (n^{\circ} \text{ de participantes} / \text{média do n.}^{\circ} \text{ efetivos}) * 100$ , sendo que o efetivo médio corresponde ao somatório de n.º. efetivos DGTF a 01.01.2013, com o n.º. de efetivos DGTF a 31.12.2013, sobre 2.

**Gráfico 24 - Níveis de qualificação/Horas Formação**



### Quadro 30: Despesas anuais com Formação

Formação Profissional	Valor (€)
Ações Internas	1.544,00 €
Despesas com Ações Externas	4.710,88 €
<b>Total</b>	<b>6.254,88 €</b>

O investimento financeiro durante o ano de 2013 em formação foi igual a 6.254,88€.

Indicadores	2011	2012	2013
<b>Taxa de participação em ações de formação</b> (N.º de participantes/ média do n.º de efetivos x100)	77,34%	59,42%	35,60%
<b>Taxa de participação em ações de formação interna</b> (N.º de participantes em ações internas/ média do n.º de efetivos x100)	56,19%	28,75%	16,83%
<b>Taxa de participação em ações de formação externa</b> (N.º de participantes em ações externas/ média do n.º de efetivos x100)	21,15%	30,67%	11,65%
<b>% Custos com formação face aos Encargos com Pessoal</b> (total de custos com formação profissional / n.º de horas trabalháveis x n.º de efetivos a 31 de Dez. x 100)	8,00%	7,00%	2,00%

## Capítulo 5 – Relações Profissionais

### Quadro 31: Relações Profissionais

Relações Profissionais	Total
Trabalhadores sindicalizados	14
Elementos pertencentes a comissões de trabalhadores	0
Total de votantes para comissões de trabalho	0

A 31 de dezembro de 2013, na DGTF, observa-se uma taxa de sindicalização igual a 9,09%.



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Direção-Geral do Tesouro e Finanças

# ANEXO V

## **ACRONÍMIA**

DGTF	Direção-Geral do Tesouro e Finanças
DGR	Divisão de Gestão de Recursos
DSAF	Direção de Serviços de Apoios Financeiros
DSATP	Direção de Serviços de Apoio Técnico Patrimonial
DSAVP	Direção de Serviços de Avaliações e Valorização do Patrimonial
DSGFO	Direção de Serviços de Gestão Financeira e Orçamental
DSGP	Direção de Serviços de Gestão Patrimonial
DSGR	Direção de Serviços de Gestão de Recursos
DSJC	Direção de Serviços Jurídicos e de Coordenação
DSPE	Direção de Serviços de Participações do Estado
DSRF	Direção de Serviços de Regularizações Financeiras
GAC	Gabinete de Apoio e Coordenação
GACSE	Gabinete de Apoio e Coordenação do Setor Empresarial do Estado
GASEPC	Gabinete de Acompanhamento do Setor Empresarial do Estado, das Parcerias Público-Privadas e das Concessões
GPEARI	Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais
GOP	Grandes Opções do Plano
IGF	Inspeção-Geral de Finanças
MF	Ministério das Finanças
PAEF	Programa de Assistência Económica e Financeira
PEC	Programa de Estabilidade e Crescimento 2010-2013
PGPI	Programa de Gestão do Património Imobiliário
QUAR	Quadro de Avaliação e Responsabilização
RCM	Resolução do Conselho de Ministros
SEE	Sector Empresarial do Estado
SIADAP	Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho na Administração Pública
SCI	Sistema de Controlo Interno
SIIE	Sistema de Inventário de Imóveis do Estado
SIGE	Sistema de Informação Geográfica dos Imóveis do Estado
SIRIEF	Sistema de Recolha de Informação Económica e Financeira
TC	Tribunal de Contas
UGP	Unidade de Gestão Patrimonial